

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - UFAM  
INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA- INC  
CURSO DE BACHARELADO EM ANTROPOLOGIA

ANDRESSON LUAN FRANCO SIMÃO

**PERÍODO DO DEFESO: ESTRATÉGIAS E VIVÊNCIAS ADOTADAS  
POR PESCADORES(AS) DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT –  
AM**

BENJAMIN CONSTANT

2023

ANDRESSON LUAN FRANCO SIMÃO

**PERÍODO DO DEFESO: ESTRATÉGIAS E VIVÊNCIAS ADOTADAS  
POR PESCADORES(AS) DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT-  
AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado em Antropologia, do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, como requisito para obtenção de nota parcial na disciplina de TCC.

**Orientadora:** Dr. Nilvânia Mirelly Amorim de Barros

Benjamin Constant – AM

2023

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S588p Simão , Andresson Luan Franco  
Período do defeso: estratégias e vivências adotadas por pescadores(as) do município de Benjamin Constant-AM / Andresson Luan Franco Simão . 2023  
113 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Nilvânia Mirelly Amorim de Barros  
TCC de Graduação (Antropologia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Pescadores artesanais. 2. Atividades alternativas. 3. Calendário ecológico. 4. Amazônia. 5. Proibição da pesca. I. Barros, Nilvânia Mirelly Amorim de. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

ANDRESSON LUAN FRANCO SIMÃO

**PERÍODO DO DEFESO: ESTRATÉGIAS E VIVÊNCIAS ADOTADAS  
POR PESCADORES(AS) DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT –  
AM**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Antropologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 29 de junho de 2023.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Nilvânia Mirelly Amorim de Barros - UFAM  
Orientador

---

Prof. Dr. Benedito do Espírito Santo Pena Maciel - UFAM  
Avaliador

---

Profa. Dra. Antônia Ivanilce Castro da Silva - UFAM  
Avaliador

---

Dra. Thatyla Luana Beck Farago- UFAM  
Avaliador

## *DEDICATÓRIA*

*Dedico este último trabalho da minha graduação, aqueles que estiveram comigo nessa caminhada, meu **pai** Leomar Romaine Simão, **mãe** Luciane Franco Maia, e **irmãos** Willan Franco Maia, Leonardo Franco Simão e David Franco Simão, e as minhas queridas **sobrinhas** Luanne da Costa Simão, Lyv Emanuelle da Silva Simão, Liz Daville da Silva Simão, e principalmente ao meu **filho** Alexander Antônio de Souza Simão, que me deu forças para concluir essa caminhada e iniciar outra como pai. E a todos, todas e todes, amigos, colegas e conhecidos, que acreditaram que apoiaram, pelo carinho e acolhimento, aos professores que levarei sempre guardados em minhas memórias com muito carinho e apreço pela sua competência em ensinar.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus** primeiramente pelos dias vividos durante a graduação, saúde, força, proteção e pela presença nos dias difíceis, me apoiando nas dificuldades e resolução de problemas. Por ter me dado paciência, discernimento, capacidade de aprender nos erros e acertos, pela convicção de querer sempre apresentar o meu melhor e mostrar que sou capaz de realizar os meus sonhos, me mostrando que a cada passo estava comigo e permanece.

A minha família a qual devo toda gratidão do mundo, que no pouco que tinham compartilhavam comigo e com meus irmãos, minha **mãe** Luciane Franco Maia, a pescadora de carteirinha que virou agente de saúde que sempre acreditou em mim e me ensinou o essencial para viver, respeitando o outro e me tornando quem sou hoje, a meu **pai** Leomar Romaine Simão, o pescador que virou representante da luta dos pescadores, maior influência para a escolha do tema deste trabalho, pude acompanhar a sua trajetória e nela me inspirar agradeço por me ensinar a persistência e a sabedoria das escolhas.

A este Instituto de Natureza e Cultura-**INC**, que possibilitou a minha entrada na vivência acadêmica e aos loucos que sonharam com um polo da Universidade Federal do Amazonas – **UFAM**, no Alto Solimões, garantido aos filhos de pescadores, ribeirinhos e indígenas, sonharem com melhores oportunidades.

Aos **amigos(as)** que conheci durante a caminhada da graduação, compartilhamos experiências, alimentos, apresentações e estudos, mas o que nos unem são os laços mais fortes de cooperação apoio e persistência em nossos sonhos, deixo aqui meu agradecimento e o incentivo para que vocês continuem ousando sonhar.

Aos **professores(as)** que me ensinaram o fazer antropológico, se cheguei aqui sabendo muito pouco sobre antropologia, saio com a mala cheia graças a eles e os ensinamento que passaram a mim e aos meus colegas de curso.

Aos **pescadores e pescadoras** que me cederam seu tempo para contribuir com esse trabalho.

Eu agradeço a todos vocês que fizeram parte da minha caminhada até esse momento e com a conclusão dessa fase, eu só tenho a dizer o meu muito obrigado!

*Vai um canoeiro, nos braços do rio  
Velho canoeiro, vai, já vai canoeiro*

*Vai um canoeiro, no murmúrio do rio  
No silêncio da mata, vai, já vai canoeiro*

*Já vai canoeiro, nas curvas que o remo dá, já vai canoeiro  
Já vai canoeiro, no remanso da travessia, já vai canoeiro*

*Enfrenta o banzeiro nas ondas dos rios  
E das correntezas vai o desafio, já vai canoeiro*

*(Fonte: Saga de Um Canoeiro, composição: Ronaldo Barbosa)*

## RESUMO

Os estudos antropológicos e etnográficos dos pescadores e da pesca tem assumido um papel mínimo na região do Alto Solimões, em comparação com a região do Rio Negro que possui um número considerável de etnografias a respeito de grupos de pescadores, pesca indígena e etnociências. A pesca é muito presente na região e possui muitos pescadores que vivem da atividade como fonte de renda familiar. Então buscou-se com esse trabalho intitulado “Período do Defeso: estratégias e vivências adotadas por pescadores(as) do município de Benjamin Constant – AM”, o objetivo geral realizar uma análise das estratégias e vivências adotadas por pescadores diante do período do defeso no município de Benjamin Constant-AM, a partir da identificação das atividades realizadas pelos pescadores como estratégia de manter a renda e economia familiar durante o período do defeso, analisando a política pública que é aplicada a essas pessoas que vivem da pesca por meio do Seguro Defeso e um mapeamento da realização da pesca e outras atividades que o pescador realiza durante o ano para a criação de um calendário ecológico. A pesquisa de campo com abordagem qualitativa, análise documental, a realização de entrevistas, observação participante e etnografia. Os resultados apontaram que os pescadores contatados recorrem a atividades para além da pesca dentro e fora do período do defeso, como extrativismo, agricultura, criação de animais e trabalhos urbanos. Trata-se de estudo antropológico sobre etnociência das relações homem/natureza, um diálogo com a relação econômica, os hábitos, a cultura ribeirinha e o entendimento de que o conhecimento dos pescadores vai além de saber pescar. Comprova a dificuldade do PSDPA e a invisibilidade dos pescadores nas demandas públicas. A pesquisa contribui muito para a antropologia, mas ainda se tem muito a ser estudado sobre os pescadores e a pesca, assim como suas relações sociais e ecológicas.

**Palavras-chave:** Pescadores Artesanais. Atividades Alternativas. Calendário Ecológico. Amazônia. Proibição da pesca.



## RESUMEN

Los estudios antropológicos y etnográficos de pescadores y pesquerías han asumido un papel mínimo en la región del Alto Solimões, en comparación con la región de Río Negro, que tiene un número considerable de etnografías sobre grupos de pescadores, pesca indígena y etnociencias. La pesca está muy presente en la región y cuenta con muchos pescadores que viven de la actividad como fuente de ingresos familiares. Por lo que buscamos con este trabajo titulado "Período del Defeso: estrategias y experiencias adoptadas por pescadores del municipio de Benjamín Constant - AM", el objetivo general es realizar un análisis de las estrategias y experiencias adoptadas por los pescadores en el período cerrado en el municipio de Benjamín Constant-AM, a partir de la identificación de las actividades realizadas por los pescadores como una estrategia para mantener los ingresos y la economía familiar durante el período cerrado, analizando la política pública el cual se aplica a estas personas que viven de la pesca a través del Seguro Defeso y un mapeo de la realización de pesca y otras actividades que el pescador realiza durante el año para la creación de un calendario ecológico. Investigación de campo con enfoque cualitativo, análisis documental, realización de entrevistas, observación participante y etnografía. Los resultados indicaron que los pescadores contactados recurren a actividades más allá de la pesca dentro y fuera de la temporada de veda, como el extractivismo, la agricultura, la ganadería y el trabajo urbano. Es un estudio antropológico sobre la etnociencia de las relaciones humano/naturaleza, un diálogo con la relación económica, los hábitos, la cultura de ribera y la comprensión de que el conocimiento de los pescadores va más allá de saber pescar. Demuestra la dificultad del PSDPA y la invisibilidad de los pescadores en las demandas públicas. La investigación contribuye mucho a la antropología, pero todavía hay mucho que estudiar sobre los pescadores y la pesca, así como sus relaciones sociales y ecológicas.

**Palabras clave:** Pescadores Artesanales. Actividades Alternativas. Calendario Ecológico. Amazonía. Veda de pesca.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 01:</b> Pescaria de caniço.....	24
<b>Imagem 02:</b> Captura do pacu.....	24
<b>Imagem 03:</b> Cartaz do Período Defeso.....	26
<b>Imagem 04:</b> Sede da Colônia de Pescadores Z-3.....	41
<b>Imagem 05:</b> Sede da ASPBC.....	43
<b>Imagem 06:</b> Peixes para o consumo familiar.....	45
<b>Imagem 07:</b> Espingarda utilizada para caça.....	47
<b>Imagem 08:</b> Coleta do buriti.....	48
<b>Imagem 09:</b> Produtos e frutos da agricultura.....	54
<b>Imagem 10:</b> Representação do calendário ecológico.....	61
<b>Imagem 11:</b> Representação dos materiais utilizados na pesca.....	75
<b>Imagem 12:</b> Ceviche de restaurante.....	79
<b>Imagem 13:</b> Sushi Amazônico.....	80
<b>Imagem 14:</b> Peixes cozidos.....	81
<b>Imagem 15:</b> Peixe guisado.....	82
<b>Imagem 16:</b> Jatuarana frita.....	83
<b>Imagem 17:</b> Aracu assado.....	84
<b>Imagem 18:</b> Mungica de peixe assado.....	85
<b>Imagem 19:</b> Mururu de aracu assado.....	86
<b>Imagem 20:</b> Pupeca de sardinha.....	87
<b>Imagem 21:</b> Unidade de produção de alevinos Ir. Jacob Balduino.....	88
<b>Imagem 22:</b> Distribuição de alevinos para piscicultores.....	89
<b>Imagem 23:</b> Preparo de alevinos para transporte.....	90

## **LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 01:</b> Descrição do nome científico/comum dos peixes e formas de captura.....	68
--	----

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ASPBC** – Associação de Pescadores de Benjamin Constant

**CEMAAM** – Conselho Estadual de Meio Ambiente

**CODEP** – Conselho de Desenvolvimento da Pesca

**IBAMA** – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**IDAM** – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Amazonas

**INC** – Instituto de Natureza e Cultura

**INPA** – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia

**IPAAM** – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas

**MTE** – Ministério do Trabalho e Emprego

**PSDPA** – Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal

**RGP** – Registro Geral de Pesca

**SDPA** – Seguro Desemprego do Pescador Artesanal

**SEAP** – Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República

**SEMAP** – Secretária Municipal de Agricultura e Pesca

**SUDEPE** – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca

**UFAM** – Universidade Federal do Amazonas

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>1 EMBARCANDO NA PESQUISA</b> .....	17
1.1 SOBRE A METODOLOGIA .....	20
1.2 SOBRE O <i>LÓCUS</i> DA PESQUISA: DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT-AM.....	22
1.3 A INSERÇÃO NO CAMPO .....	23
1.4 ABORDAGEM PRELIMINAR DOS ASSUNTOS TRATADOS .....	26
1.4.1 Período do defeso .....	26
1.4.2 Seguro defeso .....	28
1.4.3 Pescadores profissionais artesanais .....	29
1.4.4 O pescador e a pesca .....	31
1.4.5 As atividades alternativas .....	32
<b>2 PERÍODO DO DEFESO: PROIBIÇÃO DA PESCA</b> .....	35
2.1 AS ORGANIZAÇÕES DE PESCADORES .....	41
2.2 OS PESCADORES E A PRÁTICA DO EXTRATIVISMO ANIMAL E VEGETAL .....	44
2.3 A ATUAÇÃO DOS PESCADORES NA AGRICULTURA.....	51
2.4 A CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO, MEDIO E GRANDE PORTE .....	55
2.5 DA PESCA AOS TRABALHOS URBANOS .....	56
<b>3 SABERES, VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES COM O MEIO AMBIENTE.</b> .....	59
3.1 CALENDÁRIO ECOLÓGICO .....	59
3.2 DESCRIÇÃO DOS PEIXES E DA PESCA.....	66
3.3 DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS UTILIZADOS NA PESCA.....	74
3.4 PEIXES: TIPOS DE PREPARO E CONSUMO .....	78
3.4.1 Peixe cru.....	79
3.4.2 O peixe cozido.....	80
3.4.3 Peixe guisado .....	81
3.4.4 Peixe frito.....	82
3.4.5 Peixe assado .....	83
3.4.6 Mungica de peixe assado e peixe fresco .....	84
3.4.7 Mururu ou escabeche.....	85
3.4.8 Pupeca de peixe.....	86
3.5 A PISCICULTURA COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA NO TRABALHO E MANEJO DA PESCA .....	87

<b>4 ANÁLISES, APONTAMENTOS E A TEORIA ANTROPOLÓGICA (OUTROS CASOS ETNOGRÁFICOS)</b> .....	92
4.1 CRÔNICA DA VIDA DE UM PESCADOR .....	99
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	104
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	106

## INTRODUÇÃO

Os grupos de pescadores, suas estratégias e vivências fazem parte da sociedade, o que faz dessas pessoas importantes contribuintes para uma estabilidade social, suas contribuições são econômicas, alimentares e simbólicas para a região. Mas quando se busca saber sobre essas pessoas, dados simples muitas vezes não são encontrados. Até mesmo o peixe capturado por eles tem maior visibilidade, pesquisas e estudos a respeito. Daí surge então a importância de contribuir com um estudo a respeito desse grupo, focalizando principalmente na paralização de suas atividades no período do defeso.

Viu-se como um problema a ser analisado as estratégias e vivências que os pescadores adotam durante esse período para manter a renda familiar, sendo que a principal fonte de renda vem da pesca. Ou seja, a quais atividades eles recorrem para se ter a alimentação, os produtos de limpeza e higiene, roupas, material escolar para os filhos e manutenção de seus materiais de pesca. Este trabalho busca responder a esses questionamentos, traçando também a análise da instituição da Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – PSDPA, e a relação ecológica dos pescadores com o meio em qual vivem.

Na primeira parte deste trabalho se tem a descrição e a inserção do pesquisador em campo onde são apresentadas a metodologia, o local da pesquisa, os pequenos tópicos introdutórios para um conhecimento prévio sobre o período do defeso, o seguro defeso, pescadores artesanais, o pescador e a pesca, as atividades alternativas e para fechar o a inserção no campo por parte do pesquisador com os pescadores. Sendo essas informações para o leitor se inteirar do que se trata este trabalho que é mais desenvolvido na segunda, terceira e quarta parte.

A segunda parte é destinada a apresentação do problema em si, assim como as estratégias e as vivências que os pescadores assumem para a manutenção da renda enquanto perdura o período do defeso. Apresenta-se nesse tópico também um histórico da pesca, com base em leis, decretos, portarias, resoluções e instruções normativas, para traçar a trajetória que tanto a pesca como as organizações de pescadores passaram para se chegar as definições atuais. São apresentados o extrativismo, agricultura, criação de animais e trabalho urbano como uma forma de se manter durante o período do defeso, tanto para os pescadores que recebem o seguro defeso como para aqueles que não recebem.

A terceira parte deste trabalho vem tratar dos saberes das vivências e percepções do meio ambiente, com a apresentação do calendário ecológico criado com base na relação ecológica dos pescadores com o ambiente das terras firmes e várzeas, seguido da descrição a respeito dos peixes capturados por esses pescadores na região do Alto Solimões e Javari. Encontra-se também nessa parte do trabalho a descrição dos materiais de pesca utilizados pelos pescadores com o auxílio de um desenho paisagista. Considerou-se importante também colocar os peixes e os tipos de preparo e consumo que são preparados pelos pescadores e pescadoras, em restaurantes e domicílios. E para fechar tem-se um tópico propondo a piscicultura como uma alternativa econômica no trabalho e manejo da pesca, considerando a preservação e a sobrepesca.

A quarta parte deste trabalho apresenta uma análise e apontamentos da teoria antropológica a respeito dos estudos já realizados sobre pesca, pescadores, seguro defeso, relação pescador e meio ambiente, assim como etnografias e trabalhos antropológicos que serviram de inspiração e referencial teórico para a produção deste trabalho. Fechando essa quarta parte tem-se a crônica da vida de um pescador, a partir da vivência com um pescador, ela traz um pouco de como é a vida de quem tira sua renda da pesca. A crônica apresenta esse pescador como protagonista de sua história, saindo, pescando, voltando, se preparando para ir à pesca novamente, demonstrando que o pescador possui um estilo de vida próprio e voltado para a atividade que pratica como profissão.

Depois das quatro partes do trabalho, tem-se as considerações finais a respeito de todo o trabalho desenvolvido desde o projeto a finalização da pesquisa. A verificação no caso se o que se pretendia foi alcançado e as implicações que o estudo teve tanto para o pesquisador quanto para produção do trabalho enquanto científico.

Sem demoras espera-se que a forma e linguagem utilizadas sejam acessíveis aos leitores, para que compreendam a importância que os pescadores representam dentro da sociedade assim como a sua organização, suas lutas, reivindicações e sugiro aqui visibilização tanto por parte da população que consome o pescado, pelos artistas do município, pelo poder público, pelo governo e pelos brasileiros de modo geral para esse grupo de trabalhadores.



## 1 EMBARCANDO NA PESQUISA

A proposta de pesquisar as estratégias e vivências adotadas por pescadores durante o período do defeso, veio de experiências e proximidade com a realidade dos pescadores. Tinha-se como proposta inicial realizar a pesquisa no município de Amaturá-AM, considerando-se relevante a ampliação dos *lócus* de pesquisas realizadas através de vínculo com o Instituto de Natureza e Cultura-INC/UFAM, estendendo para outras regiões do Alto Solimões. Infelizmente essa proposta não pode ser alcançada com êxito, tornou-se mais plausível a realização da pesquisa no município de Benjamin Constant-AM, onde se localiza o instituto, situada na região de tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia.

A pesquisa nasceu de um projeto ainda na disciplina INN074-Seminário de Pesquisa em Antropologia, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Nilvânia Amorim. No estágio ela pode-se ser melhor desenvolvida e contando também com o acompanhamento do Prof. Dr. Benedito Maciel. Durante o estágio recebi um *ultimato* ao ser perguntado se a pesquisa seria realizada em Benjamin Constant ou em Amaturá, pois, já estavam se passando as primeiras semanas do estágio e estava-se perdendo tempo, logo teria que se tomar uma decisão sobre o *lócus* da pesquisa. Pela proximidade com o instituto e para não perder aulas de outras disciplinas optou-se por realizar a pesquisa aonde fosse mais favorável. Como objetivo principal em “Analisar estratégias e vivências de pescadores diante do período do defeso no município de Benjamin Constant-AM”.

A revisão no projeto de pesquisa foi necessária para que fosse possível prosseguir com a problemática e os métodos, poucas modificações foram necessárias. A mudança dentro da proposta foi apenas a troca do local de pesquisa. Para a ser introduzido ao campo, pode-se contar com o conhecimento do município por parte dos orientadores, onde teve-se um acompanhamento e visita aos locais em que os pescadores frequentavam, onde possivelmente poderia ser realizado um contato com esse grupo.

Na realização da pesquisa empenhei-me nas idas ao campo, nas conversas com os interlocutores. Essas ações foram um *start*, abriram as portas do campo e a cada contato e até mesmo as conversas informais demonstraram-se dados. Porém, via meu campo se apresentar de uma forma diferente da que imaginei, mesmo com toda a preparação e conhecimento adquirido ao longo de quatro anos no curso. As leituras prévias e todo um referencial teórico foram capazes apenas de me fazer prever parcialmente a realidade do campo, que se apresentou em alguns momentos com facilidade e em outros como dificuldade.

O fato de ter vivenciado parte da infância e adolescência com pescadores, geralmente familiares e conhecidos, facilitou o diálogo e o contato em alguns momentos. A dificuldade se apresentou no fato de não ser residente no município e não conhecer os pescadores ou os locais que frequentavam havia um certo receio de não ser recebido, principalmente pelo tema da pesquisa ser um assunto delicado entre os pescadores e que gera certas interrogações. Mas essa dificuldade apresentou-se também como um ponto positivo a medida em que permitiu observar de fora as várias situações que não enxergaria se fosse uma pessoa de dentro.

Posicionar-me fora do grupo não foi tão difícil, principalmente pelo fato de já me sentir totalmente de fora, essa ação fez com que percebesse, algumas situações entre os pescadores que não ocorrem com muita frequência. Foram observados alguns fatos principalmente na reunião da Associação de Pescadores de Benjamin Constant-ASPBC do dia 10, de dezembro de 2022, onde foi possível a participação e reflexão acerca da socialidade desse grupo. Aquelas poucas horas onde se reuniram os vários pescadores de Benjamin Constant, contando suas histórias de pescador, exibindo seus lucros retirados da pesca, as mulheres conversando umas com as outras representando a classe feminina desse grupo. As brincadeiras e piadas feitas entre os pequenos grupos que se formavam ao redor da sede. Entre outras situações me fizeram ficar ainda mais fascinado e atento em observar a socialidade entre pescadores.

Dentre as diversas possibilidades de recortes sociais a serem estudados me ative a realidade dos pescadores. Atores sociais que com a captura do peixe, produzem grande parte da alimentação da população do município. Porém, são proibidos de realizar a pesca com fim comercial, principalmente de espécies proibidas por um tempo, chamado de Período do Defeso.

Logo sua fonte de renda é interrompida e fica comprometida durante esses meses de proibição da pesca, essa renda que serve para manutenção e alimentação da família. Em alguns casos é suprida pelo governo através dos programas e auxílios pago a famílias de baixa renda como é o caso do Seguro Defeso, pago a uma parcela da população brasileira que afirma a profissão de pescador ou pescadora, comprova e possui o Registro Geral de Pesca-RGP.

Acredito que o interesse por esse tema tenha surgido nas disciplinas cursadas de Antropologia dos Segmentos Tradicionais Não Indígenas, Antropologia da Amazônia, Etnologia Indígena da Amazônia e principalmente com um projeto proposto na disciplina de Tópicos Especiais em Antropologia II. No projeto realizado nessa disciplina, teve-se a

oportunidade de realizar uma pesquisa com um tema próximo, referente ao município de Amaturá o que possibilitou e abriu caminho para o tema deste trabalho.

A pesquisa visou contribuir para a população de pescadores do município de Benjamin Constant muitas vezes despercebidos ou invisibilizados pela grande presença de marreteiros nas feiras de peixe municipais. Buscou-se dar visibilidade a essas pessoas e entender melhor o problema, para assim se ter instrumentos para reivindicar políticas públicas. E como forma de conscientizar a população de sua importância, percebendo que mesmo que a cidade seja na beira de um rio, nem metade dessa população pesca e a parte que é pescadora juntamente com o pescado, movimentam o mercado e a economia do município. Foi possível perceber na pesquisa que a pesca é pouco visibilizada na questão cultural e simbólica do município, percebendo também a necessidade de dar valor a atividade e seus realizadores.

A relevância deste trabalho está em entender os problemas e relações de um grupo de trabalhadores tão importante como os pescadores são, para a economia, alimentação e presença simbólica. Para a academia se traduz como soma de uma pesquisa antropológica voltada para pescadores e para a população benjaminense, onde o investimento feito através de impostos apresenta resultados, a partir da saída de estudantes para realização de pesquisas e futuramente profissionais formados nas ciências humanas. Podendo atuar na realização de outras pesquisas como esta que buscam representar as pessoas e sua realidade social, como os pescadores representados aqui.

Esse trabalho nos ajudou a entender, que estes pescadores se voltam para atividades diversas quando estão em situação de necessidade, praticando muitas vezes ações condenáveis. Alguns tentam trabalhos no meio urbano, as vezes conseguindo atuar em construções civis ou algum meio que possa lhe render algum dinheiro para ajudar nas contas e na renda familiar. Alguns já exercem atividades no meio rural, como a criação de animais, mas em sua maioria praticam atividades voltadas para a agricultura familiar.

O conhecimento que esses pescadores compartilham ao qual nos referimos de conhecimento tradicional pode ser aplicado e utilizado para produção do conhecimento científico. Do ponto de vista da ciência e conhecimentos específicos voltados a fauna ictiológica, se o peixe não completar seu ciclo de reprodução, o abastecimento e volume populacional da espécie diminui drasticamente e em casos mais graves pode chegar à extinção. Especialistas já despertam preocupação de algumas espécies já estarem entrando nessa linha vermelha. E para o conhecimento compartilhado por grande parte dos pescadores,

isso não pode chegar a ocorrer, pois, “o que Deus deixou nunca vai acabar”. O importante é perceber que o conhecimento observa perspectivas diferentes, visões diferentes, os diversos saberes populares. E que podem compartilhar entre si conhecimentos científicos e tradicionais.

A importância de analisar como esse grupo vivência o período do defeso as estratégias que eles utilizam para manter a renda familiar, nos trazem um entendimento da realidade dos pescadores, assim nos fazem perceber que esses pescadores desenvolvem sua própria forma de viver de acordo com as possibilidades entre o meio terrestre e aquático em que vivem.

Pode-se perceber também que há uma migração nos municípios do Alto Solimões, onde pescadores que residiam em comunidades ribeirinhas estão vindo para os municípios, devido a problemas financeiros, educação para os filhos, conflitos e até mesmo em busca de novas realidades.

Então nessa perspectiva iniciei com as hipóteses de que os pescadores utilizam de algumas estratégias para manutenção de sua renda e alimentação familiar no período do defeso, dentre as estratégias utilizadas no período do defeso estão aquelas que se distanciam da atividade pesqueira lucrativa, como a pesca de algumas espécies menos comercializadas, pois, nem todas entram no defeso, porém com pouco valor comercial. A agricultura e até mesmo o comercialização de produtos extrativistas como uma forma de manter a renda mensal e a alimentação da família.

Alguns pescadores chegam a recorrer a prática da pesca de espécies proibidas de forma clandestina atuando junto com atravessadores de forma criminosa. Como última hipótese, algumas dessas pessoas que se afirmam ser pescadores não atuam na pesca e só estão interessados em receber o seguro defeso podendo não ser considerados pescadores.

O problema que buscamos resolver e encontrar respostas através da pesquisa apresentou-se, na forma da seguinte pergunta, quais seriam as estratégias e vivências adotadas pelos pescadores e pescadoras durante o período do defeso para a manutenção da renda econômica e alimentação familiar?

## **1.1 SOBRE A METODOLOGIA**

A metodologia foi fundamentada e organizada em três etapas, a primeira voltada para de pesquisa de campo, foram contatados os pescadores que seriam os interlocutores da

pesquisa, onde teve-se como proposta a observação de seu cotidiano e prática da atividade. Possibilitando a coleta de dados com a realização de etnografia e observações participantes.

Foram utilizados como instrumentos de coleta de dados roteiros de entrevistas, com a intenção de captar a variedade de entendimentos e informações sobre o tema a partir dos pescadores e refletir sobre os fatores socioeconômicos, visando as atividades para além da pesca que contribuem para a economia e alimentação dessa população durante os meses do defeso.

Como segunda etapa da pesquisa foi proposta a realização de uma análise documental (CELLARD, 2014), voltada para as legislações e leis criadas que envolvam os pescadores, fazendo um levantamento com caráter histórico de conquista da classe pescadora, chegando até as atuais criações de legislações que incluam os pescadores. Foram feitas aproximações com a Associação de pescadores de Benjamin Constant – ASPBC e aproximação com a Colônia de Pescadores Z-3, presente no município para coleta de dados e informações relevantes para a pesquisa, para compreender a efetivação e aplicação dessas leis dentro da realidade dos pescadores.

Como terceira e última etapa, foi possível realizar dentro das entrevistas e questionários aplicados um calendário ecológico das atividades que eles realizam durante o ano para além da pesca como profissão, onde os próprios pescadores descreveram com base em sua relação com a natureza. Foi solicitado ao desenhista Arlington da Costa Mauricio que desenhasse o calendário ecológico e a paisagem contendo os instrumentos de pesca, respectivamente constantes nas páginas 61 e 75.

Outra parte da coleta de dados se cumpriu com a identificação das características dos peixes e espécie de acordo com o conhecimento que os pescadores possuem sobre os peixes, possibilitando a criação da tabela apresentada na página 68, deste trabalho.

A perspectiva de análise dos dados fundamentou-se no método de pesquisa qualitativa entendido como aquela que nos termos de Minayo (2016, p. 20) “[...] responde questões muito particulares. Ela se ocupa, dentro das Ciências Sociais, com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”. E que se distânciava do universo quantitativo onde os dados representados em números. Busca se aqui analisar os significados e entendimentos, que se refletem na vida dos interlocutores e que para nós pesquisadores sociais servem como dados que podem ser interpretados e representados em argumentações e descrições.

A etnografia segundo Chizzoti (2014, p. 65) “Foi apropriada como uma antropologia descritiva dos modos de vida da humanidade, e introduzida como um modo de descrição social e científica de uma pessoa ou da configuração cultural de uma população”. E a observação participante, como técnica buscando interagir nas atividades realizadas pelos pescadores, segundo Gil (2018, p. 103) “A observação participante ou observação ativa, consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada.” A possibilidade de utilizar juntos esse método e técnica propuseram o desenvolvimento desse trabalho de forma promissora e possibilitaram sua conclusão.

As entrevistas foram realizadas a partir de escolhas aleatórias com pessoas integrantes do grupo pesquisado, seja com homens ou com mulheres, a intenção de certa forma era conhecer o ponto de vista de pessoas que vivem da atividade pesqueira, tomando-se o cuidado de incluir representantes de diferentes faixas etárias, sexo e etnia, para que se pudesse garantir, na medida do possível uma representatividade ampla. Segundo Gil (2018, p. 109) “A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação”. Que foram de grande valia para a pesquisa e construção deste trabalho, assim como a ampliação de conhecimento acerca do tema.

## **1.2 SOBRE O LÓCUS DA PESQUISA: DESCRIÇÃO DO MUNICÍPIO DE BENJAMIN CONSTANT-AM**

O município de Benjamin Constant, Amazonas, fica situado a fronteira entre Brasil e Peru, separados pelo rio Javari. A região também é conhecida como tríplice fronteira, entre Brasil, Peru e Colômbia. Tem como municípios limítrofes Atalaia do Norte, São Paulo de Olivença, Jutai, Eirunepé, Ipixuna e Tabatinga. Pertencente a mesorregião sudoeste amazonense, e a microrregião do alto Solimões. A distância de 1,119.16 km da capital Manaus. Conta com instituições públicas, que são destinadas gestão municipal, saúde, segurança pública, educação e instituições organizadas de pescadores.

A principal forma de acesso a cidade se dá por meio fluvial, através de barcos, lanchas e canoas, por meio terrestre tem-se a BR – 307 que liga Benjamin Constant a Atalaia do Norte, mas também é possível acesso por meio aéreo com aviões anfíbios, hidroaviões e helicópteros. Dentre os meios de transporte no município há uma predominância de

motocicletas e poucos automóveis como carros, vans, ônibus, caminhões, tratores e máquinas pesadas que circulam nas avenidas e ruas.

Parte da alimentação é composta por produtos naturais e regionais advindos da agricultura, pesca, extrativismo e cultura de algumas plantas e palmeiras como o açaí. Têm-se o consumo de produtos industrializados como frango, carne e outros congelados, alimentos não perecíveis como o arroz, macarrão, feijão, açúcar, óleo de cozinha e sal, que são trazidos em grandes embarcações, que tem sua navegação dificultada no período da seca quando o leito do rio fica raso impossibilitando a atracação no porto da cidade. Esse problema faz com que os comerciantes aumentem o preço desses produtos.

A cidade tem uma forte atuação na educação e conta com várias escolas sendo uma de tempo integral e um polo da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, o Instituto de Natureza e Cultura – INC. Onde se tem produzido pesquisas, desenvolvido projetos e graduado estudantes.

O município também conta com comunidades que estão situadas nas regiões próximas ao município, algumas distantes e outras bem próximas, que residem nas margens dos rios, calhas, igarapés e vale do Javari, a maioria com a característica ribeirinha. Em estimativa do IBGE, segundo dados de 2021, o quantitativo de pessoas do município é de 44.873 pessoas, houve um crescimento significativo na população que em 2010, totalizava 33.411, pessoas.

Algumas das ações criminosas que ocorrem na região se situam com base na pesca ilegal em áreas indígenas, a extração da madeira e o escoamento de droga, que vem dos países vizinhos, onde a região é utilizada como rota para o tráfico. Por ser uma região de fronteira esses crimes ocorrem com frequência e desencadeiam outros crimes que vão do furto ao homicídio.

O município conta com o número aproximado de 3.114, pescadores cadastrados na colônia e na associação, segundo dados coletados nas organizações presentes no município, no ano de 2022. Existia uma outra associação conhecida como Águia Dourada, porém, já existem poucas informações sobre ela. Segundo a pesquisa existem vários pescadores que exercem a atividade que já estão aposentados ou que não são cadastrados em nenhuma das entidades representativas, que formam um número considerável, porém não estimado.

### **1.3 A INSERÇÃO NO CAMPO**

Antes que se houvesse contato direto com os pescadores, foi realizado um levantamento dos órgãos no município que tivessem relações com pescadores. Foram feitas visitas e diálogos com a Secretaria Municipal de Agricultura e Pesca-SEMAP, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas-IDAM, Feira Municipal de Benjamin Constant e Mercado Municipal Getúlio Alencar, Associação de Pescadores(as) de Benjamin Constant-ASPBC e Colônia de Pescadores Z-3 de Benjamin Constant.

Realizou-se observações e conversas nesses locais, assim como na feira e lugares onde os pescadores se reuniam. Onde cumpriu-se as questões de apresentação e descrição da pesquisa, para que não houvesse restrições ou algum tipo de desinformação por parte dos interlocutores ou órgão público.

Ao todo foram feitas 12 visitas, a Associação de Pescadores de Benjamin Constant – ASPBC, onde sempre se encontrava um número considerável de pescadores e era possível aplicar questionários e realizar entrevistas. Em algumas das tentativas de contato não era possível encontrar essas pessoas em suas casas, pois, estavam realizando outras atividades que ajudavam na manutenção da renda e alimentação da família.

**Imagem 01: Pescaria de caniço**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

**Imagem 02: Captura do pacu**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

Com a aproximação dos pescadores no campo foi possível realizar a atividade da pesca, contando com o ensinamento e auxílio por parte do pescador. A realização da atividade foi feita no igarapé Crajarí, onde saímos da cidade de motor rabeta e entramos no igarapé, por



um percurso de mais ou menos uma hora. Em seguida viemos baixando lapeando nossos caniços para pegar pacus e sardinhas.

Pode-se identificar que a maioria dos pescadores não vive somente da pesca, mas também da agricultura e saem ao nascer do dia para realizar suas atividades cotidianas. Vale lembrar que parte da pesquisa de campo foi realizada no período do defeso justamente para observar essas estratégias e vivências alternativas as quais os pescadores recorrem.

Durante o contato e coleta de dados, o ponto ou até mesmo o recorte que mais se destacou e chamou atenção durante o campo foi uma reunião de pescadores e diretoria da ASPBC. A reunião foi realizada no dia 10 de dezembro de 2022, onde os pescadores reuniram-se para discutir assuntos referentes ao seguro defeso de 2022/2023 e o seguro defeso de 2015, que foi um período defeso em que não houve o pagamento do benefício desde aí se seguiu uma luta pelo recebimento desse benefício não efetuado.

Aquele dia saí de casa as 6h00min fui fazer minha observação matinal no mercado municipal de peixe, depois fui para a reunião que teve início às 9hrs, a reunião teve pontos importantes, mais o período que fiquei das 6h30min às 9hrs e depois da reunião foram os mais significativos e importantes da pesquisa, onde observou-se a socialidade e a comunicação entre esse grupo.

Como eu havia ido antes de tomar café, alguns pescadores me convidaram, (tomavam o café preto com a pupunha) e logo entre os olhares de estranhamento a minha presença e as dúvidas referentes a mim:

**Pescadores:** O que eu estava fazendo ali? De onde eu era? Sobre o que era a reunião?

**Pesquisador:** logo me apresentava e fala de onde eu tinha vindo. E que eu estava ali fazendo pesquisa.

**Pescadores:** Ficavam em dúvida e surpresos por eu estar pesquisando sobre eles. Alguns se aproximavam e conversavam. Perguntavam como era a pesca no município de onde vinha?

**Pesquisador:** eu respondia e conforme eu lhes contava ficavam surpresos quando eu comentava que muito do que se tem aqui não se tem lá, e vice-versa, (...). Ficam felizes em saber que eu era filho de pescador e que eu estava ali perto de concluir meu curso em antropologia, alguns demonstravam a preocupação que tinham em seus filhos estudarem e conseguirem entrar na universidade, “(...) pra eles não sofrere como nos sofre.” (CADERNO DE CAMPO, 2022).

Os pescadores ficavam curiosos e depois que me apresentava com a pesquisa que realizava, acham interessante e queriam participar. Os representantes da associação acharam muito bom, pois não se tinha quase nenhum contato com a universidade. O presidente da associação afirmou:

Olha só a última vez que a o pessoal da universidade teve aqui, faz muito tempo eu não lembro nem o ano. Mas eu lembro o nome do professor que esteve aqui fazendo pesquisa era Ruan não sei de que, mas que bom que vocês estão vindo até nos eu tive na universidade acho que faz dois meses. (TRANSCRIÇÃO DA FALA DO PRESIDENTE DA ASPBC, 2022).

Ali percebeu-se a necessidade do contato da universidade com a população do município. A inclusão desses grupos pode gerar relações muito produtivas, o contato com a sociedade e a troca de conhecimentos é indispensável. A realização de pesquisas pode dar visibilidade a essas pessoas e um certo reconhecimento, a percepção que se teve no contato com os pescadores e o levantamento nos órgãos é que eles são muito despercebidos e quase invisibilizados.

## 1.4 ABORDAGEM PRELIMINAR DOS ASSUNTOS TRATADOS

### 1.4.1 Período do defeso

O período do defeso é um período de restrição a captura das espécies de peixe citadas a seguir, iniciando no Amazonas em 15 de novembro e se estende até 15 de março do ano posterior, onde geralmente, quem recebe o seguro defeso fica proibido de realizar a atividade. A lei se aplica também aos que não recebem o seguro defeso, pois, fica proibida a captura e comercialização.

Imagem 03: Cartaz do Período Defeso



Fonte: Site IPAAM, 2023.

Do ano passado para esse ano, segundo o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas- IPAAM, estavam em cartaz a proibição da pesca das espécies, Pirarucu (*Arapaima gigas*), Tambaqui (*Colossoma macropomum*), Aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), Caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*), Mapará (*Hypophthalmus spp.*), Matrinxã (*Brycon spp.*), Pacu (*Mylossoma spp.*), Pirapitinga (*Piaractus brachipomus*), Sardinha (*Triportheus spp.*) e Surubim (*Pseudoplatystoma punctifer*). A restrição se encerrou em 15 de março deste ano, e iniciará novamente em 15 de novembro.

Durante esses meses ocorre a reprodução dessas espécies de peixes, sendo que as espécies que entram em cartaz de proibição geralmente não mudam, mas podem tanto mudar quanto continuar de acordo com os órgãos responsáveis. No Amazonas tem-se em cartaz todos os anos a proibição da pesca e comercialização do Pirarucu (*Arapaima gigas*), que permanece o ano todo no defeso, é extremamente proibida sua captura na natureza e sem manejo licenciado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Outra espécie com proibição de captura específica é o Tambaqui (*Colossoma macropomum*), que entra no defeso mais cedo a partir do dia 01 de outubro permanecendo até 31 de março.

Dentre as poucas espécies em cartaz que têm sua captura proibida entre esses meses e que podem ser retiradas, assim como outras podem ser inseridas, com exceção ao pirarucu e o tambaqui que não se tem previsão de saída dos cartazes de defeso. Há as espécies que não entram no defeso e que também sofrem com o mesmo problema de pesca predatória e irresponsável muitas vezes, por ficarem de fora do defeso ficam desprotegidas durante o período da reprodução ocasionando a sua captura em grandes quantidades.

Devido a proibição da atividade e atraso no pagamento do Seguro Defeso, muitos pescadores ficam com a renda comprometida e recorrem a outras atividades. Uma delas talvez a mais desesperada é a pesca ilegal nesse período. Onde se captura essas espécies que tem maior valor no mercado, as vezes chegando a se ter um aumento de preço substancial nesse período atraindo a ambição de alguns pescadores. Sendo que as proibições da pesca foram regulamentadas em 1988, para evitar a pesca durante esse período, onde segundo Rapozo (2015),

[...] a criação da Lei nº 7.679 de 1988 regulamentaria a proibição da pesca em determinados períodos de reprodução de espécies ameaçadas ou que tivessem seu ciclo reprodutivo comprometido. Instituiu-se o período do defeso penalizando, entre outras atividades, a utilização de determinados apetrechos de pesca que causariam

grandes impactos na captura do pescado, assim como maior restrição a embarcações e pescadores sem autorização de órgãos competentes. (RAPOZO, 2015, p. 80)

O pescador precisaria se regularizar-se e em alguns casos modificar seus materiais de pesca e formas de captura que se demonstrassem predatórias. A proibição tinha como intenção proteger o ciclo reprodutivo de algumas espécies que estavam sendo comprometidos. Mas infelizmente desde a regulamentação da pesca ainda se tem a prática ilegal da atividade.

Os trabalhadores da pesca ficariam desempregados neste período era necessária a criação de estratégias para a manutenção da renda desses trabalhadores para que eles não tivessem que recorrer a atividade. Houve então o surgimento de uma política pública que vinha atender essa demanda, como os trabalhadores da pesca ficavam desempregados de forma involuntária, estes foram encaixados em uma categoria especial de seguro-desemprego, que ficou mais conhecido como seguro defeso.

#### **1.4.2 Seguro defeso**

O seguro defeso é o mesmo que seguro-desemprego do pescador, sendo uma estratégia do governo federal de dar apoio a pessoas que vivem e sobrevivem da atividade pesqueira, entre eles população urbana, indígenas e ribeirinhos. Para que estes não realizem a atividade dentro do período estabelecido, que é durante os meses em que ocorre a reprodução dos peixes, definido em cada estado. Os pescadores que recebem esse seguro estão inseridos na Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – PSDPA, segundo a pesquisa de mestrado realizada também na região amazônica por Oliveira Filha no ano de 2017,

O Seguro Desemprego do pescador é parte integrante do Programa de Seguro Desemprego regulamentado pela Lei nº 7.998/90, também conhecido como “seguro defeso”. A Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal (PSDPA) é uma assistência financeira temporária concedida aos pescadores profissionais artesanais que, durante o período de defeso, são obrigados a paralisar a sua atividade para preservação da espécie. (OLIVEIRA FILHA, 2017, p. 73)

No total o pescador é beneficiado com a soma de quatro parcelas que são divididas e pagas dentro de quatro meses, o valor de um salário mínimo, sujeito a reajuste. Para que estes não tenham que recorrer a atividade, porém, na prática isso não acontece, na maioria das vezes o dinheiro atrasa e muitos não são beneficiados por incorreção na documentação. E isso vem ocasionar a pesca ilegal que é quando esses pescadores por necessidade ou não, acabam exercendo a atividade e não respeitando o período, pescando os peixes e vendendo de forma clandestina a atravessadores que escondem o peixe até o defeso acabar.

Rapozo (2015), relata um elemento importante que foi criado com a Lei nº 10.779/2003, segundo ele,

Outro elemento importante consolidado ao longo daquilo que poderíamos considerar resultado das ações das políticas públicas em debate com a sociedade civil, através das organizações sociais e movimentos de trabalhadores da pesca, está na regulamentação da Lei nº 10.779 de 25 de novembro de 2003, que estipularia a concessão de seguro-desemprego aos pescadores profissionais e artesanais no período em que suas atividades estivessem paralisadas parcialmente, em detrimento ao período do defeso, quando ocorre a reprodução de algumas espécies de ciclo reprodutivo ameaçados. (RAPOZO, 2015, p. 83)

Pode-se dizer que boa parte da população que vive da pesca não recebe o benefício principalmente por falta de documentação, por não ter interesse em se vincular ou por não exercerem a atividade como profissão. Mas aqueles que conseguem receber são vistos como pessoas que saíram do esquecimento. Como afirma OLIVEIRA FILHA (2017, p. 74) “Destaca-se que a Lei nº 11.959/2009 retirou do esquecimento muitos pescadores, principalmente na Amazônia, onde muitos pescadores não tinham sequer Registros de Nascimento.” Algo com o qual muitos pescadores ainda encontram complicações principalmente quando vão tentar realizar a aposentaria é a falta de documentos.

A importância de falar sobre temas como este nos remete a pensar principalmente que as espécies de peixes têm seu número reduzido cada vez mais, pois, quando se faz a captura do peixe nesse período ele não se reproduz e sua população não aumenta de forma significativa, o que mais tarde pode acabar ocasionando a extinção dessas espécies e um desequilíbrio tanto da vida aquática como terrestre, ocasionalmente.

### **1.4.3 Pescadores profissionais artesanais**

Os pescadores representam uma parcela da população que com sua atividade contribui para o comércio e produção de parte da alimentação no município. Sendo que somente na Associação de Pescadores(as) de Benjamin Constant-ASPBC, existe o quantitativo de 1.114 associados. Dentre estes estão os pescadores “antigos” que já recebem o seguro defeso e os “novatos” que já “irão começar a receber a partir de um número de protocolo”.

E na Colônia de Pescadores Z-3 de Benjamin Constant, o número de aproximadamente 2.000 pescadores, dentre os quais estão recebendo o seguro defeso o quantitativo de 1.250. Os dados coletados têm como fonte as duas instituições, que contribuíram com as informações sobre o quantitativo de pescadores cadastrados.

O diálogo com grupos de pescadores artesanais, possibilitou uma visão de que esse grupo formado por indivíduos que produzem parte de seus próprios instrumentos de pesca, pois, com a industrialização desses produtos ficou mais fácil adquirir uma malhadeira e uma tarrafa que eram os instrumentos mais demorados de ser produzidos. Encontramos o sentido de ser pescador artesanal no conhecimento tradicional que é transmitido ou adquirido dos mais velhos para os mais novos. Segundo Diegues, 2004:

Conhecimento tradicional na pesca é entendido como um conjunto de práticas cognitivas e culturais, habilidades práticas e saber-fazer transmitidas oralmente nas comunidades de pescadores artesanais com a função de assegurar a reprodução de seu modo de vida. (DIEGUES, 2004, p. 196)

Podemos comparar a atividade da pesca com outros trabalhos artesanais como fez DIEGUES (1983, p. 198) “Podemos dizer que, no caso da pesca, o domínio da arte exige um período de experiência mais longo que nas outras formas de artesanato”. E verificar que assim como outras atividades exige uma certa experiência em ser pescador. Segundo ele “Já o pescador artesanal é obrigado a dominar o manejo de diferentes instrumentos de captura utilizados para diferentes espécies de pescado, num meio ambiente em contínua mudança.” (DIEGUES, 1983, p. 198). Sabemos que esses pescadores desenvolvem sua própria forma de viver de acordo com as possibilidades e o meio em que vivem.

Por meio da pesquisa pode-se perceber que há uma migração entre os municípios do alto Solimões e rio Javari, onde pescadores que residiam em um município migram para outro, como foi o caso de um pescador identificado na pesquisa que veio do município de Atalaia do Norte para Benjamin Constant. Outra forma de migração interna ocorre quando estes que residem em comunidades ribeirinhas estão vindo para os municípios, devido a problemas financeiros, educação dos filhos, conflitos e até mesmo em busca de novas realidades.

Com essas migrações existe um número bastante amplo de pescadores na zona urbana que trazem seus métodos de pesca e suas experiências de vida e realização da atividade. Não esquecendo seus conhecimentos com relação a pesca artesanal, ou seja, seus materiais de pesca produzidos por eles mesmos e a forma de realizar a atividade e a forma de se comunicar nas linguagens produzidas por eles.

Tem-se surgido um debate a cerca da pesca artesanal, onde os pescadores têm sido contestados na categoria, por utilizarem com frequência materiais de pesca industrializados. Eles poderiam assim estarem deixando de lado a pesca artesanal praticada por seus pais e avôs, realizada a partir da confecção e produção de seus próprios materiais de pesca como

malhadeiras, tarrafas e outros materiais de pesca. Contorna-se esse debate e se tem como outro ponto, a característica de pescadores artesanais não estar apenas na produção, mas também no conhecimento que é transmitido sobre a pesca.

#### 1.4.4 O pescador e a pesca

Estes trabalhadores que produzem parte substancial da alimentação municipal. Algumas vezes passando dias ou até meses realizando a atividade para se retirar o sustento diário a renda mensal. Outros produtos vendidos por pescadores também fazem parte dessa economia, a agricultura contribuiu sendo um dos meios que recorrem para manutenção da renda. Podemos destacar o comércio de produtos industrializados e locais extraídos da natureza, onde se tem a madeira, a carne de caça, a farinha, o açaí, as poupas de frutas, as ervas medicinais e alimentícias.

Ser pescador não é apenas se dizer que é, não é na intenção de se receber um benefício durante um certo período, que se forma um pescador. Muito menos com uma pescaria introdutória ou um curso de pesca que irá tornar uma pessoa possuidora dos conhecimentos tradicionais da pesca, que se levam anos para adquirir. Pois, como afirma Leitão (2011, p. 278) “Este ser pescador, saber sê-lo, conhecer a profissão, constituem os elementos utilizados pelos pescadores na construção de sua identidade, como profissionais autônomos, enquanto pequenos produtores”. E ainda segundo ele “este pescador mesmo é por eles considerado o autêntico profissional da pesca, aquele que vive disso e tem na pesca sua única possibilidade de renda, de ligação com o mercado” (LEITÃO, 2011, p. 278).

Ser pescador requer conhecimento e prática na pesca, que muitas vezes é como propõem Ferreira (2011) uma pesca de subsistência. Que “[...] representa a obtenção de alimento para o pescador e sua família, que tem no peixe a sua principal fonte de proteína” (FERREIRA, 2011, p. 293). Mais como se aprende a ser pescar?

Por participar de todas as atividades da vida ribeirinha, os meninos e meninas vão incorporando o conhecimento e a experiência de seus pais, acompanhando-os na roça, na mata, tirando madeira, coletando plantas para remédio, convivendo com os peixes, e assim vão perpetuando o saber[...]. (FERREIRA, 2011, p. 294)

Os conhecimentos tradicionais são transmitidos na prática, acompanhados e desenvolvidos os processos vão sendo absorvidos e incorporados de geração em geração,

assim o conhecimento tradicional e da pesca mais propriamente dito não apenas é passado como também constantemente vivenciado e encarado como uma identidade. Levando em consideração também que

Para o pequeno produtor da várzea a pesca é uma atividade essencial. Ela lhe fornece alimento, pois o peixe é sua principal fonte de proteína, e também lhe fornece renda, já que são muitos os moradores da várzea que tem na pesca sua principal atividade econômica, ou vendem o excedente de sua produção. (CÂMARA; MCGRATH, 2011, p. 361)

O pescador faz da pesca a sua principal renda e dela retira o sustento diário. Não podemos deixar de ressaltar as mulheres pescadoras que vem desenvolvendo movimentos que são muito importantes para o reconhecimento de seus direitos como afirma Alencar,

O movimento de mulheres pescadoras coloca em questionamento a ideia de unidade da categoria, pois na prática o movimento iniciado pelos homens não discute questões relativas à mulher pescadora. Por esse motivo, o movimento dos pescadores se depara, hoje, com alguns problemas no que se refere ao processo de organização das mulheres. (ALENCAR, 2011, p. 459)

Os movimentos de mulheres pescadoras vêm tendo resultados como também tem garantido diversos direitos para as trabalhadoras da pesca que assim como os homens também retiram das águas o sustento de suas famílias e dão continuidade na reprodução do conhecimento tradicional da pesca.

#### **1.4.5 As atividades alternativas**

Como nem todos os peixes entram em cartaz no defeso algumas espécies continuam sendo capturadas e a venda continua sendo feita, porém, por serem peixes menos comercializados, por terem um valor menor no mercado alguns pescadores recorrem a outras atividades socioeconômicas.

Como afirma Oliveira Filha, citando Maneschi et al:

O pescador artesanal, quando não está numa atividade de captura, costuma desenvolver uma atividade agrícola ou criação de animais de pequeno porte, o que complementa a subsistência e alimenta trocas entre famílias, entre vizinhos e, mesmo, entre diferentes comunidades, numa típica economia de escambo, muito comum na região amazônica (MANESCHI et al, 2006 apud OLIVEIRA FILHA, 2017, p.93-94).

Geralmente os pescadores têm sua renda baseada não somente na pesca, mas também em outras atividades, que tendem a se intensificar nesse período. As plantações e a criação de



animais são um breve resumo dessas atividades. Os pescadores também se relacionam entre grupos familiares que realizam trocas e ajuris para produção de roças e colheita.

A agricultura faz parte da vida de muitos pescadores que podem recorrer a ela no período do defeso. Segundo Ferreira (2011, p. 288) “A agricultura de subsistência é outra atividade básica do ribeirinho. Plantam roças de fumo, batata e feijão na praia em épocas de vazante. Milho, arroz e mandioca, nas áreas mais altas, onde a água demora mais tempo a chegar”. Com produtos retirados de suas roças eles tendem a comercializar e manter a renda da atividade principal que é comprometida, com a proibição da pesca.

A agricultura não é uma atividade exclusiva de pescadores ribeirinhos, ela também é exercida por pescadores do meio urbano. Podendo ser realizada tanto na terra firme como nas áreas de várzea sujeitas a alagação no período da cheia, mas para isso são precisos conhecimentos e uma relação de longa data com a natureza. Esses conhecimentos e a relação com o meio podem ser apresentados na forma de um calendário ecológico, que não se baseia no calendário anual, mas na percepção e conhecimento do homem sobre o meio em que vivencia e realiza suas atividades.

O extrativismo vegetal é também uma alternativa a qual os pescadores recorrem. A retirada de frutos da natureza como o açaí (*Euterpe oleracea*), buriti (*Mauritia flexuosa*), tucumã (*Astrocaryum vulgare*), patauá (*Oenocarpus bataua*), abacaba (*Oenocarpus bacaba*), castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa*) e outras. O destino dado a essa atividade pode ser tanto comercial quanto para alimentação familiar. Aqui também pode-se encaixar a retirada de madeira, com a finalidade para venda, manutenção da moradia, a produção de canoas e remos, utilizados na pesca.

No período do defeso é comum recorrerem a trabalhos urbanos, como a construção civil chegando a atuar em empresas ou por diárias de trabalho. Outros trabalham como catraieiros, mototaxistas, padeiro, pintor, carregador, roçador, carpinteiro, limpeza de terrenos e quintas, são diversas as atividades a que essas pessoas recorrem para manterem suas rendas estáveis até o período de liberação da pesca.

O extrativismo animal por meio da caça é praticado por alguns desses pescadores que também se dedicam a essa atividade como forma de conseguir alimentação familiar e renda. Alguns pescadores associam a pesca e a caça muitas vezes praticando as duas ao mesmo tempo, mas no defeso podem recorrer a ela de maneira mais dedicada. Como o comércio de carne de animais silvestres ocorre de forma ilegal no município é visto como opção de consumo alimentar e renda para os caçadores que na maioria das vezes também são

pescadores. Mas vale lembrar que a comercialização de carne de caça é crime em todo o país, exceto do javali, pela Lei Federal 5.197/67 e Lei 9.605/98

Embora se tenham muitas omissões e um certo receio em se tocar no assunto, existe recorrência a atividades condenáveis, como a pesca e a caça ilegal. Geralmente os pescadores tendem a se ofender quando questionados sobre esse tipo de ação, é comum apontar alguém que pratique tal ato, mas sempre se resguardando como correto em sua prática respeitando o período do defeso e os animais silvestres.

## 2 PERÍODO DO DEFESO: PROIBIÇÃO DA PESCA

A pesca e o período do defeso passaram por um longo período de debates que permeia desde a colonização até os dias atuais, faz-se necessário um breve histórico pautado em leis, decretos e portarias, para se introduzir nesse contexto e entender as definições mais atuais. Podemos iniciar com o período colonial no Brasil, mas vale ressaltar que as primeiras ações de um governo relacionadas a atividade da pesca são anteriores ao período colonial brasileiro, por exemplo “quando a pesca da baleia, se constituiu como um monopólio real, entregue a particulares” (CAMARGO, 2021). A caça as baleias demonstrou ser uma fonte econômica em potencial, realizadas por contratos com a coroa, tornou-se uma das riquezas a ser explorada também no Brasil colônia.

Passando ao período pós-colonial, mais especificamente ao período do segundo reinado, em 1846, a partir do decreto nº 447, destinou-se a marinha a responsabilidade de matricular e fiscalizar os pescadores. Em 1856, são incorporadas por meio de um decreto legislativo, nº 876, as companhias de pesca. Já em 1881, o decreto nº 8.338, além de regulamentar o ato de 1856, também

estabeleceu várias medidas destinadas a proteger os recursos aquáticos, proibindo a colocação de cercas e outros aparelhos para impedir a passagem dos peixes, o lançamento de drogas ou substâncias venenosas nas águas, a pesca fora de época e o emprego de processos que pudessem prejudicar o repovoamento dos rios. (CAMARGO, 2021)

Via-se aquele período como um favorecimento as atividades da pesca e proteção dos recursos, mas essas ações não trouxeram resultados esperados para o Brasil, sendo necessário três décadas depois uma revitalização e incentivo a atividade pesqueira. Tinha-se ainda nesse período a utilização de dinamites e produtos químicos na realização da pesca, o que se constituía como um problema, logo seriam necessárias inspetorias para organizar e fiscalizar as ações que envolvessem a pesca.

No período da república a pesca novamente se torna uma pauta a ser discutida, pois, o Brasil consumia uma grande quantidade de peixe importada, revelando que a pesca era pouco explorada economicamente. A situação mudou com a instalação do Ministério da Agricultura e Comercio, que passou a ter a gerência da pesca a partir de 1912, no mesmo ano é criada com o decreto nº 9.672, a Inspeção da Pesca, sediada no Rio de Janeiro. Desse

modo, “o setor ganhava uma instituição própria que tinha a incumbência de fomentar e fiscalizar as atividades pesqueiras no Brasil” (GOULARTI FILHO, 2016, p. 11).

Em 1914, com a criação da Inspetoria dos Portos e Costas e devido o início da Primeira Guerra Mundial a marinha precisou atuar junto aos portos para garantir a segurança, sendo assim também foi incumbida pela regularização e proteção das atividades pesqueiras, nesse ato se extingue o órgão de Inspetoria da Pesca. Em 1923, a marinha aprova os estatutos de colônias e confederações tanto nacionais como estaduais. No mesmo ano é aprovado o regulamento da pesca que teve a introdução de uma nova organização.

O decreto 23.672, que era regido pela criação do Código de Caça e Pesca é aprovado em 1934, mas é somente quatro anos depois que vai se tornar o Decreto-lei 794. Com o decreto nº 50.872/1961, é criado o Conselho de Desenvolvimento da Pesca-Codepe. E como uma das ações desse conselho veio a criação da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca-Sudepe, delegada pela Lei nº 10/1962, onde mantinha-se o vínculo com o Ministério da Agricultura. Em 1967, com o Decreto-Lei nº 221, é revogado o Código de Pesca.

A primeira lei de proteção ambiental no Brasil, com caráter específico foi criada em 1981, com a política de proteção ambiental. A lei nº 6.938, de 31 de agosto, tinha a finalidade de preservação, melhoria e recuperação do meio ambiente. Vale destacar a abrangência de todos os ecossistemas e a finalidade da lei, no inciso quarto do artigo dois, “IV-proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;”. Podemos perceber tal ação como o ponta pé inicial para a criação de novas políticas de proteção ambiental e seguridade para a população brasileira.

Nesse sentido é criado o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais-IBAMA, em 1989, extinguindo a Sudepe. Mas antes da criação do instituto era responsabilidade da Sudepe a organização e proteção da pesca e das espécies. Não deixando de considerar as primeiras preocupações brasileiras aplicadas pelas restrições de pesca iniciadas em 1881, com a preocupação da utilização de produtos químicos e venenosos, assim como as formas de pesca predatória.

Segundo a portaria da Sudepe N-21/1977, o início e o fim de proibição da pesca seriam baseados no período da piracema. O que vem a ser alterado com a portaria N-24/1980, que define o período de defesa da piracema, estabelecendo a data de 1º de novembro de 1980 a 31 de janeiro de 1981, para todo o território brasileiro, para aquela temporada. Tendo em

vista que com a primeira portaria o defeso da piracema seria determinado pelas coordenações regionais de cada estado, atendendo a particularidades de migrações locais. Essa situação fugia ao controle da superintendência que resolve estabelecer um período para todo o território nacional posteriormente.

A atuação da Sudepe quanto restrições e períodos de defeso vêm bem antes em outros estados e principalmente nas áreas litorâneas, voltando-se principalmente para a pescaria marinha, mas sua atuação também ocorreu na pesca em estados do interior. Um exemplo da atuação foi o período do defeso do bagre no estado do Rio grande do Norte, pela portaria nº 66/1968, revogada no ano seguinte. A atuação da Sudepe com relação a pesca no Amazonas foi mínima em relação a outros estados, foi somente com a criação do IBAMA que a pesca amazônica teve maior visibilidade em características de proteção.

O período do defeso assim como a implementação do seguro defeso é marcado por quatro fases que são de suma importância para o entendimento da organização como política pública, em função de um caráter de proteção ambiental. Que inicia com sua criação na Lei nº 8.287, de 20 de dezembro de 1991, sancionada pelo presidente Fernando Collor, vindo a sofrer algumas alterações em três desses momentos, pelas leis nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, nº 11.959, de 29 de julho de 2009 e na Lei nº 13.134, de 16 de junho de 2015.

Em 1991, é instituído o seguro defeso como sendo uma modalidade especificada do programa Seguro-Desemprego, vindo a ser dedicada em atender o pescador artesanal. A deliberação do programa, deveria ser efetuada da seguinte forma, o pagamento de um salário mínimo durante os meses em que se define o período do defeso. No qual o pescador/trabalhador, estaria em situação de desemprego involuntário. Desde que esse pudesse comprovar o exercício da pesca a três anos de forma contínua. Deveria ser comprovado pelo Registro Geral de Pesca-RGP, que era função do IBAMA a emissão, a confirmação de atuação pela colônia ou associação ao qual o pescador fosse vinculado também era necessária.

Em 2003, a Lei nº 10.779, vem revogar a Lei nº 8.287/1991, com alterações que vieram ampliar e restringir ao mesmo tempo o programa. Mantendo algumas deliberações da lei anterior e sendo inclusas novas, como a redução do exercício prévio de atividade na pesca de três anos para apenas um ano, mediante ainda a comprovação. E a criação da Secretaria Especial de Agricultura e Pesca da Presidência da República-SEAP, que passava a ser responsável em emitir os RGP's, removendo do IBAMA essa função.

No ano de 2009, a criação da lei 11.959, estabeleceu-se os princípios da pesca no país, trazendo as definições que cabiam a respeito do pescador e da pesca. O que acarretou mais uma vez a ampliação do programa que pode abranger mais brasileiros. Agora não apenas o pescador poderia solicitar o seguro defeso como também eventuais trabalhadores associados a ação, são eles envolvidos na construção e nos reparos dos materiais da pesca, do transporte ao processamento do peixe. Ainda que não se tenha tratado especificamente do seguro defeso, este foi afetado e ampliado por sua influência.

Em 2015, com a promulgação da Lei nº 13.134, que visava a introdução de uma série de mudanças, tanto no seguro desemprego urbano como do pescador artesanal. A principal alteração foi a passagem da responsabilidade que antes era do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, para a Previdência Social, de verificar a habilitação dos beneficiários do Seguro Defeso. Com essa mudança o pescador não poderia acumular benefícios de transferência de renda, salvo alguns casos como pensão por morte ou acidente durante o defeso.

Mesmo com as mudanças e ampliações ainda se faz necessário melhorar a política pública do Seguro Defeso, para que se tenha um melhor aproveitamento por parte da população, e que seja cumprido o período de reprodução das espécies. É uma política pública que contribuiu muito para os pescadores artesanais, mas ainda requer melhorias em sua fiscalização e aplicação. Para que possa haver igualdade e melhor distribuição entre os estados brasileiros.

No que compete o período do defeso no Amazonas, a portaria do IBAMA nº 48, de 05 de novembro de 2007, que estabelece as normas de pesca e define as datas dos períodos do defeso assim como as permissões e proibições “na bacia hidrográfica do rio Amazonas, nos rios da Ilha do Marajó, e na bacia hidrográfica dos rios Araguari, Flexal, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Uaçá no Estado do Amapá” (IBAMA, 2007, p. 01). O primeiro anexo da portaria define o período do defeso no Estado do Amazonas, começando dia 15 de novembro e finalizando dia 15 de março.

A região do alto Solimões é encaixada no bloco C, anexo dois da portaria, dos rios do estado do Amazonas, categoria bacia do rio Solimões abrangendo todo corpo d’água seus afluentes e suas confluências. Dos municípios de Jutai, Santo Antônio do Içá, Coari, Manacapuru, Tabatinga, Tonantins, Amaturá, São Paulo de Olivença, Atalaia do Norte, Tefé, Alvarães, Urani e Iranduba. O município de Benjamin Constant não é citado nessa portaria,

mas dentro de seu território existe afluentes e confluente de rios de origem em outros municípios.

Na portaria nº 48, são registradas as espécies de peixes que são proibidas de captura nesse período, na bacia do rio Solimões, onde “fica proibida a captura, o transporte, a comercialização, o armazenamento e beneficiamento das espécies: pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), mapará (*Hypophthalmus spp.*), sardinha (*Triportheus spp.*), pacu (*Mylossoma spp.*) e aruanã (*Osteoglossum bicirrhosum*), matrinxã (*Brycon spp.*)”. (IBAMA, 2007, p. 03).

Mas antes da portaria nº 48/2007, tem-se duas instruções normativas do IBAMA, a primeira, nº 01/2005, que definia o período do defeso do pirarucu (*Arapaima gigas*), entre 1º de junho a 30 de novembro que alterou a normativa nº 34/2004, a segunda normativa é a nº 35/2005, criada para definir a data do defeso do tambaqui (*Colossoma macrapomum*), para o período entre 1º de outubro a 31 de março.

Pela resolução nº 21/2015 do Conselho Estadual de Meio Ambiente (Cemaam), retirou-se o jaraqui (*Semaprochilodus spp.*), que havia sido inserido pela resolução nº 18 de 2014, manteve-se as espécies de surubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*) e caparari (*Pseudoplatystoma tigrinum*). A resolução incluiu ainda no defeso as espécies aruanã (*Osteoglossum spp.*) e mapará (*Hypophthalmus spp.*) para compor juntamente com as espécies citadas na portaria nº 48/2007, o defeso no estado do Amazonas.

Durante o período do defeso o pescador fica proibido de realizar a captura das espécies mencionadas acima. Mas tem-se uma preocupação entre eles e até mesmo um certo mal entendimento quanto a proibição total ou parcial da pesca. Alguns param totalmente de pescar em quanto outros continuam com a captura das espécies que não estão em cartaz. Durante esses meses o pescador fica praticamente desempregado. A renda de sua família que é composta pelos lucros da pesca em sua maior parte fica comprometida, principalmente aqueles pescadores que não recebem o seguro defeso.

Alguns pescadores continuam realizando a pesca alguns como forma de manter a alimentação familiar e outros realizam a pesca ainda para a comercialização. A preocupação maior é apresentada pelos pescadores que recebem o seguro defeso, que pescam apenas as espécies que não estão em cartaz do defeso ou realizam a paralização total da atividade pesqueira. As espécies mais comercializadas e que geram mais lucro ao pescador são as que

ficam proibidas de captura, lhes restando a captura de espécies com menor valor e procura no mercado.

Segundo as portarias do IBAMA e do Cemaam, aqueles pescadores que são residentes de comunidades ribeirinhas e tradicionais, podem realizar a captura de até 10kg de peixe por dia para garantir a subsistência e alimentação familiar, somente é proibida a comercialização desse pescado. Mas nem todos os pescadores são residentes de comunidades ribeirinhas e nem todos recebem o seguro defeso. Sendo assim alguns pescadores tendem a realizar a atividade de comercialização do pescado mesmo sendo proibida.

Os pescadores apresentam dúvidas quanto a proibição e captura dos peixes. No que compete a venda e alimentação, o entendimento que se tem é que os peixes em cartaz são proibidos podendo haver a captura de outras espécies. Mas segundo a portaria do IBAMA e da Cemaam a pesca proibida é apenas das espécies definidas. Não havendo outras especificações referentes as outras espécies.

Existe no comercio do pescado uma certa característica comum a outros comércios, que são os produtos mais procurados, no caso os peixes mais procurados. Dentre essa procura destacam se o tamanho e o sabor de determinadas espécies assim como as receitas que utilizam espécies específicas de peixe como por exemplo o ceviche que tem como ingrediente principal a carne do pirarucu.

As espécies mais procuradas são as que possuem um maior valor comercial para os pescadores assim como marreteiros. Que algumas vezes chegam a acrescentar preços muito altos ao comercio de determinadas espécies ligando essa ação a lei da oferta e da procura. Sendo um negócio lucrativo para os pescadores capturar essas espécies de maiores valores e procura. As espécies mais lucrativas são as que entram em cartaz, ficando proibidas de comercializar.

Mas com a chegada do Período do Defeso esses pescadores, na intenção de manter uma certa estabilidade na renda familiar, tendem a realizar a pesca de espécies que possuem menor valor comercial. Mas que por haver uma certa paralização da pesca acabam se tornando a opção principal dos consumidores. Desse modo não ocorre a falta de peixe no mercado, é certo que ocorre uma redução no volume de produção mais a falta de peixe no mercado é difícil ocorrência.



Outro entendimento por parte dos pescadores é que quem recebe o Seguro Desemprego do Pescador Artesanal-SDPA é proibido de capturar qualquer espécie de peixe nesse período. Chegando a realizar uma parada total da pesca, realizando outras atividades nesse período para que não seja pego realizando a pesca e sofra consequências aplicáveis a tal ato, nesse período é comum uma diminuição na variedade de peixes da feira.

Por necessidade alguns pescadores recorrem a essa atividade ilegal, sendo pescadores registrados ou não. Por não terem outra forma de trabalho ou atividade de renda, alguns pescam pela subsistência, geralmente residentes de comunidades ribeirinhas e com características tradicionais, pessoas não associadas ou cadastradas em organizações da pesca.

## 2.1 AS ORGANIZAÇÕES DE PESCADORES

No município de Benjamin Constant existem duas instituições de pesca que são empenhadas no cadastro e registro dos pescadores. Por meio delas os pescadores comprovam a atividade da pesca e podem solicitar nos meses do defeso o SDPA. As instituições são a Colônia de Pescadores Z-3 e a Associação de Pescadores de Benjamin Constant-ASPBC.

Imagem 04: Sede da Colônia de Pescadores Z-3



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

A Colônia de Pescadores Z-3, fica situada no centro da cidade, localizada próxima à beira do rio ao lado do mercado municipal de pescado, o prédio fica ao lado da fábrica de gelo que também pertence a colônia e que fornece gelo para os pescadores do município. Existe

uma diferença no preço do gelo vendido, quem é associado na colônia paga um valor menor e quem não é paga um valor mais alto segundo a política da fábrica.

O número de associados é maior que o de pessoas que recebem o seguro, os pescadores com registro mais antigo recebem o SDPA, enquanto os novatos ainda não recebem por ainda não possuírem o RGP, mas segundo as informações fornecidas pelo secretário da Colônia estavam dando entrada com o número de protocolo para solicitar o seguro. São 1.250 pescadores que estão recebendo o seguro defeso regularmente, enquanto 750 pessoas aproximadamente ainda não recebem o seguro defeso, alguns aguardando o registro e outros já dando entrada como novatos no seguro.

No total a Colônia Z-3 conta com aproximadamente 2.000 pescadores, são homens e mulheres que vivem da atividade. Seu número de pescadores é maior que da associação. Segundo o secretário a colônia Z-3 já tem mais de 22 anos de existência, sendo assim ela pode emitir declarações de aposentadoria, auxílio-doença e salário maternidade. Da aposentadoria dos pescadores pode ser dada entrada, homens com 65 anos mais 15 anos de contribuição e mulheres 55 anos mais 15 anos de contribuição.

A contribuição mencionada acima é recolhida pela Guia da Previdência Social-GPS, os pescadores devem pagar pelo menos três vezes a contribuição no ano. Deve-se retirar uma porcentagem do valor arrecadado da pesca. Depois de paga nas agências ou lotéricas da Caixa Econômica Federal, esse documento analisado também no processo do SDPA, para que conste a contribuição e seja liberado o seguro do pescador.

A Associação de Pescadores(as) de Benjamin Constant-ASPBC, conta com o número de 1.114 pescadores associados. Segundo a diretoria da instituição, estão recebendo regularmente 656 pescadores, 458 são novatos e estão aguardando o RGP, mas estes também deram entrada com o protocolo e estão no aguardo da efetivação do benefício. A sede é situada ao lado do hospital, no beco do Matadouro, ficando bem próxima a beira do rio. Segundo o presidente da ASPBC, ali será construído também uma fábrica de gelo para que os pescadores tenham acesso a um gelo mais barato.

**Imagem 05: Sede da ASPBC.**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

Nas visitas a sede foi possível perceber que estavam finalizando a construção da sede e auditório, uma conquista recente dos pescadores, um local para realizarem suas reuniões, atendimentos e até mesmo uma cozinha para fazerem suas refeições. Até o início do ano de 2022, a instituição era estabelecida sobre um local alugado, o que veio a mudar quando os representantes conseguiram comprar um terreno e construir um local próprio para o funcionamento da ASPBC. A associação também emite as declarações para concessões de benefícios sociais aos pescadores.

Podemos ligeiramente contabilizar os números de pescadores e dizer de forma equivocada que existem no município 3.114 pescadores, mas isso é incorreto, pois, existem muitos pescadores que não são registrados ou cadastrados, entre eles os aposentados que continuam a pesca mesmo depois da concessão de aposentadoria, outros não tem interesse em se vincular. Mesmo entre os cadastrados existem pessoas que não realizam a pesca como profissão e não são dependes da renda pesqueira.

A relação dos pescadores com as instituições em alguns casos é bem instável, havendo algumas flutuações entre as instituições de pescadores. Visando quase sempre seus interesses os pescadores procuram se vincular a instituição que possa garantir o recebimento do seguro-desemprego. Mas segundo o presidente da associação alguns pescadores utilizando-se dessa manobra ficam sem pagar as mensalidades da associação e saem de uma entidade para a outra, tornando isso um fluxo constante de pescadores.

Outro ponto que faz com que esses pescadores migrem de uma entidade para outra se dá por meio das promessas de ajuda que os presidentes fazem. Uma característica do presidente que pode ser apontada é o discurso em benefício do pescador, quando ocorre algum erro na documentação ou alguma sabotagem o pescador recorre a outra organização procuram apoio e resolução do problema. Nesse sentido cabe ao presidente a recepção e tentativa de resolução do problema que está impedindo o pescador de ser beneficiado pelo programa.

Os problemas de recebimento do seguro estão associados em sua maioria a falta de documentação, contribuição insuficiente, pescador empregado, pescador inexistente na base do RGP, erro no nome da mãe ou pai, dados divergentes, RGP suspenso ou cancelado e por último acumulação de benefícios. Fora essas situações o pescador que não assina e é considerado “analfabeto”, tem que dar entrada com um volume maior de documentação, as suas, de duas testemunhas e arrego.

Esses problemas recorrentes fazem com que o pescador cadastrado fique sem receber as vezes, enfrentando dificuldades para manter a renda e a alimentação da família. Entre os grupos de pescadores existe uma solidariedade de contribuição, troca e ajuda. Quando um tem mais que o outro contribuiu doando algum peixe, fruta, carne ou rancho. Também é comum recorrerem a empréstimos, compras no fiado, pesca, doações de alimentos, trabalhos urbanos e em zonas rurais.

Nesse período do defeso e de proibição da pesca, os pescadores tendem a recorrer a estratégias e vivências, são elas atividades alternativas como forma de manter a renda familiar e alimentação, entre elas as que mais se destacam são o extrativismo, agricultura, criação de animais e os trabalhos urbanos. São os meios pelos quais os pescadores pelas conseguem se manter durante esses meses, sobre eles se discorrem os tópicos seguintes.

## **2.2 OS PESCADORES E A PRÁTICA DO EXTRATIVISMO ANIMAL E VEGETAL**

O extrativismo é uma das principais atividades realizadas no Amazonas, desde a colonização foi uma das atividades econômicas mais exploradas. Mesmo antes dos colonizadores, os antigos povoadores da região já viviam como afirma Fraxe (2011, p. 33-34), “[...] basicamente, da coleta de produtos florestais e da pesca, sendo a caça uma atividade

complementar”. O extrativismo ainda praticado e utilizado pelos pescadores como atividade alternativa pode ser dividido em duas formas o animal e o vegetal.

Como alternativa a pesca profissional o extrativismo animal é desenvolvido para que se possa manter uma estabilidade ou possibilidade de subsistência entre as famílias de pescadores. Sendo até mesmo a pesca um exemplo dessa prática, assim como a caça e apanha de alguns animais. As duas atividades podem ser realizadas ao mesmo tempo, mas o que se pode destacar do extrativismo animal da caça, pesca e apanha são os fins de alimentação e comércio no período do defeso.

**Imagem 06: Peixes para o consumo familiar**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

A pesca é utilizada para o consumo familiar e comércio, uma forma de subsistência para esses pescadores e suas famílias que têm o consumo do peixe na maioria das vezes como alimento principal. Com o comércio de produtos industrializados teve-se a possibilidade de consumo de outros alimentos como embutidos e congelados que podem com o tempo prejudicar a saúde. Ainda se tem o fato de que é preciso ter dinheiro para o consumo de tais alimentos ou a compra no famoso fiado, que é uma outra forma pela qual o pescador adquire dívida.

No período do defeso ela se destaca como alternativa alimentar, sendo pescada em alguns casos apenas quantidade suficiente para o consumo familiar. Mas em alguns casos

ocorre a venda do peixe pelo pescador nesse período. Logo se destaca como a mais recorrente atividade e dependendo das espécies capturadas, pode ser caracterizada como criminosa, visando os pescadores que recebem o seguro defeso para não realizar tal ação. Mas o que não deixa de ser uma alternativa na questão de captura a outras espécies e a realização por pescadores que não estão inseridos no programa.

A caça de animais silvestres é uma fonte de renda vista como possibilidade para os pescadores que realizam essa atividade de forma isolada ou juntamente com a pesca. A “carne do mato” ou “carne salgada” como é conhecida chega a ter preços altos quase comparados com a carne industrializada e comercializada a partir de criação. É muito consumida com o açai que é extraído e comercializado, as vezes pelos próprios pescadores.

A caça assim como a pesca no período do defeso, se constitui como atividade ilegal, sendo proibida pela lei 5.197, de 3 de janeiro de 1967, conhecida como lei de proteção a fauna ou código de caça. Sendo igualmente proibida sua atividade e comercialização, de animais silvestres. Mas a atividade é realizada em forma de subsistência, sendo uma fonte alimentar para pescadores e comunidades tradicionais, não podendo ser vendida. A lei 10.826/2003, cria o caçador de subsistência. Junta-se a esse quadro a criação da caça em estado de necessidade pela Lei 9.605/1998, que é a lei de crimes ambientais, o art. 24, possibilita no inciso sexto que os próprios estados do Brasil, criem suas próprias leis de caça, desde que se mantenha a proteção ambiental e nunca acima, ou contra uma lei federal.

Cria-se uma certa confusão com relação a proibição da caça, pela lei 5.197/1967, caçar é proibido, mas existem algumas brechas na qual se valem muitas vezes os criminosos, a lei 9.985/2000, regulariza “art. 19. [...]o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos”, e já a Lei de Crimes Ambientais, nº 9.605/1998, Art. 37, não é considerado crime o abate de animal desde que atenda a um dos três critérios “I – em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família”, o segundo para proteção de plantações e lavouras e a terceira em caso de o animal apresentar nocividade caracterizada por órgão competente. Dentre essas delimitações algumas são mais graves, como a comercialização desses animais para o exterior, uma atividade muito lucrativa, porém criminosa, para que não seja considerada assim deve-se ter a regulamentação pelo órgão ambiental competente.

Os pescadores podem realizar a pesca e a caça se encaixando tanto na realização por necessidade como por subsistência. “Art. 6º - §5º Aos residentes em áreas rurais, maiores de

25 (vinte e cinco) anos que comprovem depender do emprego de arma de fogo para promover sua subsistência alimentar familiar[...]” (Lei 10.826/2003). A atividade da caça durante o período do defeso garante alimento para as famílias de pescadores.

**Imagem 07: Espingarda utilizada para caça**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

No território brasileiro apenas o Estatuto do Índio confere direito a caça, os povos indígenas que tenham seu território independente de demarcação podem realizar as duas atividades. Segundo o art. 24, “§2º É garantido ao índio o exercício exclusivo da caça e da pesca nas áreas por ele ocupadas, [...]” (Lei 6.001/1973). Alguns desses pescadores moram em comunidades ribeirinhas e outros em comunidades indígenas sendo a eles permitida a caça e a pesca, existem cadastrados também pescadores artesanais indígenas. Já os pescadores do meio urbano não podem realizar essas atividades sendo consideradas como crime, a pesca no defeso e a caça de animais.

Mesmo com todas as restrições legais o pescador realiza essas atividades, seja por seu caráter tradicional, sobrevivência, necessidade e alternativa. Quando se tem a pesca como principal atividade e dela se retira sua renda, faz-se necessário recorrer a meios de manter a alimentação e os suprimentos básicos. Busca-se com a execução da caça esses meios, pois, ela fornece tanto alimento quanto renda para a família. Porém é uma atividade ilegal e o pescador assim como o caçador correm risco de serem pegos e sujeitados a responder as punições na lei.

O extrativismo vegetal, destaca-se pela extração e coleta de frutos, madeira, palhas, talas, cipós e gomas elásticas, que já era realizada em um período anterior a colonização amazônica. “A coleta de frutas de palmeiras, como o açaí, o buriti, o patauá, a bacaba e outras que, amassadas e misturadas à água, se transformam em bebidas alimentícias, ricas em lipídios e vitaminas” (FRAXE, 2011, p. 34), tornou-se a alimentação primordial na vida das primeiras populações amazônicas a povoar a região, ainda segundo Fraxe, foi preciso realizar “aprimoramento da cestaria, o uso de cuias e da cerâmica, o que talvez explique a precocidade do aparecimento desta última na Amazônia” (FRAXE, 2011 p. 34). No pensamento da autora possivelmente a coleta de frutos tenha incentivado a produção e melhora nos instrumentos com fins de uma produção alimentar diferenciada principalmente da cerâmica.

**Imagem 08: Coleta de buriti**



Fonte: SIMÃO, Andresson 2023.

O pescador também atua como coletor, trabalhando na produção e preparo das polpas das frutas assim como o consumo de algumas em sua forma natural. A coleta implica tanto na alimentação como também na comercialização. O comercio da polpa de frutas tem tomado caminhos da industrialização, no município de Benjamin Constant, tem-se a atuação de uma fábrica trabalha no despulpamento e congelamento de polpas para o comercio externo e interno.

A extração da madeira é utilizada como finalidade de construção de casas, é comum se encontrar no interior do Amazonas as casas em sua maioria construídas tendo como



principal alicerce a madeira retirada das matas. As canoas que os pescadores utilizam para navegar nos rios, lagos e igarapés, são fabricadas a partir das toras de árvores. As cercas de quintas os baldrames de construções que utilizam a madeira, são de extração da região. A relatos de pescadores que atuaram no período da madeira, que foi o segundo maior produto explorado.

Durante o período da extração da borracha, iniciou-se também o fluxo de peruanos nas cidades brasileiras, como posterior a esse período se iniciou o “ciclo de beneficiamento e extração da madeira” (MARTINS; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015, p.15). O município de Benjamin foi um dos pontos de beneficiamento da madeira que perdurou de forma livre até sua proibição em 1990,

a proibição da exploração da madeira através de medidas tomadas pelo Governo Federal em consonância com a Igreja Católica, sob a alegação de preservação das áreas indígenas localizadas no Vale do Javari, obrigaram-se as serrarias do lado brasileiro a parar a produção por conta da falta de matéria-prima, imprescindível para o seu funcionamento. (MARTINS; NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015, p.15)

A extração e beneficiamento da madeira continuou ocorrendo, sua produção e beneficiamento era voltada ao comércio local, sendo a principal matéria utilizada na construção de casas, canoas, embarcações de médio porte, pontes e marombas. Atualmente a extração da madeira é realizada em menor escala. As casas em sua maioria ainda são de madeira principalmente as casas de pescadores visitadas durante a coleta de dados

As casas de madeira precisam de retoques e substituição da madeira que se deteriora com o tempo, sendo ainda uma atividade lucrativa trabalhar com madeira. Alguns pescadores se empenham nessa atividade, tanto para reparos e construção de suas casas como para comercialização. A extração de madeira serve como uma atividade alternativa para essas pessoas que podem ser remuneradas ou atuar em benefício próprio.

Por atuarem nos rios, lagos e igarapés, os pescadores são conhecedores desses ecossistemas e ambientes. Alguns possuem conhecimento sobre madeiras, que é muito útil para os madeireiros ou serradores. Mas a atuação dos pescadores também ocorre nas serrarias no beneficiamento da madeira, dando o tratamento e formato final das peças que são utilizadas nas construções que utilizem essa matéria.

No período do defeso com a parada na pesca o pescador faz reparos em sua casa e ajuda a construir a casa de seus colegas pescadores. Com o recebimento do seguro defeso

nesse período também é possível a compra de madeira, contratação de serradores, até mesmo os próprios pescadores comprar o motor-serra e retiram os materiais de sua casa da construção ou reparo de sua casa.

É comum entre os pescadores a utilização do período do defeso para realização de reparos em suas canoas, como a troca de estopa e calafete, troca de falcas, ajustes na proa e popa. A construção de novas canoas também é recorrente em função de substituir as antigas, mas alguns pescadores não são construtores de canoas, tendo assim que recorrer a amigos e conhecidos quando se tem o material, em último caso quando não se tem outro meio a recorrer o pescador compra a canoa pronta, o preço de uma canoa varia bastante, geralmente baseado na qualidade da madeira e no comprimento da embarcação.

O extrativismo de palhas ainda é bastante utilizado com destino a cobertura de casas, principalmente comunidades indígenas e rurais, no meio urbano se utiliza mais como ornamentação de caráter regional. Tem-se atualmente a comercialização da palha já tecida em algumas comunidades indígenas, como Belém do Solimões ligada ao município de Tabatinga. As palhas eram as principais coberturas das casas dos primeiros povoadores do Amazonas, hoje em dia ela tem finalidade comercial para locais turísticos, buscando representar um imaginário das coberturas utilizadas pelos povos tradicionais da região.

Alguns dos povos indígenas da região procuram construir réplicas das antigas malocas como por exemplo os Marubu de Atalaia do Norte que abrem para visitação como ponto turístico. Nas malocas utilizam-se uma grande quantidade de palha e a construção chega a levar meses até ser finalizada. São diversas as palhas utilizadas, como por exemplo a jarina, caraná e ubim.

Nas roças os pescadores constroem pequenos tapiris, onde ainda se utilizam das palhas para cobrir essas pequenas casas e assim se protegerem do sol e da chuva. Entre os caçadores e pescadores também se constroem os “rabos de jacu”, utilizadas para passar a noite ou até alguns dias, são precisamente temporárias.

As talas são também extraídas serviam e ainda servem para confecção de peneiras e cestos, ainda existem pescadores artesanais e indígenas que utilizam do conhecimento tradicional no preparo e posicionamento de armadilhas e materiais de pesca. Utilizam-se de talas e cipós para produção dessas armadilhas de pesca, como os matapis, jequis, caruris e as cercas de pesca. Dentre a fabricação de materiais de pesca também se destacam o arco e

flecha, a zagaia e camurim. A utilização de produtos retirados da natureza para produção desses materiais revela uma relação do homem com o ambiente ao qual se adaptou desde as primeiras povoações da região.

No que compete a comercialização de produtos artesanais produzidos se tem a produção dos pescadores indígenas que realizam a confecção de cestarias a partir da extração de materiais da natureza, como o cipó ambé utilizado nos aturás, a tala de arumã utilizada para fazer peneiras e cestos. Esse conhecimento é bastante útil para os pescadores e caçadores, os indígenas que atuam na pesca recorrem a fabricação e comercialização desses objetos artesanais, como fonte de renda além da pesca.

### **2.3 A ATUAÇÃO DOS PESCADORES NA AGRICULTURA**

A agricultura no Amazonas vai surgir com os primeiros habitantes que se estabeleceram na região, grupos que se tornaram sedentários vivendo da coleta, pesca e caça, acabaram conhecendo melhor o ambiente e os recursos que tinham nos locais por eles ocupados, inicia-se então um período ainda rudimentar de agricultura de plantas que produzem alimentos mais cobiçados. Sendo substituído em uma segunda fase pela agricultura coordenada, com o preparo dos locais de plantação, a seleção de mudas e sementes, por fim o cuidado e limpeza para se ter uma boa produção do que se tornaria seu alimento, (FRAXE, 2011).

Ainda segundo a autora “A invenção da agricultura pode ter sido o resultado do crescimento demográfico ou, então, a sua causa, mas de qualquer forma, levou à constituição de aldeias permanentes ou semipermanente” (FRAXE, 2011, P. 37). Com a possibilidade real de estabilidade a agricultura pode ser desenvolvida, os conhecimentos e técnicas foram sendo passados nas gerações que se seguiram. O conhecimento sobre as plantas e frutas puderam ser difundidas por meio das trocas e emigrações, sendo destaque a agricultura do milho e da mandioca de possibilitaram a adaptação do homem aos ambientes amazônicos (FRAXE, 2011).

A pesca fez com que o homem navegasse pelos ambientes aquáticos do Amazonas, tornando-se um conhecedor dos períodos sazonais e a possibilidade de plantar nas terras de várzea, a pesca vem quase sempre associada a agricultura, um bom exemplo na atualidade é a

pesca vinculada ao Ministério da Agricultura. Tem-se um imaginário de que o pescador geralmente também trabalha na agricultura. Mas essa não é uma afirmação totalmente correta, pois, alguns dos pescadores que foram contatados na pesquisa afirmaram não realizar a plantação de roças, outros deixaram de realizar a atividade devido à instabilidade do rio.

Durante a coleta de dados pode-se observar a agricultura como uma atividade alternativa para os pescadores durante o período do defeso e fora dele, com a intenção de suprir a renda com sua produção de suas roças nesse período. O pescador que trabalha com a agricultura e com a pesca divide seu tempo e se dedica as duas atividades de forma equilibrada. Alguns costumam exercer ao mesmo tempo, enquanto cuidam da roça, suas malhadeiras estão postas para captura de peixes, a alimentação da família durante o trabalho na roça em áreas de várzea é composta principalmente pelo peixe.

As plantações dependem de um conhecimento dos rios, para o plantar e colher, é preciso saber quando começar a plantar e quando começar a colher. “A várzea é um meio-ambiente complexo e heterogêneo principalmente porque as águas que carregam os sedimentos se alastram irregularmente por ela.” (FRAXE, 2011, p. 62-63) Dessa forma o sistema de plantar nas áreas sujeitas a alagação depende de um conhecimento da ecologia, sujeito aos processos e estações climáticas pelos quais os rios passam, “1) a enchente – subida das águas; 2) a cheia – nível máximo das águas; 3) a vazante – descida das águas; 4) a seca – nível mais baixo das águas.” (FRAXE, 2011, p. 49-50)

A agricultura nas áreas de várzea, são do cultivo de plantas que tenham produção em até 8 meses, o milho que com 3 meses já pode ser colhido, possibilitando que seja plantado duas vezes, porém, para se ter uma boa produção depende-se muito da enchente e dos nutrientes do solo. Diferente das plantações em terra firme que podem ter a produção durante o ano todo, assim como o cultivo de plantas e árvores frutíferas que possuem safra anual. Não sendo necessário replantar todos os anos como ocorre nas áreas de várzea, talvez seja um dos motivos para os agricultores terem roças em ambos os ambientes, como forma de assegurar a produção.

Os pescadores quando estão proibidos de realizar a pesca pelo defeso dedicam-se a agricultura e neste período a colheita, como as águas estão mudando seu ciclo a enchente pode começar mais cedo ou mais tarde. Sua produção da agricultura lhe serve tanto para o consumo próprio como também para o comércio do excedente, gerando uma pequena renda que contribui para as despesas da família.

As plantações de macaxeira e mandioca para a produção da farinha são os principais produtos trabalhados na agricultura, retira-se também o tucupi e a goma utilizados na produção de pratos regionais. Outros produtos comercializados da agricultura são a banana, o milho, o pepino, a melancia, o jerimum, batata doce, cará, pimentão, melão, cana-de-açúcar, feijão, chicória, palha de cebola, cebolinha, cheiro-verde e outros. Os produtos da agricultura são comercializados nas feiras e são consumidos pela população durante o ano, com as cheias e perda das produções os preços desses produtos sobe devido à escassez e baixa produção.

Pensando um pouco nas comunidades rurais que atuam na agricultura de subsistência, existe uma certa dependência e uma transição de práticas nas atividades de várzea de acordo com as estações sazonais dos rios como colocado por Rapozo,

Considerando que grande parte das comunidades rurais de várzea trabalham sob condições de atividades polivalentes conforme o período hidrológico de sazonalidade das águas – agricultura, extrativismo animal e vegetal. Cabe ressaltar que a racionalidade no que tange a escolha ou mudança de uma atividade para outra não implica necessariamente deixar de praticá-las.” (RAPOZO, 2015, p. 91)

E de certa forma não se deixa de praticá-las, resguarda-se até o início da seca onde se empenham novamente na agricultura, o pescador na década de 60, não trabalhava a pesca de forma isolada, como Rapozo ressalta em Mello (1995), o pescador e o agricultor atuavam em uma mesma época ou em períodos sazonais diferentes, sendo ele um “pescador-agricultor”.

Mello (1985) observa que não havia a figura do pescador profissional ou “especialista”, isto é, aquele dedicado exclusivamente à atividade pesqueira. Ao contrário, havia o que o autor descreve como pescador-agricultor, isto é, o pescador não profissional, aquele agente social que não fazia da pesca sua única base econômica, pois se tratava de uma atividade complementar da agricultura, da caça, do extrativismo e de outras atividades que praticava para a sobrevivência de sua família. (RAPOZO, 2015, p. 78)

Ainda hoje o pescador atua em diferentes atividades a pesca como profissão não o deixou isento de outros meios e formas de viver. As atividades polivalentes servem-lhe como uma maneira de manter a estabilidade financeira principalmente no período do defeso. Essas atividades se complementam fazendo assim o modo de viver dos pescadores, “na categoria social da pequena pesca comercial, destaca-se a figura do pescador polivalente, pescador não especialista, que, [...], costuma exercer uma multiplicidade de atividades de subsistência” (RAPOZO, 2015, p.96). O pescador não apenas vai se dedicar a essas atividades de subsistência nas áreas de várzea, como também vai migrar para o meio urbano e se sujeitar a

trabalhos por essa sobrevivência, vista também como alternativa no período de proibição da pesca.

**Imagem 09: Produtos e frutos da agricultura**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2022.

A agricultura na região é a de regime familiar, sendo a atuação dos membros da família em pequenas propriedades. Os pescadores assim como outros agricultores que plantam nas áreas de várzea já possuem suas propriedades onde plantam anualmente. Mesmo não sendo oficialmente registradas cada porção de terra pertence a uma família e serve para realização do plantio que é renovado anualmente com o início da vazante.

Outra característica na agricultura são os consórcios, que são comuns no sistema de agricultura da várzea. Em seu estudo Fraxe (2011) percebeu que o tipo de associação mais frequente era a plantação alternada entre mandioca e milho. Tipo de associação que ainda é utilizado, sendo comum plantar de forma alternada nas roças, o milho e a mandioca, sendo o milho o primeiro a ser colhido. Quando não ao se abrirem os roçados novos as primeiras plantações são de milho, quando colhidos são plantadas as manivas que vão produzir duas vezes no mesmo local e por fim as bananeiras que se tornarão capoeiras.

Agricultura na terra firme tem maior estabilidade e permanência, podendo se ter um melhor amadurecimento das roças. Nela se tem a possibilidade de melhor desenvolvimento de algumas plantas frutíferas, como cupu-açú, manga, castanha-do-Brasil, goiaba, limão, laranja, tangerina, graviola, coco, tucumã, pupunha, abil, ingá, caju, mapati, buriti, abacate, uixi e outras. Não sendo necessário replantar essas árvores por um longo período, sua colheita é

anual, possibilitando alimento para os grupos familiares produtores, assim como a venda de seus excedentes.

## **2.4 A CRIAÇÃO DE ANIMAIS DE PEQUENO, MEDIO E GRANDE PORTE**

A criação de animais é uma atividade que está ligada a agricultura familiar, sendo uma das alternativas a qual os pescadores recorrem com a paralização na pesca, podendo ser realizadas em comunidades, sítios e até nos próprios quintais no meio urbano. A criação é quase sempre de animais de pequeno porte, entre aves, suínos, caprinos e ovinos. Em alguns casos os pescadores também trabalham com a criação de bovinos e equinos. É uma atividade que não é realizada em períodos e nem de forma isolada.

Essa atividade não surgiu como uma atuação recente entre os pescadores, desde as primeiras povoações do Amazonas foram introduzidas as criações de animais a agricultura familiar. “Esta atividade visa mais à subsistência que à comercialização, ainda que ocorra eventualmente a sua venda, a criação animal se destaca como um componente fundamental na complementação da dieta proteica, principalmente na estação da cheia do rio” (CARDOSO, 2014, p. 67). É uma alternativa alimentar aos pescadores e suas famílias, além do peixe e da caça em alguns casos.

A criação de animais ocorre no meio rural e urbano, Cardoso 2014, vê a criação de animais como uma estratégia, utilizada pelo homem ribeirinho,

O trabalho na pesca é caracterizado como uma das estratégias culturais dos ribeirinhos da Amazônia, juntamente com os trabalhos na agricultura, no extrativismo, na criação de animais, os quais aumentam as possibilidades deste, de sobreviver e viver em ambientes variados, como os da Amazônia. (CARDOSO, 2014, p. 129-130)

Mas ela também é utilizada por famílias que vivem no meio urbano com pequenas criações de animais, principalmente de aves, outros animais de como porcos e carneiros são criados nos sítios ou em terrenos próximos a cidade. Quanto ao caráter econômico da criação de animais a autora coloca que,

Os grupos domésticos dos pescadores artesanais vivem da pesca, agricultura criação de pequenos animais. Subsistem dos recursos naturais de uso coletivo e de sua pequena produção para comercialização, que lhes proporcionam ganhos reduzidos que muitas vezes nem lhes permitem acesso a todos os bens e serviços necessários para subsistência. (CARDOSO, 2014, p. 117)

A venda da criação de animais geralmente é feita de forma reduzida ou em parte da criação, tem-se que assegurar a reprodução desses animais para se ter sempre em excedente ao consumo. As aves mais criadas são a galinha e o pato, que tem uma boa adaptação e uma boa produtividade, além dos próprios animais também se comercializa e se consome os ovos. No comercio os ovos de criação “caipira” como são chamados, tem uma produção menor e maior valor comercial, que os vendidos por granjas em grandes quantidades.

A criação de animais é uma alternativa na culinária regional, com o preparo desses animais em festas e comemorações, na venda de comidas destacasse a “caldeirada de galinha caipira”, uma porção desse caldo com apenas um pedaço da ave chega a custar entre dez à quinze reais, e dentre as opções de consumo é preferencial acabando primeiro que outros pratos regionais.

Quanto ao consumo pelos próprios criadores, sai mais em conta comer a própria produção do que comprar no mercado, sendo até uma alimentação mais saudável. Para a criação muitos pescadores plantam e colhem o milho seco, que servira de alimento para a pequena produção no período da cheia. Durante a cheia os ribeirinhos criadores, reduzem a produção deixando apenas uma quantidade que possa assegurar uma nova produção durante a seca.

Quanto aos criadores do meio urbano, leva-se em consideração a possibilidade de alimento para a criação, dependendo da possibilidade de grande quantidade de alimento para as aves se terá uma produção maior que lhe rendera mais lucro. Os ápices de consumo desses animais ocorrem com as festas de fim de ano, ano novo e festas de santos. Em menor quantidade são comercializados para festas de aniversário e pequenas comemorações. O consumo familiar depende da possibilidade de comida e sendo até opção nos finais de semana.

## **2.5 DA PESCA AOS TRABALHOS URBANOS**

Com o desenvolvimento acelerado dos ambientes urbanos faz-se necessário o uso de grande quantidade de mão de obra. E o município de Benjamin Constant encontrasse em um processo de desenvolvimento que demanda muita dessa mão de obra. Porém as vagas de emprego são muito concorridas, devido as grandes taxas de desemprego. É comum encontrar



peças desempregadas e que vivem de outros meios como pesca e agricultura. E durante o defeso os pescadores atuando como mão de obra no ambiente urbano.

Os trabalhos urbanos são uma alternativa a pesca, o pagamento que é recebido tanto em diárias como em salários de contrato, contribui para manter a estabilidade da renda familiar do pescador. Dentre os trabalhos destacam-se as construções civis, onde atuam como ajudantes de pedreiro, alguns que aprenderam a profissão de pedreiro atuam como tal, podendo ganhar um valor maior que seus ajudantes.

Mas essas não são as únicas formas de trabalho pelas quais o pescador concorre com seus conterrâneos, outras atividades como carpintaria, carregador, ajudante de pedreiro, mototáxi, limpeza de quintas, pintor. Devido a fronteira com o Peru os trabalhadores brasileiros ainda concorrem a esse número reduzido de vagas de emprego com os vizinhos peruanos, que vendem sua mão de obra por um valor mais barato e desse modo são contratados com mais rapidez, devido a isso existe uma rixa de trabalhadores brasileiros com os vizinhos peruanos.

Isso é somado a precariedade do trabalho na região como afirma Cruz, em suas pesquisas na região,

O caráter precário de relações de trabalho na região, bem como, de relações sociais revelam vários elementos que merecem uma discussão científica, como: o caráter de precariedade dos trabalhadores da orla dos municípios revelados no trabalho tradicional de agricultores, pescadores, sejam estes, brasileiros e indígenas e não indígenas; ou peruanos, destacando-se no trabalho informal em atividades de: venda de hortaliças, pescado, produtos importados, alimentos, etc. (CRUZ, 2016, p. 150)

O desemprego faz com que a população se volte a atividades como agricultura, pesca, extrativismo e criação de animais. Visando retirar da venda desses produtos uma renda que possam manter suas famílias. Os pescadores que recebem o seguro defeso, podem comprar o alimento da família e até bens com maior valor, mas os pescadores que não recebem, procuram esses trabalhos no meio urbano. Grande parte dessas pessoas contribui entre si, sendo amigos ou conhecidos tendem a ajudar-se.

A disputa pelos trabalhos urbanos em Benjamin Constant, ocorre desde o século passado. “É preciso lembrar ainda que, ainda hoje, é comum que trabalhadores peruanos morem em Islândia e trabalhem em Benjamin Constant em variadas atividades que vão do comércio, agricultura aos serviços gerais (marceneiros, pedreiros, etc.)” (MARTINS;

NASCIMENTO; OLIVEIRA, 2015, p. 14). Devido a proximidade entre as duas cidades é frequente o fluxo desses trabalhadores na região.

Esses trabalhos urbanos são uma maneira a qual os pescadores recorrem para a manutenção da renda no período do defeso, sendo mais comum a atividade de carpinteiro a essas pessoas pela proximidade com a construção de suas moradias, canoas e instrumentos de pesca. Os pescadores são trabalhadores que atuam tanto na pesca como em outras atividades, são detentores de um conhecimento acumulado, aptos a aprender, principalmente em casos de necessidade essas pessoas fazem esses trabalhos para manutenção da renda e alimentação familiar.

A escolaridade dos pescadores é um fator que contribui para as contratações em trabalhos urbano, quanto mais alto o grau de escolaridade melhores condições e oportunidades de trabalho. Mas, uma parte desses pescadores não possui escolaridade alguma, sendo sujeitos a trabalhar com atividades relacionadas a limpeza de terrenos, carregadores e roçadores. Atividades com as quais já estão associados os agricultores, extrativistas e criadores de animais.

Os pescadores representam uma classe que atuam nos diversos meios pela subsistência, o que nos remete a uma expressão “o brasileiro precisa ser estudado”, geralmente associada a um conteúdo que remete ao humor. E o que me faz reformulá-la aqui e dizer que o “pescador precisa ser estudado”, juntamente com seus meios de subsistência, suas estratégias e vivências que adotada, dentro e fora do período do defeso. É uma formação como nenhuma outra, na licenciatura você aprende a lecionar em uma disciplina, o pescador aprende de tudo um pouco na “faculdade da vida”, expressão que sempre usam para definir seus saberes. Saberes esses que podemos analisar e apresentar no capítulo seguinte.

### 3 SABERES, VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

#### 3.1 CALENDÁRIO ECOLÓGICO

A proposta de criação de um calendário ecológico nos possibilita entender a relação do homem com a natureza e sua organização diante dos critérios por ela estabelecidos. Com a colaboração dos pescadores, foi possível montar um calendário, segundo as informações disponibilizadas por eles. Os homens e mulheres do Amazonas aprenderam desde as primeiras povoações da região a se relacionar com a natureza e ser inserido em seu ecossistema, retirando das águas, terras firmes e várzeas o seu sustento diário, desenvolvendo-se e prosperando.

Para que se possa desenvolver um calendário envolvendo as relações do homem e natureza na base de um conhecimento ecológico, faz-se necessário compreender o conhecimento ecológico local e tradicional que “[...] é o conhecimento de um grupo específico de pessoas sobre os ecossistemas, que trata da interação entre organismos e seu ambiente, que é incorporado nos costumes locais, sistemas de crença e aprendizagem” (PEREIRA, 2020, p.15-16). E podemos analisar esse conhecimento como “[...] resultado de um longo processo de tentativa-e-erro, com uma contínua aceitação das práticas que parecem assegurar a base de recursos, algumas benéficas para a conservação das espécies” (SILVA, 2011, p.142).

Esse conhecimento é visto na prática quando segundo Oliveira,

O conhecimento do pescador sobre os hábitos dos peixes torna-se fundamental. É com base nesse conhecimento que ele vai produzir ou selecionar seu arreo, bem como definir o horário de sua jornada de trabalho, sempre obedecendo ao horário dos peixes. É como se evidencia na fala do pescador, sobre o costume do tambaqui, o qual sai durante de baixo dos barrancos, reúnem-se em cardumes no meio do lago e ficam nadando em círculos. (OLIVEIRA, 2021, p. 61)

Logo, o calendário ecológico aqui proposto e elaborado buscou no âmbito da ecologia humana, principalmente na relação homem-natureza, descrever as relações do homem com a água, terra (firme/várzea), os animais (terrestres e aquáticos) e o meio urbano. Buscou-se organizar a partir de um calendário anual comum, com doze meses, o que totaliza 365 dias, porém a influência e o relacionamento do homem com a natureza e os outros seres vivos transcendem para além da organização em meses e dias.

A organização desses pescadores frente aos ciclos hidrológicos, ciclo reprodutivo das espécies e o ciclo agrícola nas áreas de terra firme e várzea. Possibilita um destaque da ecologia na pesca, agricultura, extrativismo, criação de animais e a relação com o urbano. A ilustração que propomos busca representar as relações do homem, levando em consideração a sua atuação no meio em qual vivem e sua adaptação a ele, demonstrando o que é concomitante, perene e variável. Firmou-se tal representação na forma de um círculo, demonstrando o ciclo que se repete todos os anos de acordo com o ciclo da natureza e o ciclo hidrológico como base das transformações e funcionamento dessas relações.

De acordo com os pescadores existe uma certa instabilidade nos rios atualmente, a ponto de não poder se dizer com certeza que os ciclos sazonais ocorram em determinado mês ou período como era possível prever a alguns anos, como proposto em (BARBOSA, 2014), logo recorreremos ao período definido pelo autor em sua pesquisa como uma base do ciclo sazonal. Onde ele demonstra a ocorrência da enchente entre os meses de outubro a março, a cheia em abril, a vazante entre os meses de maio a agosto e fechando com a seca em setembro, onde se inicia novamente o ciclo hidrológico.

O calendário busca representar a abundância e disponibilidade dos produtos assim como seu cultivo anual, apresentando a possibilidade da segurança alimentar entre os pescadores, que podem contar com o cultivo assim como a coleta, tanto na várzea como também na terra firme onde estabelecem suas plantações pela forma transitória ou permanente.

Com base no ciclo hidrológico destacam-se quatro períodos,

*Enchente:* [...] quando a maioria das espécies forma cardumes e empreende migrações para desovar na boca de igarapés ou nas margens dos rios, sendo seus ovos e larvas carregadas pela correnteza para áreas que começam a ser inundadas.

*Cheia:* [...] É nela que os peixes desovados e os jovens recrutados, em fase de crescimento, se alimentam intensamente aproveitando a farta oferta de frutos, sementes, raízes, folhas, invertebrados e outros alimentos proporcionados pela floresta inundada.

*Vazante:* [...] Corresponde ao período em que os peixes se agrupam para abandonar as áreas da floresta que começam a secar, iniciando a saída pelas ligações do lago com o rio e, a partir daí, pelo canal principal, em movimento de dispersão ascendente.

*Seca:* [...] É nessa ocasião que os peixes se tornam mais concentrados, por causa do menor volume de água. Essa época é crítica para a maioria deles, tanto por causa da vulnerabilidade à predação, como pela depleção de oxigênio nos corpos d'água mais rasos e sob forte influência de material em decomposição. (SANTOS; SANTOS, 2005, p. 171)

Vê-se o pescador assim como os residentes desta região, se organizando e se relacionando a partir desses ciclos, a pesca e outras atividades dependem e são realizadas de acordo com a atualização e continuidade desse ciclo que apresenta grande instabilidade atualmente.

Imagem 10: Representação do calendário ecológico



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

A vazante dos rios seria como o início de um ciclo entre homem e a natureza, com a descida do nível de água o pescador vai poder capturar mais peixes, pela concentração destes no leito dos rios. As terras que saem renovadas com nutrientes farão com que a agricultura na várzea seja produtiva. E este é o período em que o pescador se concentra na pesca como fonte

de renda principal, suprida pelas produções em suas roças de consorcio. Alguns assegurados também pelas roças de terra firme que permanecem o ano todo até atingirem sua maturação.

Durante esse período de descida das águas o pescador retira da natureza tudo que pode ser aproveitado de alguma forma, os animais, as frutas, os cipós, as palhas, as talas e a madeira. O extrativismo é uma atividade contínua, regulada pela intensidade que é praticada e pela disponibilidade que se tem desses produtos e matérias primas na natureza. O pescador tem seus períodos em que pratica com maior e menor intensidade os tipos de extrativismo, visando atividades específicas e como manufaturar cada produto retirado da natureza, transformando em alimento, objeto utilizável ou em uma fonte de renda.

No extrativismo animal destacam-se a caça de animais terrestres, aquáticos e semiaquáticos: os peixes de escama como pirarucu, aruanã, arenga branca/amarela, aracu, arari, jatuarana, matrinxã, pacu, piranha, pirapitinga, sardinha papuda/comprida, tambaqui, branquinha lisa/cascuda, jeju, jaraqui-escama-fina/grossa, jacundá, acará-açú/prata, tucunaré, pescada-branca. Os peixes de “carapaça” – tamoatá e bodó. Dentre os peixes lisos – bocão-azul, bacu-pedra/amarelo, cuiú-cuiú, chiripirá, braço-de-moça, caparari, filhote, jaú, jundiá, mandi, mapará, pirauaca, mota, pirabutão, barba-chata, pirarara, surubim. Animais semiaquáticos – Jacaré-tinga, jacaré-preto, jacaré-açú, quelônios como tartaruga, cabeçudo, tracajá, zé-prego, cupeço, matá-matá e perema. As aves – pato-do-mato, mergulhão, marreco, manguari, carão e carará. Animais terrestres – paca, veado, tatu, macaco, anta, queixada, caititu, jabuti e cutia. Aves como papagaio, jacu, mutum, tucano, jacamim, cujubim, arara, nanbu, juruti e macucaua.

Dentre a extração de matérias vegetais, destaca-se a coleta de frutos, como açáí, buriti, bacaba, patauá, tucumã, pupunha, castanha-do-Brasil e bacuri. Na extração de madeira tem-se a extração da cutieira, cedro, cauixe, naurá, assacú, puxurí, massaranduba, mulateiro, acapú, itaúba, macacaúba, e outros tipos. Os cipós extraídos, destaca-se o ambé, bucho de paca, cairara, titica, entre outros. Nas fibras se tem a envireira preta, o cacau, munguba e tucum do jauarí. As talas podem ser retiradas do buriti sendo da palha e braço, e do arumã. Das palhas tem-se as de buriti, jarina, caranã, tururim, urucurí, cauçu e ubim.

Com relação a pesca, destacamos o recesso no defeso que é quando se inicia a proibição da pesca de determinadas espécies amparadas no Amazonas pela portaria nº 48/2007, do IBAMA, e pela resolução nº 21/2015, do Cemaam. É o período de reprodução dos peixes e a pesca que é realizada a partir deste período tem como objetivo principal a

alimentação familiar em sua maior parte e o comércio de algumas espécies que não estejam em cartaz, para manutenção do comércio municipal. Desta forma ela é praticada com menor intensidade até que seja encerrado o defeso.

É conhecido também como a piracema dos peixes situando-se durante o período hidrológico da enchente para a cheia, uma característica a qual a reprodução é beneficiada nesse período. Os peixes utilizam o ambiente da várzea amplo após a alagação para se protegerem de predadores enquanto utilizam os frutos e sedimentos como alimentação, possibilitando as larvas e alevinos um ambiente mais amplo para se desenvolverem e assim é assegurado o futuro das espécies que se reproduziram.

Quando se encerra o período de reprodução das espécies, se tem a pesca realizada a partir deste período tem como objetivo manter a renda familiar através da comercialização do peixe, destacando-se como uma forte atividade comercial. A pesca que tem como finalidade alimentação familiar, tem-se no cenário em que o pescador fica praticamente desempregado durante o defeso, tendo que recorrer a atividade como forma de manter a alimentação de seu grupo familiar.

Pesca para venda é realizada com maior intensidade fora do período do defeso com maior intensidade na seca, com as espécies que tenham a pesca e o comércio liberadas, é a principal fonte de renda dos pescadores, pesca-se com a intenção de subsistência e lucratividade com o trabalho em alguns casos é realizada em grupo ou para patrões. Geralmente a pesca costuma levar de um dia a uma semana quando realizada por pescadores autônomos, e de quinze a trinta dias ou mais quando são pescadores de contrato com patrões, os gastos com a pesca por contrato são altos e se espera uma maior lucratividade, dependendo do período em que é realizada pode apresentar risco de um mal investimento.

A agricultura na várzea e na terra firme representam a relação do homem com a terra, as plantações que realiza para contribuir com a alimentação familiar e que realizam tanto na terra firme como na várzea, ou até mesmo nos dois ambientes como uma forma de segurar a produção com finalidade de comércio e alimentação.

Plantação em terra firme são plantações realizadas no lado direito do rio sentido nascente, onde a terra é mais estável e não possui risco de inundação das plantações e dedicados no mínimo dois dias no mês para cuidar da roça sendo que ela é plantada o ano

todo e aguardado o seu amadurecimento, a única preocupação com a sazonalidade dos rios, vem da proximidade do rio ou igarapé próximo a plantação na época de colher a roça.

Para a plantação em terra firme também é feito o ajuri, que vai abranger a roçagem do local, derrubada e corte das arvores maiores, coivara e queima depois de seca, geralmente feita durante o verão para que a queima dos resíduos seja feita quase que total sobrando apenas as arvores mais grossas no meio do roçado, logo em seguida é feita novamente a coivara limpando os restos de galhos que não foram queimados e fazendo grandes fogueiras, os locais dessas fogueiras iram servir para plantar bananeiras, tomates, pimentões e outras plantas que não se desenvolvem bem na terra firme. São plantadas também nessas áreas as arvores frutíferas que iram dar frutos até mesmo quando a área se tornar capoeira.

O início e o término da colheita são definidos a partir da plantação, depois de plantada a maturação leve de um ano a um ano e meio quando começam a cair as folhas das manivas, mas nada impede que seja colhida antes a produção da roça, durante a maturação é feita a limpeza dentro da área plantada para impedir o aparecimento e reprodução acelerada de ervas daninhas que podem prejudicar a produção. Durante a colheita ocorre a replanta, quando se planta novamente na área colhida. A colheita pode ocorrer de maneira total o parcial dependendo do tamanho da plantação e da quantidade de pessoas para o beneficiamento da mandioca/macaxeira, e produção de produtos como farinha, goma e tucupí.

As plantações na várzea são plantações feitas em regiões que ficam inundadas no período da cheia. Sendo preparado o solo para plantar quando se começa a secar o rio no período da vazante e tendo que ser colhida antes da alagação total da cheia, tem-se dela a produção da farinha de mandioca/tapioca, goma seca/molhada, beiju lenço/massa, pé de moleque. A terra é bem fértil possibilitando uma boa produção, sendo pouco necessária a derrubada de árvores, uma vez que uma roça pode produzir mais de três vezes devido a renovação do solo e seus nutrientes anualmente. A limpeza anual é indispensável quando a terra nova sai costumasse ter o crescimento de uma vegetação densa de forma bastante rápida devido a grande quantidade de nutrientes disponíveis no solo assim como sementes.

Início da colheita é manual, ela é realizada por partes no início, tendo-se um cuidado para que antes da cheia exista um aproveitamento melhor da terra, sendo retiradas primeiramente as plantas que produzem mais rápido no consorcio. A partir de três meses ou menos se iniciam as colheitas da várzea e são retiradas as produções de milho, feijão, pimentão, pepino, melancia, melão, cana-de-açúcar, tomate, cebolinha, batata doce, cará,



jerimum, maxixe, e outros produtos advindos da agricultura familiar, que tem uma boa produção em um tempo mais curto que a mandioca e macaxeira.

O término da colheita é o período que se retiram as últimas produções da várzea, devido a enchente as terras irão ficar submersas, geralmente as últimas colheitas são da macaxeira e mandioca, devido à proximidade com a água no solo as vezes as batatas apodrecem, ou dão “parara”. Nesse período se tem uma preocupação em guardar e selecionar sementes para serem plantadas novamente quando as águas começarem a baixar, a preocupação maior se dá com os galhos de maniva que devem estar em contato com a terra para assegurar que não apodreça ou estrague até o início da vazante. Surgem aí dois possíveis problemas comuns que é a presença de cupins que se alimentam das manivas, e a água, que pode variar e subir mais que o normal e molhar as manivas deixadas nas partes mais altas da várzea em contato com a terra, se chegar a ocorrer perde-se a possibilidade de uma produção iniciada com tranquilidade e o produtor deve buscar com outros produtores manivas em boa qualidade para plantar, alguns guardam o suficiente para não faltar e assim conseguem compartilhar com outros produtores.

A criação de animais destaca-se a criação da galinha, do pato, do porco, do carneiro e do boi em pequena escala. Nas comunidades ribeirinhas é comum a criação livre e solta no período da seca em ilhas, ocorre-se uma redução da produção no período da cheia. A criação de animais é bastante associada a produção da agricultura onde se produz além do alimento familiar o alimento para a criação. A vazante proporciona a criação de animais em comunidades ribeirinhas um ecossistema rico e que contribui para o desenvolvimento e produção desses animais, porém se tem maior risco com animais predadores, como jacarés, cobras e onças. A criação no ambiente urbano não requer tanto cuidado como nas zonas ribeirinhas, apenas a alimentação, água e proteção para a chuva e sol.

Os pescadores quando não estão em contato com a natureza recorrem a outras atividades para manutenção de sua renda, como por exemplo os trabalhos urbanos, atuando como ajudantes de pedreiro, pintor, carpinteiro, comércio de produtos da agricultura, venda de açaí, empréstimo de dinheiro, compras no fiado e outras formas de se manter. Essas atividades estratégicas se intensificam com a chegada do período do defeso.

Os trabalhos urbanos se intensificam com a chegada do verão, possibilitando a construções no ambiente urbano, pelos pescadores é realizada no defeso que pega parte da vazante e seca, com menos chuvas. Com a cheia se tem uma redução na produtividade da

pesca e as áreas de várzea encontram-se submersas e os peixes ficam em um ambiente mais amplo dificultando a captura em maiores quantidades, o pescador se volta para o ambiente urbano e para as atividades nas quais possa garantir uma pequena renda para sua família.

Ou seja, quando as relações ecológicas entre homem e natureza são distanciadas por características como por exemplo a cheia, este volta-se para o urbano respeitando esse período e a relação que possui com os ecossistemas, como a reprodução do peixe. A relação de disponibilidade dos recursos naturais requer limites de uso e cuidados, o homem amazônico, o caboclo-ribeirinho se adapta a esse ambiente reconhecendo esses limites.

### **3.2 DESCRIÇÃO DOS PEIXES E DA PESCA**

A pesca é uma das atividades humanas mais importantes na Amazônia, constituindo-se em fonte de alimento, comércio, renda e lazer para grande parte da população, especialmente a que reside nas margens dos rios de grande e médio porte. (SANTOS; SANTOS, 2005, p. 165)

A pesca é uma atividade que consiste na captura de várias espécies de peixes e outros animais aquáticos, ela é uma forma de subsistência e encarada como trabalho por muitos brasileiros que assumem a atividade como profissão, sendo categorizados até como desempregados durante o período do defeso, quando são proibidos de realizar a atividade. E o Estado do Amazonas possui pescadores e pescadoras que praticam a atividade e dependem dela para sua alimentação e renda familiar. As modalidades de pesca incluem além da pesca de subsistência apresentada acima, a pesca comercial, industrial, ornamental e esportiva (SANTOS; SANTOS, 2005). Uma sexta modalidade e efetuada com menor intensidade seria a pesca científica.

Os peixes podem ser divididos pelos pescadores em dois grupos espécies “peixe-liso” e “peixe de escama”. Mas de acordo com (SANTOS; SANTOS, 2005, p. 168), “Uma característica da importante ictiofauna a ser destacada no contexto da pesca amazônica diz respeito às categorias taxonômicas e / ou ecológicas nas quais os peixes estão enquadrados”. Os autores apresentam três grupos taxonômicos dos 16 grandes grupos de peixes existentes na Amazônia, sendo os mais abundantes os Characiformes, Siluriformes e Perciformes (SANTOS; SANTOS, 2005). Para contemplar algumas espécies específicas e com características diferentes tem-se os grupos apresentados em (SANTOS; FERREIRA;

ZUANON, 2009) e por (BARBOSA, 2014), Clupeiformes e Osteoglossiformes. Não podemos esquecer do grupo dos Gymnotiformes que são os peixes elétricos.

*Characiformes* ou peixes de escama: a maioria é formada de espécies migradoras de curta distância, movimentando-se entre rios e lagos. O principal representante dessa categoria é o Tambaqui (*Colossoma macrapomum*), que alcança cerca de 1 metro e 30kg e até a década de 1980 era a espécie mais abundante na pesca. [...].

*Siluriformes*, bagre ou peixe-liso: a maioria é formada por espécies que compreendem migrações longas, através do canal principal do sistema Solimões-Amazonas. Os principais representantes desse grupo são o sorubim (*Pseudoplatystoma fasciatum*), caparari (*P. tigrinum*), dourada (*Brachyplatystoma rousseauxii*), piramutaba (*B. vaillantii*) e piraíba (*B. filamentosum*), sendo o maior bagre de água doce, alcançando cerca de 2,4 m e 130 kg. [...].

*Perciformes*, peixes sedentários, típicos e caracterizados por espinhos nas nadadeiras. Seus principais representantes são o tucunaré (*Cichla spp*) e a pescada de água doce (*Plagioscion spp*), ambos carnívoros e formados por várias espécies biológicas. [...]. (SANTOS; SANTOS, 2005, p. 168)

Para agrupar o Apapá amarelo e branco dá-se o grupo Clupeiformes com as seguintes características, “[...] Língua normal, carnosa e lisa; nadadeira dorsal normalmente distante da nadadeira caudal. [...] Boca voltada para cima, uma fileira de espinhos na região mediana do ventre e ausência de nadadeira adiposa” (SANTOS; FERREIRA; ZUANON, 2009, p. 15). Para agrupamento das espécies Aruanã e Pirarucu, tem-se o grupo Osteoglossiformes, com as “[...] Nadadeiras com todos os raios moles e flexíveis. Língua ossificada e bastante áspera; nadadeiras dorsal e anal longas, quase unidas à nadadeira caudal” (SANTOS; FERREIRA; ZUANON, 2009, p. 15).

Para os pescadores os peixes de escama são fáceis de diferenciar dos peixes de couro, por possuírem características diferentes que implicam em seu preparo como, por exemplo, a retirada das escamas e os cortes que devem ser feitos antes do preparo em alguns casos, os peixes lisos não requerem estes cuidados por não possuírem escamas e nem precisarem ser tizados. Os peixes de couro como a própria descrição afirma possuem uma pele comparada com o couro.






Alguns dos peixes de couro habitam em águas mais profundas, sua característica é a caça noturna, mais também realizam a caça durante o dia. Sua alimentação consiste no consumo de espécies menores em partes de baixa ou alta profundidade o que facilita a sua captura com iscas vivas na superfície da água ou abaixo dela. Mas também são capturadas de dia com instrumentos de pesca que alcançam a profundidade de onde esses peixes estão como









por exemplo “poitas”, que consiste em anzóis presos a um tipo de peso, que geralmente é uma pedra, destina-se a captura dessas espécies.










Já os peixes de escama são mais diurnos, eles possuem a característica de boiar na superfície da água. Com isso os pescadores podem observar em qual parte do rio, lago, igarapé, canal, paranã ou igapó, esses peixes estão. A partir dessa observação os pescadores já sabem onde colocar suas malhadeiras e outros materiais de pesca. Algumas espécies também nadam em grupos, lotes e cardumes, o que acaba possibilitando a captura de um número considerável em apenas uma malhadeira.










Outra forma de encontrar tantos os peixes de escama como os peixes-lisos, são embaixo de árvores frutíferas que fornecem alimento para os peixes durante períodos do ano como na cheia e na vazante. Alguns pescadores utilizam desse conhecimento, e colocam essas frutas como iscas, chegando a capturar muitos peixes sem exercer um grande esforço.






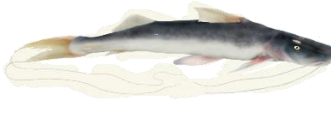


**Tabela 01: Descrições do nome científico/comum dos peixes e formas de captura.**

<b>Imagem do peixe</b>	<b>Nome comum</b>	<b>N. científico</b>	<b>Captura</b>
	Pirarucu Budeco	<i>Arapaima gigas</i>	Espinhel, curumim, malhadeira, arpão.
	Aruanã Sulamba Macaco d'água	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>	Espinhel, malhadeira, bico, linha comprida.
	Arenga-amarela Sardinhão Apapá-amarelo	<i>Pellona castelnaeana</i>	Malhadeira e linha comprida.
	Arenga-branca Sardinhão Apapá-branco	<i>Pellona flavipinnis</i>	Malhadeira e linha comprida.
	Aracu Piau	<i>Schizodon fasciatus.</i>	Malhadeira, caniço e zagaia.




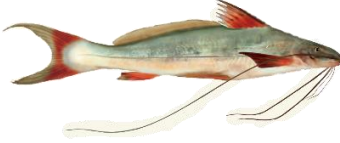





	Arari Rabo de fogo	<i>Chalceuserythrurus</i>	Malhadeira, caniço e zagaia.
	Jatuarana	<i>Brycon melanopterus</i>	Malhadeira, caniço, linha comprida, tarrafa e zagaia.
	Matrinã	<i>Brycon amazonicus</i>	Malhadeira, caniço, linha comprida e zagaia.
	Pacu Palometa	<i>Mylossoma sp.</i>	Caniço, malhadeira, tarrafa,
	Piranha-caju Piranha- vermelha	<i>Pygocentrus nattereri.</i>	Malhadeira, tarrafa, caniço, linha comprida, espinhel e poita.
	Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>	Malhadeira, espinhel, linha comprida, caniço, bico e zagaia.
	Sardinha papuda	<i>Triportheus angulatus</i>	Malhadeira, espinhel, linha comprida, caniço e tarrafa.
	Sardinha comprida	<i>Triportheus auritus</i>	Malhadeira, espinhel, linha comprida, caniço e tarrafa.



	Tambaqui Ruelo	<i>Colossoma macropomum</i>	Malhadeira, espinhel, camurim, arpão e bico.
	Branquinha Chorona	<i>Patomorphina latior</i>	Malhadeira e tarrafa.
	Cascudinha Branquinha- cascuda	<i>Psectrogaster amazônica</i>	Malhadeira e tarrafa.
	Jeju	<i>Hoplerythrinus sp.</i>	Caníço, malhadeira, espinhel, linha comprida e zagaia.
	Traíra	<i>Hoplias malabaricus</i>	Caníço, malhadeira, espinhel, linha comprida e zagaia.
	Peixe-cachorro Cadelo Cachorra	<i>Cynodon sp.</i>	Malhadeira, tarrafa e linha comprida.
	Jaraqui	<i>Semaprochilodus insignis</i>	Malhadeira, zagaia e tarrafa.
	Jaraqui-escama- fina	<i>Semaprochilodus taeniurus</i>	Malhadeira, zagaia e tarrafa.
	Curimatã Curimatá Curica	<i>Prochilodus nigricans</i>	Malhadeira, zagaia e tarrafa.

	Flecheira Charuto Orana-flecheira Voador	<i>Hemiodus spp.</i>	Malhadeira e zagaia.
	Jacundá Peixe-sabão	<i>Crenicichla spp.</i>	Malhadeira, linha comprida, caniço e zagaia
	Acará-açú Cará	<i>Astronotus spp.</i>	Malhadeira, linha comprida, caniço e zagaia.
	Acará-prata Acará-branco Cará	<i>Chaetobranchus spp.</i>	Malhadeira, zagaia e caniço.
	Tucunaré	<i>Cichla spp.</i>	Malhadeira, caniço, tarrafa, bico, zagaia e corrico.
	Pescada-branca Pescada	<i>Plagioscion spp.</i>	Malhadeira e tarrafa.
	Tamoatá Chiruú Tamatá	<i>Hoplosternum littorale</i>	Malhadeira, tarrafa e coleta manual.
	Bodó Acari Cascudo Sapato-de-boto	<i>Pterigoplichthys pardalis</i>	Malhadeira, zagaia, tarrafa e coleta manual.
	Mandubé Bocão-azul Bocado	<i>Ageneiosus inermes</i>	Malhadeira, tarrafa, linha comprida, poita e espinhel.

	Bacu-pedra Bacu	<i>Lithodoras dorsalis</i>	Malhadeira, arrastão, linha comprida e poita.
	Cuiú-cuiú	<i>Oxydoras niger</i>	Malhadeira, zagaia e tarrafa.
	Chiripirá Bico-pato	<i>Sorubim lima</i>	Malhadeira, tarrafa, espinhel, zagaia e linha comprida.
	Braço-de-moça	<i>Hemisorubim platyrhynchus</i>	Malhadeira, tarrafa, linha comprida, poita e espinhel.
	Caparari	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>	Malhadeira, arrastão, tarrafa, espinhel, poita, linha comprida, zagaia e bico.
	Melado Filhote Babão	<i>Brachyplatystoma platynemum</i>	Malhadeira, arrastão, linha comprida e tarrafa.
	Jaú Pacamum	<i>Zungaro zungaro</i>	Malhadeira, curumim, espinhel e poita.
	Jandiá	<i>Leiarius marmoratus</i>	Malhadeira, tarrafa, linha comprida, zagaia, bico, espinhel e poita.



	Mandi	<i>Pimelodus blochii</i>	Malhadeira, tarrafa, poita, linha comprida
	Mapará	<i>Hypophthalmus spp.</i>	Malhadeira.
	Pirauaca Peixe-lenha	<i>Sorubimichthys planiceps</i>	Malhadeira, tarrafa, poita, espinhel e linha comprida.
	Piracatinga Mota Urubu d'água	<i>Calophysus macropterus</i>	Malhadeira, tarrafa, poita, espinhel, linha comprida e coleta manual.
	Piraíba Filhote	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>	Poita perdida e arrastão.
	Pirabutão Piramutaba	<i>Brachyplatystoma vaillantii</i>	Malhadeira, arrastão, tarrafa, espinhel, poita e linha comprida.
	Barba-chata Barbado Piranambu	<i>Pinirampus pirinampu</i>	Malhadeira, tarrafa, espinhel, poita e linha comprida.
	Pirarara	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>	Curumim, malhadeira, espinhel, poita e linha comprida.
	Surubim Pintado Cacharro	<i>Pseudoplatystoma punctifer</i>	Malhadeira, arrastão, tarrafa, zagaia, bico, espinhel, poita e

			linha comprida.
	Dourada Dorado	<i>Brachyplatystoma rousseauxii</i>	Malhadeira, arrastão, poita e linha comprida.
	Dourada Zebra Zebra Pirabutão- pintado	<i>Brachyplatystoma juruense</i>	Malhadeira, arrastão, poita e linha comprida.

Fonte: Ilustrações de José Myrria e Karl Mokros, Peixes comerciais de Manaus, 2ª ed. -IMPA/2009.

O quadro representa algumas das principais espécies de peixes capturadas na região amazônica, tanto que as imagens utilizadas assim como os dados foram retirados da segunda edição do livro *Peixes comerciais de Manaus*, que foi publicada em 2009 pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônicas-INPA. As informações sobre os peixes foram muito importantes para a construção deste quadro, que representa os peixes capturados também na região do Alto Solimões.

Durante a pesquisa foi possível identificar a forma como os pescadores lidam e descrevem determinadas espécies de peixes e como as reconhecem quase que de forma automática. Revelando assim um conhecimento próprio sobre cada espécie a partir da forma, coloração, pintas específicas em cada espécie e até mesmo os sons que os peixes emitem. Por exemplo, o quando perguntado sobre a identificação de um tucunaré o pescador identificava da seguinte forma “por causa do formato dele, as cor do olho né que tem o olho grande, e que a gente conhece do cotidiano e pega de malhadeira” (MORENO FILHO, 2023), a forma de captura segundo ele é facilitada pela seca.

### 3.3 DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS UTILIZADOS NA PESCA

Na pesca se utilizam materiais específicos que facilitam a captura do peixe e que assumem um papel crucial para a realização da atividade. O homem criou e aperfeiçoou diferentes formas de realizar a pesca. Podemos destacar a malhadeira como um desses materiais que mais contribuiu com a realização da atividade pela facilidade e desempenho na função de captura. Existem outros materiais que também desempenham esse papel com a

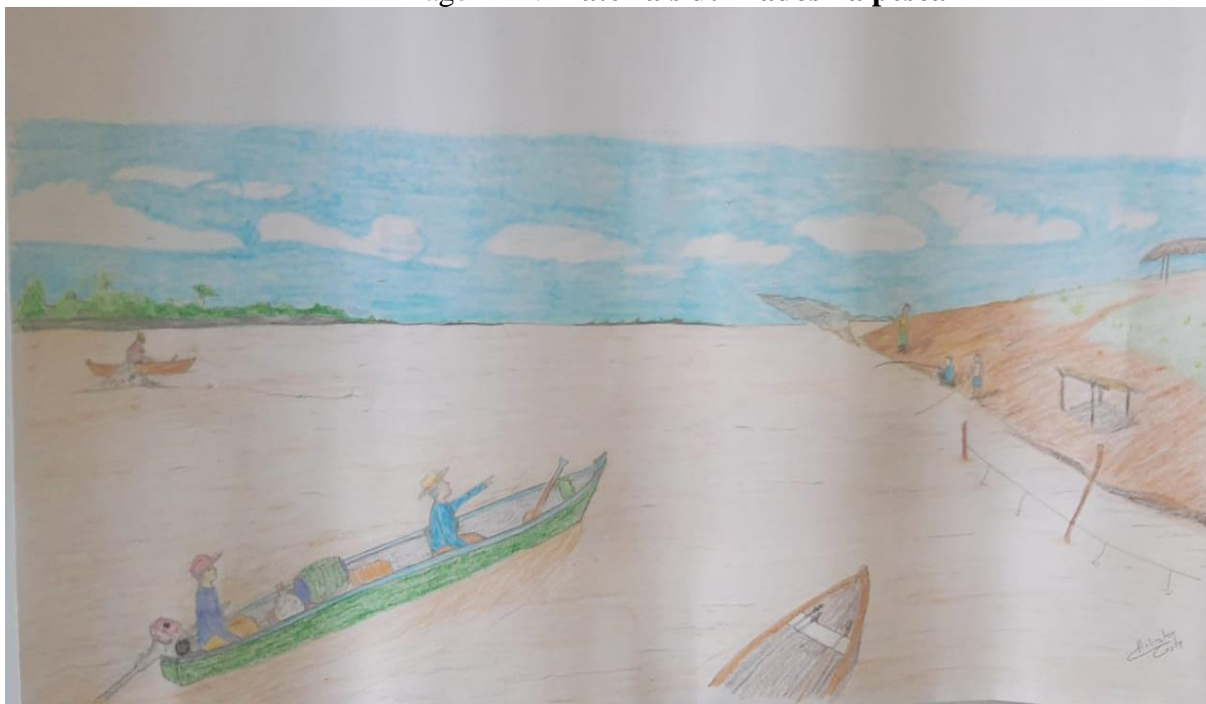
utilização do anzol, que quando aplicado ao conhecimento e técnica dos pescadores são transformados em materiais mais eficazes, como o espinhel, a poita e o curumim.

O pescador precisa aprender e saber de alguns conhecimentos que farão com que ele tenha um bom desempenho ao exercer a atividade. Alguns conhecimentos farão com que ele esteja preparado para as possíveis dificuldades que possa vir a enfrentar na pescaria. Por isso, sempre quando começam a acompanhar seus pais, observam e aprendem os meios de lidar com essas situações, algumas delas sendo de vida ou morte.

Não somente é importante o pescador conhecer as técnicas de pesca e os macetes de como pegar os peixes. Ele precisa conhecer o ambiente, a natureza, a vegetação e o clima. Para que ele saiba como responder a cada problema que surgir na pescaria. Como posicionar sua canoa em uma chuva forte, vento e ondas que chegam a entrar na canoa.

Conhecer os materiais de pesca é algo que os pescadores têm em comum, conhecem cada ferramenta a ser utilizada em cada situação. Conhecer o boiar dos peixes, as frutas que eles utilizam como alimento. E quando capturados esses peixes o tratamento a ser dado a eles, como guardar e como armazenar sem que estraguem.

**Imagem 11: Materiais utilizados na pesca**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

Canoa- é o meio de transporte que o pescador utiliza para navegar pelos rios, lagos e igarapés, podendo variar o tamanho, por meio dela é realizada a pecaria, algumas são adaptadas para servir como casa em pescarias que duram de semanas a meses.

Motor rabeta- é um motor de combustão que é utilizada para percorrer longas distancias com a canoa. É posicionado a poupa e conduzido por um motorista que muitas vezes é o próprio pescador, em alguns casos adapta-se a um leme na proa.

Remo- é utilizado para conduzir a embarcação fazendo um movimento de puxar a canoa para a frente ou para trás é feito de madeira. Muito utilizado em embarcações pequenas durante a pesca nos igapós por fazer pouco ou quase nenhum barulho, facilitando a captura dos peixes e a locomoção da canoa em lugares estreitos.

Tarrafa- é um instrumento utilizado na pesca tecido de nylon ou fibra, é empesado com chumbada para que quando seja lançado para a captura de peixes sente no leito do rio de forma rápida. Requer habilidade na hora de ser lançado para que caia aberta em forma de círculo, quando atinge o leito e é puxada ela se fecha impedindo que os peixes capturados saiam.

Malhadeira- pode ser tecida de nylon, fibra ou seda, ela pode ser posicionada em um local esperando se capturar os peixes ou pode ser utilizada malhando, ato de acompanhar a correnteza com a malhadeira esticada, podendo capturar os peixes que estão subindo o rio.

Arrastão- é um tipo de malhadeira que tem destino capturar os peixes que ficam no leito dos rios, ele possui uma grande quantidade de peso e vai “topando na terra”, capturando os peixes que estiverem subindo o rio em maior profundidade.

Anzol- o anzol é feito de uma mistura metálica, sendo a mais utilizada de aço carbono, é curvado com uma ponta chata ou em formato de argola e a outra afiada com um pequeno gancho na posição interna, ele é aplicado e utilizado em outros instrumentos de pesca.

Canço- é composto por uma vara de madeira ou artificial, uma linha e um anzol. O canço é utilizado para pesca manual, consistindo em fisgar o peixe com um puxão na vara quando ele beliscar ou comer a isca.

Linha cumprida- é uma linha de comprimento definido pelo pescador, assim como o tamanho do anzol, que se utiliza um peso a distância de uma palma para pescar em profundidade e impedir que a correnteza empurre a isca para a beira do rio.

Espinhel- são vários anzóis amarrados com cordas, dispostos em uma corda maior e mais grossa ou de mesma espessura, dispostos a uma mesma distância entre si, é organizado em caixas de madeira ou em recipientes de plástico como baldes. Pode ser colocado na superfície da água ou submerso, nas margens dos rios, igarapés, lagos e paranãs.

Curumim- é um material de pesca que se utiliza um anzol grande e uma corda de três a dez braças, possuindo uma espessura média, com um peso amarrado a distância de meia braça do anzol. Pode ser amarrado em galhos de árvores ou varas enfiadas com a finalidade de aguentar o peso e a força do peixe. É um instrumento utilizado na captura de peixes grandes como o pirarucu, jau e pirarara. Por ser um anzol grande ele requer uma isca grande, ou um peixe que aguente bastante tempo no anzol como isca viva, sendo comum o bodó.

Poita- é parecida com o espinhel, porém fica estirada da margem em direção ao meio do rio presa a um peso ou uma pedra, tem-se a quantidade de anzóis assim como a distância entre si de acordo com o pescador. O tamanho do anzol e a espessura da corda variam com o modo de pesca e o conhecimento do pescador sobre os peixes e sobre o rio.

Camurim- é uma técnica de pesca que consiste em amarrar um anzol em uma linha a distância de uma a três braças de comprimento a uma boia natural, um pedaço de madeira ou cipó, por exemplo a cortiça. A pesca com o camurim é feita de maneira simples sem requerer muito esforço do pescador, que solta o anzol com a isca amarrado a essa boia que quando estiver puxando é só ir fisgar o peixe com um puxão para cima.

Zagaia- é um tipo de lança que tem a finalidade de perfurar o peixe e impedir que se solte, ela possui três pontas de ferro com muitos ganchos que quando introduzidos no peixe só soltam com muito esforço. Tem entre uma braça e meia a duas, o cabo ou a base é um material leve, como a “flexa” de tacana. É arremessado em direção ao peixe, que quando atingido fica a deriva devido ao material leve em que é colocada a zagaia. Podendo ser utilizada tanto de dia quanto a noite para fachear.

Bico- é parecido com a zagaia, porém com a ponta de ferro colocada sob uma pequena parte de madeira chamada de gomo, o bico é amarrado a uma corda com duas braças de comprimento que quando atinge o peixe se desprende e fica apenas a corda presa a flecha,

isso também impede que o peixe quebre a flecha com movimentos fortes ao ser atingido pelo bico.

Arpão- é utilizado para captura de peixes grandes, como tambaqui e pirarucu, e para segundar pirarara, jaú, piraíba e outros peixes maiores, pegos em espinhéis ou curumins. É preso a uma vara de madeira pesada, possuindo um cabo de no mínimo vinte braças e amarrado a uma boia. Quando atinge o peixe o arpão se solta da vara possibilitando cansá-lo na corda sem muito esforço e assim conseguir embarcá-lo.

Cacete - é feito de madeira podendo ser modelado em uma das pontas para que se encaixe na mão. É utilizado para matar o peixe de forma rápida com pancadas na cabeça, evitando que ele fique se debatendo na canoa e fazendo barulho espantando outros peixes.

Rapixé - é um local provisório onde se coloca os peixes que servirão de isca viva evitando que morram ou fiquem fracos. É feito com uma tela de plástico ou de madeira, é posicionado ao lado ou próximo ao espinhel para facilitar na hora de iscar os anzóis. Ele é colocado na água e amarrado em quatro varas, deixando assim um espaço interno para a circulação do peixe.

Fogão- é onde o pescador prepara suas refeições podendo ser feito dentro da canoa, na margem do rio ou até mesmo fabricado pelo pescador como é o caso do fogão de álcool. O fogão é muito utilizado quando o pescador passa dias realizando a pesca, quando está no período da cheia alguns adaptam suas canoas para conseguirem fazer fogo dentro de suas embarcações, devido a alagação das terras de várzea.

### **3.4 PEIXES: TIPOS DE PREPARO E CONSUMO**

Os peixes depois de capturados e destinados a venda ou ao consumo familiar do pescador, são preparados para a alimentação. Esse preparo consiste em limpar o pescado retirando as guelras, vísceras, nadadeiras do peixe e as escamas em algumas formas de preparo. Dependendo do tamanho do peixe, os maiores como o tambaqui e a matrinxã costumam ser assados com as escamas.

O peixe é preparado na região de acordo com os gostos e técnicas desenvolvidas na culinária amazônica cabocla-ribeirinha. Os sabores e receitas variam de acordo com a região

em que se consome o peixe. O conhecimento necessário para o preparo e repetição dessas receitas é passado de uma geração para outra como uma forma de tradição, onde as filhas principalmente aprendem com as mães. Em áreas de fronteira se tem uma representatividade da troca de saberes e conhecimentos culinários a partir do consumo do peixe, um exemplo é o consumo do ceviche.

### 3.4.1 Peixe cru

Podemos citar como preparo do peixe cru, o prato conhecido como Ceviche. Típico da culinária peruana, muito consumido, apreciado e apropriado por brasileiros e de outras nacionalidades. É bastante produzido nas regiões de fronteiras como é o caso da tríplice fronteira, entre Brasil, Peru e Colômbia. Em Benjamin Constant ele é preparado e vendido em alguns restaurantes que oferecem também serviço de entrega em domicílio desse prato da culinária peruana.

Imagem 12: Ceviche de restaurante



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

A região possui uma troca de saberes e uma mistura de nacionalidades que a torna única, isso devido a proximidade e trocas culturais. E o preparo do peixe não foge a esses

processos de contato intercultural, seu preparo é adaptado e feito no Brasil. Consiste na utilização do peixe cru mais especificamente a partir da carne do pirarucu, mas também se utilizam outras espécies de peixe de carne branca.

O peixe é cortado em pequenos pedaços e mergulhado em uma solução ácida, geralmente se utiliza o limão, que possibilita cozinhar o peixe. São adicionados a pimenta, cebola e de acordo com a preferência outros acompanhamentos que também servem de enfeite, como o milho, batata, alface, cheiro-verde e palha de cebola.

**Imagem 13: Sushi Amazônico**



Fonte: G1 Amapá, Reprodução/Rede Amazônica, 2018.

Outro tipo de preparo do peixe cru que vem se destacando na região é o prato conhecido como sushi, preparado com o pirarucu, e que ficou conhecido como “Sushi amazônico”. A técnica e o preparo do sushi, assim como a origem culinária corresponde aos países do sudoeste asiático, posteriormente na China e no Japão. Este é o exemplo de mais uma técnica de preparo do peixe que ultrapassou fronteiras e viajou do outro lado do mundo e chegou ao Amazonas.

E vem sendo comercializado no município de Benjamim Constant, enriquecendo e diversificando a culinária a partir de produtos regionais e importados. A utilização do pescado amazonense representa a valorização do peixe e a aproximação e trocas culturais.

### **3.4.2 O peixe cozido**

É a forma de preparo do peixe na qual se utiliza o cozimento com a água, legumes e hortaliças. O peixe cozinha junto a esses temperos adquirindo sabor e após a fervura pode ser



consumido junto ao caldo que se forma com a apuração do peixe cozido e o tempero utilizado. É conhecido como caldeirada de peixe, podendo ser feito utilizando várias espécies de peixes.

**Imagem 14: Peixes cozidos**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

Uma receita muito consumida e procurada é a caldeirada de tucunaré, onde o peixe é cortado em pedaços por não ter uma grande quantidade de espinhas pequenas. Outra é a caldeirada de tambaqui, geralmente são os peixes mais consumidos nos restaurantes, tendo valores altos e sendo consumido tanto por brasileiros como por turistas de vários países.

A caldeirada é preparada também para mulheres que tiverem bebês e precisam produzir leite, acredita-se que o consumo líquido possa estimular essa produção. Logo tem-se a expressão de que quando alguém toma muito caldo é porque “tá dando de mamar”.

Dependendo do peixe tem se o cuidado no preparo principalmente de espécies que possuam muita espinha e que sejam menores, os ticanos do peixe devem ser feitos de forma cuidadosa para evitar que a pessoa que for consumir não se engasgue com as espinhas. E o cozimento deve ser moderado para o peixe não chegar a “misgalhar” espalhando assim pequenas espinhas no caldo.

### **3.4.3 Peixe guisado**

O peixe guisado pode ser encaixado na categoria de cozido, pois o processo de preparo é semelhante. Porém o resultado que se obtém é de um caldo mais grosso e em menor

quantidade ficando os pedaços de peixe fora dessa calda que é a apuração dos temperos e o líquido do peixe. É um processo de rápido preparo e podem ser utilizadas várias espécies de peixes, destacam-se nesse preparo as espécies de tambaqui, surubim e o caparari.

Imagem 15: **Peixe guisado**



Fonte: SOUZA, Janaína, 2023.

O guisado de peixe é pouco comercializado, podendo ser encontrado em restaurantes, mas consumido com maior frequência entre as comunidades ribeirinhas e populações tradicionais é muito consumido. Geralmente feito no fogo de lenha para adquirir um sabor diferente. Uma informação interessante sobre o preparo é que não é necessário utilizar vegetais para engrossar a calda, mas dependendo de quem prepara coloca-se a macaxeira como acompanhamento.

#### **3.4.4 Peixe frito**

No preparo do peixe frito utiliza-se óleo de soja ou azeite, mas já se pode encontrar no mercado outros tipos de óleo extraídos do girassol, milho, palma e canola. A alimentação do peixe frito é comum na mesa do pescador pelo fácil e rápido preparo para ser consumido. Geralmente ele tem acompanhamentos como o arroz, feijão, macarrão e a farinha de mandioca. Mas no tradicional o peixe é consumido apenas com a farinha de mandioca.

Imagem 16: **Jatuarana frita**



Fonte: MAIA, Luciane, 2023.

O peixe é ticado ou cortado em pedaços dependendo da espécie e tamanho do peixe, depois é passado sal a gosto e empanado na farinha de trigo ou na goma de mandioca/macaxeira, dependendo de quem prepara. O peixe frito é comercializado em restaurantes e feiras, geralmente os mais vendidos nesses locais são o pirarucu, tambaqui, surubim, jaraqui, pacu e o tucunaré, que chegam a possuir preços altos apenas em uma pequena porção.

Seu preparo é preferido pela facilidade, necessitando apenas de sal, em alguns pratos como o chicharon também se utilizam outros materiais como ovo, a maisena ou o trigo no preparo do peixe antes da fritura. O peixe frito é bastante consumido, o que também acarreta problemas de saúde a população devido ao consumo em excesso de gordura.

### **3.4.5 Peixe assado**

O preparo do peixe assado tradicional é necessário que se tenha um fogo a lenha, mas pode ser assado em forno a gás ou churrasqueira com carvão. No modo tradicional faz-se o fogo ter brasa para assar o peixe. Da mesma forma que se preparam os churrascos de frango ou carne. Essa forma de alimentação também possui alguns acompanhamentos, mas é muito comum entre os pescadores e ribeirinhos o consumo apenas com a farinha de mandioca.

Imagem 17: Aracu assado



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

A comercialização do peixe assado tem se mostrado lucrativa, podendo este ser vendido inteiro, em partes ou em pequenas porções. Os pescadores costumam preparar esse tipo de alimentação quando estão pescando em grupos nas margens do rio, lagos ou igarapés. Da mesma forma quando estão trabalhando na agricultura.

#### **3.4.6 Mungica de peixe assado e peixe fresco**

A mungica pode ser encaixada tanto como o peixe cozido por utilizar-se algumas vezes o peixe cru, como também o peixe assado no preparo. Utiliza como ingrediente principal a banana verde, raspada ou triturada no liquidificador. Inicia-se o cozimento da banana antes do preparo, o peixe quando é fresco não precisa de muito cuidado apenas cortá-lo em pedaços. Quando o peixe é assado, geralmente as sobras de um peixe, retira-se as espinhas e coloca o peixe, após o cozimento da banana junto com os temperos.

**Imagem 18: Mungica de peixe assado**



Fonte: SOUZA, Janaína, 2023.

Esse tipo de preparo do peixe não é muito comum e é pouco comercializado. Sendo consumido principalmente por famílias de pescadores, comunidades ribeirinhas e tradicionais. É uma receita que se tem um preparo que requer conhecimento no ponto de cozimento da banana principalmente quando se utiliza o peixe fresco, pois, o cozimento da banana deve ser calculado antes de se acrescentar o peixe, para não haver o risco de cozinhar muito o peixe ele se desfazer e espalhar espinha no caldo, sendo perigoso quem for consumir chegar a engolir uma dessas espinhas.

### **3.4.7 Mururu ou escabeche**

Essa é uma forma de consumo do peixe em que se utiliza para o preparo o peixe assado, porém poucos conhecem por esse nome, é conhecido também como escabeche. O mururu é o peixe assado que depois é cozido. O conhecimento que se tem é que no preparo utiliza-se apenas peixes de escama, e mais especificamente se utilizam a curimatã ou o jaraqui. Mas por serem peixes com muitas espinhas pequenas, e por não ser retirado as escamas ou até mesmo ticado deve-se utilizar os peixes maiores, ou seja, exemplares adultos.

Imagem 19: **Mururu de aracu assado**



Fonte: MAIA, Luciane, 2023.

O peixe é cuidadosamente assado para que não se queimem as escamas e amarguem o caldo, depois de assado é posto dentro de uma panela com água e colocado para cozinhar junto com os temperos, utiliza-se muitos pimentões, palhas de cebola, chicória, alfavaca e cheiro verde, todos cortados e colocados para cozinhar junto com o peixe. Depois de o cozimento dos temperos já está pronto para ser servido. É uma receita pouco conhecida e pela forma que é preparada agrada ao paladar de poucos.

Nos restaurantes ela é mais conhecida como escabeche e se tem como principal preparo o tambaqui que vem mergulhado em uma calda depois de assado. Essas receitas costumam ter valores de comercio altos pela forma de preparo e pelo sabor. São receitas muito presentes na região norte, consumidas por populações indígenas, ribeirinhas e tradicionais.

#### **3.4.8 Pupeca de peixe**

Bem conhecida no Amazonas e comercializada a pupeca consiste no preparo do peixe dentro da folha de bananeira ou na famosa folha-de-pupeca, pode ser feita utilizando várias espécies de peixes consumidas no Amazonas, mas é muito comum se encontrar a pupeca de sardinha, jandiá, pirabutão, surubim, tambaqui e pirapitinga. Mas dependendo do local e dos conhecimentos culinários, a pupeca pode ser realizada utilizando outras espécies

de peixe, mas o preparo é feito utilizando essas folhas ou até mesmo outras, dependendo do conhecimento tradicional local.

**Imagem 20: Pupeca de sardinhas**



Fonte: MAIA, Luciane, 2023.

Depois de tratado o peixe, ticado ou cortado, coloca-se numa vasilha e adiciona como tempero o sal, o óleo, a pimenta do reino, a cebola, o urucum líquido ou em pó, chicória, palha de cebola, cheiro verde e alfavaca, o que não se fixar no peixe é colocado dentro dele. Depois arruma o peixe sob as folhas já lavadas, embrulha e amarra com cipós ou com fios de metal. O tempo de assar é demorado pois o calor deve penetrar as folhas e cozinhar esse peixe lá dentro. Para o consumo é só abrir as folhas e retirar os peixes, que podem ser acompanhados principalmente pela farinha de mandioca.

### **3.5 A PISCICULTURA COMO ALTERNATIVA ECONÔMICA NO TRABALHO E MANEJO DA PESCA**

A piscicultura no município de Benjamin Constant tem se desenvolvido podendo contar com uma unidade de produção de alevinos, possibilitando a renovação na produção a cada retirada dos piscicultores. De acordo com os dados da estação Unidade de Produção de Alevinos Ir. Jacob Balduino, tem-se a distribuição de alevinos a um número aproximado de 150 piscicultores. A unidade local do IDAM atende com visitas e monitoramento a 50 piscicultores.

**Imagem 21: Unidade de produção de alevinos Ir. Jacob Balduino**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

No município a concentração maior dos produtores fica na BR 307, em sítios ou quintais. A comercialização da produção é de responsabilidade do produtor assim como a retirada do peixe, tem-se uma maior retirada no período da semana santa, pois parte da população que é praticante da religião católica evita o consumo de carne vermelha durante a semana, assim optam pelo consumo do peixe.

A criação de peixe apresenta uma possibilidade de uma alternativa econômica a partir do manejo do pescado. Foi possível identificar que a atuação desses criadores no mercado é mínima, porém os peixes por eles vendidos possibilita ao consumidor comprar peixes que estão no defeso, como o matrinxã, pirarucu e o tambaqui, principalmente no período do defeso. Lembrando que para o manejo do pirarucu é necessária uma licença do IBAMA.



**Imagem 22: Distribuição de alevinos para piscicultores**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

Assim como os trabalhadores da agricultura que plantam tanto na terra firme, quanto na várzea, como uma forma de assegurar a produção, os pescadores que têm um terreno apto para a criação de peixes poderiam ter uma forma de assegurar o peixe para o consumo e comercialização na época da reprodução. Outra possibilidade seria a criação em tanques rede que tem se mostrado uma alternativa na criação de peixes no Amazonas. É uma possibilidade de trabalho para os pescadores que conhecem os hábitos dos peixes pela relação que tem com as águas e os seres vivos que nela habitam.

Segundo os autores Santos e Santos,

A piscicultura, vem sendo testada na Amazônia de diferentes maneiras, incluindo tanques artificiais, represamento de nascentes, fechamento de trechos de igarapés, gaiolas flutuantes e até repovoamento de lagos e lagoas, embora ainda existam obstáculos que precisam ser superados para que ela se desenvolva plenamente e possa enfrentar a concorrência do pescado natural, quase sempre mais apreciado e acessível a menor preço nos mercados locais. (SANTOS; SANTOS, 2005, p. 175)

É comum os produtores fazerem represas de pequenos igarapés, chamados de açudes, que são tanques naturais onde os peixes são colocados. Pois, onde não se tem unidades de produção de alevinos os pescadores costumam capturar os peixinhos com um puçá, sem muitas vezes nem saber a espécie que coloca nesses tanques. Muitos desses produtores não recebem visitação de técnicos e nem de engenheiros de pesca, guiam-se pela experiência e conhecimento empírico.

Uma pauta atual que vem sendo discutida no Amazonas é a criação do manejo do jacaré, que pode se tornar também uma forte atividade, agregando e reconhecendo a utilidade dos conhecimentos ecológicos que os pescadores acumulam com as experiências. É uma possibilidade que surge podendo ou não ser viável, mas o tom de sustentabilidade e desenvolvimento é uma alternativa também a predação da espécie. Segundo Santos e Santos,

O ponto principal a considerar quando se evoca a sustentabilidade do setor pesqueiro é que a redução dos estoques pesqueiros e demais efeitos negativos que se abatem sobre a ictiofauna não advêm exclusivamente da pesca, mas de impactos negativos do entorno, como a derrubada das matas ciliares, a destruição de nascentes, o assoreamento, a poluição e o represamento de rios. (SANTOS; SANTOS, 2005, p. 177)

Os impactos que a ictiofauna sofre estão para além da pesca como afirmam os autores, ela é somada aos processos de desenvolvimento que trazem impactos negativos. Ainda segundo os autores, os “[...] planos de manejo alicerçados em elementares princípios de sustentabilidade devem focar não apenas a atividade pesqueira, mas nas condições humanas do entorno, a qualidade da água e das áreas de terra firme drenadas por ela” (SANTOS; SANTOS, 2005, p. 178). Esses planos devem ser criados em diálogo com o conhecimento ecológico local dos pescadores.

#### Imagem 23: **Preparo de alevinos para transporte**



Fonte: SIMÃO, Andresson, 2023.

Não somente o significativo econômico é importante como citam os autores acima, mas também o sabor do peixe, onde para alguns o natural é preferível ao peixe criado na piscicultura, sempre sendo lembrado por quem consome, que o sabor dos dois peixes é distinto. Segundo a fala do pescador (MORENO FILHO, 2023,), o peixe “do açude é

diferente ele parece que não cresce mais tão como do rio assim”. Alguns preferem o peixe de açude pelo controle que se tem nos tanques, ainda mais com a poluição das águas por garimpos ilegais e esgotos que despejam resíduos nos rios e igarapés.

O que aqui vale ressaltar é a importância econômica dessa atividade e como ela pode ser uma alternativa no trabalho e manejo da pesca. Uma opção de trabalho para os pescadores assim como uma atividade que contribui para a preservação das espécies, a piscicultura pode ser uma forma de complementar e diversificar os peixes no mercado municipal, sendo uma complementação a pesca nos rios, lagos e igarapés, apresentando uma redução na extração do pescado nos ambientes naturais.

#### 4 ANÁLISES, APONTAMENTOS E A TEORIA ANTROPOLÓGICA (OUTROS CASOS ETNOGRÁFICOS)

A pesca no Amazonas assim como o seguro defeso vem sendo estudada em seu contexto de forma gradual ao longo dos anos, são poucas as pesquisas realizadas na região do Alto Solimões que se dedicam a esse tema em cunho antropológico, diferente da situação na região do Rio Negro que possui um número considerável de estudos em etnociências e pesca em sociedades indígenas, etnografias, como por exemplo o trabalho organizado por Aloisio Cabalzar, *Peixe e Gente no Alto Rio Tiquié: conhecimentos tukano e tuyuka, ictiologia, etnologia*, publicado em 2005.

A maior parte das pesquisas como vemos no exemplo acima apresenta-se no contexto das ciências biológicas, a relação que o homem estabelece com esses recursos naturais e o conhecimento dessa ecologia, que possibilita ao conhecimento científico portas e caminhos de se produzir novas pesquisas, mas ainda assim, não existem estudos ecológicos para peixes no Alto Solimões. Daí a necessidade de pesquisar os temas voltados a sociedades e grupos de pescadores, onde se vê que “O peixe é o recurso sustentável mais valioso explorado nos rios amazônicos pelas populações ribeirinhas” (SILVA, 2011, p. 142).

A antropologia tem realizado estudos e pesquisas com sociedades de pescadores. Mas o ramo ou digamos até a área específica na antropologia passou e tem passado por um longo processo histórico de formação, que se iniciara com as primeiras pesquisas e trabalhos de campo como vemos em Diegues,

Os estudos etnográficos de sociedades de pescadores começaram quando, em inícios do século XX, os pesquisadores ingleses começaram a fazer ciência a partir dos trabalhos de campo. Assim, Malinowski publicou, em 1922, a clássica monografia: *Os Argonautas do Pacífico Sul*, criticando os antropólogos evolucionistas que viam na pesca um estágio civilizatório anterior à agricultura e à sedentarização. (DIEGUES, 2004, p. 26)

As primeiras pesquisas antropológicas a respeito próprio da pesca e pescadores surge com a denominação de Antropologia Marítima, voltada para pesquisas em sociedades litorâneas que eram formadas por pescadores. Diegues (2004) aponta as primeiras pesquisas sociais a respeito da pesca voltadas para geografia humana e a história. Em sua publicação no ano de 2004, apontou que a “A Antropologia Marítima é hoje um campo de pesquisa

especializado de estudo etnológico sobre comunidades que vivem do mar, principalmente da pesca” (2004, p. 27). Ainda segundo o autor,

A construção desse campo disciplinar é recente e o verbete Antropologia Marítima apareceu pela primeira vez em 1992, no prestigiado *Dictionnaire de l’Ethnologie et de l’Anthropologie*, publicado pela Presses Universitaires de France, sob a direção de Pierre Bonte e Michel Izard. (DIEGUES, 2004, p. 27)

A antropologia marítima, tinha como foco principal o estudo do modo de viver das pessoas do mar, em relação ao modo de vida das populações do continente, com as quais se tinham relações sociais (Diegues, 2004). Ressalta-se a importância de apresentar o início dessas pesquisas voltadas a pesca e pescadores para que se possa entender a trajetória e ampliação do tema para além do ambiente marítimo.

A pesca não era restrita apenas aos ambientes marítimos, era necessário a ampliação do ramo da antropológica dedicado a atividade das sociedades de pescadores, assim Antropologia Marítima dá espaço a Antropologia da Pesca. “Devido aos debates internos, e principalmente por considerar que a pesca, não se restringe ao mar, ela abrange outras territorialidades como os rios e lagos faz-se necessário inserir a Antropologia da Pesca” (Gaspar, 2020, p. 02). A antropologia da pesca é abordada por pesquisadores que a utilizam-na

[...] enquanto uma linha de pesquisa dentro da Antropologia Social, que busca refletir sobre as questões relativas a “povos e comunidades tradicionais”, no caso dos grupos que praticam a pesca como parte do cotidiano, uma expressão sociocultural e simbólica. (GASPAR, 2020, p. 02)

Destaca-se a pesca em um contexto social das comunidades tradicionais, que tem uma relação ecológica com o meio em qual vivem, o qual tem sido alvo da antropologia social, ciências sociais e sociologia. O enfoque dado aqui tende para uma análise antropológica do tema, onde busca-se analisar como os pescadores assumem as formas de pescar e as vivências no cotidiano nas áreas de várzea amazônicas que se diferenciam, por exemplo da pesca no mar.

Os primeiros estudos realizados com base na pesca amazônica, eram direcionados a sustentabilidade, ecologia e manejo. Podemos observar em uma publicação de Mérona (1995), a preocupação com o manejo da pesca, o autor ressalta que eram poucos até então os trabalhos realizados sobre a pesca na região, mas que já contavam com alguns conhecimentos

básicos. Para ele era o que justificava a importância de pesquisas dirigidas por objetivos precisos indispensável. Citando Petrere (1983) e um trabalho desenvolvido por ele com Bittencourt (1988), aponta a questão da sobrepesca na Amazônia e sua evolução entre os anos de 1983 à 1986.

Petrere (1983) analisa assim a pescaria do tambaqui (*Colossoma macropomum*) capturado com rede de cerco. Ele aplica um modelo de produção por recruta e conclui que não existe sobrepesca de crescimento até 1978. Num estudo da mesma pescaria, Mérona & Bittencourt (1988) ajustam os dados de desembarque de 1976 a 1986 a um modelo de produção equilibrada. Os resultados evidenciam uma sobrepesca nos anos 1985 e 1986. (MÉRONA, 1995, p. 176-177)

A preocupação com a sobrepesca ainda é presente nos dias de hoje, tanto que o seguro defeso é justamente uma das formas de evitar a sobrepesca de algumas espécies, foi percebido durante a pesquisa de campo que essa preocupação também é presente em alguns pescadores. E para a questão da sobrepesca, alguns pesquisadores veem o manejo como uma forma de equilibrar a retirada dos peixes dos rios. Com as organizações de manejo e atuação do Seguro Defeso, mais especificamente depois de

a criação da Lei nº 7.679 de 1988 regulamentaria a proibição da pesca em determinados períodos de reprodução de espécies ameaçadas ou que tivessem seu ciclo reprodutivo comprometido. Instituíam-se o período do defeso penalizando, entre outras atividades, a utilização de determinados apetrechos de pesca que causariam grandes impactos na captura do pescado, assim como maior restrição a embarcações e pescadores sem autorização de órgãos competentes. (RAPOZO, 2015, p. 80)

Podia-se contar com uma política de proteção ambiental e de assistência aos pescadores evitando um possível agravamento da sobrepesca. O autor citado realizou a pesquisa de pós-graduação em sociologia, pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, na comunidade Nossa Senhora das Graças da Costa do Pesqueiro, uma área pertencente ao município de Manacapuru-AM, Rapozo (2015), resultando no livro *Territórios Sociais da Pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso*. Que exerceu uma grande contribuição para o desenvolvimento deste trabalho. Segundo ele

A intensificação da pesca comercial aparece como um destes fatores resultantes das transformações das políticas de desenvolvimento econômicos incentivadas para a Amazônia, gerando inúmeras questões, dentre as quais destacamos o surgimento dos conflitos ambientais e da sobreexploração dos recursos pesqueiros como aspectos engendrados neste processo, sobretudo, advindos da inserção comercial do modo de produção capitalista na pesca. (RAPOZO, 2015, p. 24)

A questão proposta nesse trabalho aproxima-se da abordada por Rapozo, pois, se desenvolve visando os grupos de pescadores e suas estratégias e vivências adotadas no período do defeso. O homem enquanto um sujeito frente as restrições de pesca na qual deve manter sua família durante o período, exercendo atividades para além da pesca.

Outra pesquisa que se aproxima ao tema aqui proposto e com o local da pesquisa foi realizada por Oliveira (2007), no município de Tabatinga, intitulada *A Organização Política dos Pescadores em uma Comunidade Ribeirinha no Município de Tabatinga/Am*, no Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Na qual a autora busca analisar a organização política dos pescadores na comunidade Tauarú.

A análise deste trabalho não está diretamente considerando a organização política dentro desse grupo, logo difere da ideia apresentada por Oliveira (2007), que também delimita o lócus de sua pesquisa apenas a um grupo de pescadores em uma comunidade. A relevância de pesquisas como esta nos ajuda a compreender que ainda há lacunas a serem preenchidas sobre este tema. A aplicação da discussão que a autora apresenta contribui com a ideia organizacional desses pescadores ao longo de uma luta por reconhecimento de direitos e aplicação de políticas públicas a classe de trabalhadores da pesca. O que foi relevante na hora de se pensar as formas de organização e articulações que os pescadores realizam durante o período do defeso.

Pelo contato com a coordenação do PRODESAS no INC teve-se a contribuição e disponibilização, durante a pesquisa, de dois trabalhos realizados acerca do município de Benjamim Constant, sendo um TCC e um artigo publicado no ANINC, o primeiro de Barbosa (2014) já citado nos capítulos anteriores, que trata sobre a comercialização do peixe, visando a diversidade do pescado e a preferência da população quanto a comercialização. E o segundo resultou de uma pesquisa que possuía o objetivo de caracterizar a pesca no município, Barbosa et al (2020). Demonstrando o fluxo na pesca, a constante atuação dos pescadores na realização de sua profissão, assim como a caracterização da atividade.

A pesquisa e o trabalho de conclusão de curso apresentado e defendido no curso de bacharelado em antropologia do INC, que ajudou a pensar o tema, foi a monografia de Costa (2011), *Compreendendo o sistema socioeconômico dos pescadores artesanais do município de Benjamim Constant*, a contribuição deste trabalho se dá pela realização no mesmo local, demonstrando a realidade no ano em que foi produzida, e doze anos depois ainda é uma fonte

e referência para pesquisas com os pescadores do município. Demonstrando a possibilidade de realização de pesquisas na região visando a antropologia da pesca, econômica e social.

Com relação a pesquisas que envolvem o Seguro Defeso e a seguridade social, tem-se a disponibilidade de materiais de consulta como as dissertações e teses de programas de pós-graduação, que podem ser acessados nos indexadores da CAPES. Encontrou-se algumas teses como *O seguro defeso e os pescadores artesanais no Amazonas*, Moreira (2011), cujo objetivo visava a realização de uma análise do seguro defeso enquanto política e o modo de viver dos pescadores artesanais do Cai n'Água, região pertencente ao município de Manquiri no Amazonas. Logo contribuindo com a análise proposta sobre o seguro defeso aqui desenvolvida.

Enquanto Moreira (2011) dá uma visão geral desses pescadores, Soares (2012), em sua pesquisa vem dar uma visão mais centralizada para as mulheres da pesca frente ao seguro defeso, com a dissertação *Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro-defeso na comunidade Cristo Rei no Careiro da Várzea*, trazendo a discussão do papel da mulher na pesca e sua contribuição, assim como o reconhecimento frente ao SDPA. O que ajudou a pensar a presença da mulher na pesca, sua atuação e sua luta pelo reconhecimento de direitos enquanto pescadora minimizado pela grande presença de homens pescadores.

A dissertação de Cardoso (2014), *Do caniço ao rapixé: os pescadores artesanais e a política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal – PSDPA na comunidade Divino Espírito Santo em Parintins – AM*, com a proposta era conhecer o trabalho da pesca e a produção retirada das águas, pautando-se em visões de estratégias e manejo em uma visão conservacionista. Ela busca uma compreensão do PSDPA, enquanto uma ação de seguridade social e preservação ambiental na comunidade Divino Espírito Santo no município de Parintins-AM. Ou seja, uma compreensão necessária quando se fala de pesca e seguro defeso utilizada também para um entendimento mais aprofundado sobre o PSDPA.

Em um contexto mais amplo para além da PSDPA, tem-se a pesquisa de Oliveira Filha (2017), *Pescadores artesanais de Novo Airão: dos conflitos socioambientais aos direitos da seguridade social* realizada no município de Novo Airão, onde a autora focaliza nos conflitos e direitos do pescador artesanal na seguridade social. Analisando as formas e condições de acesso dos pescadores nos direitos previdenciários dentro da localidade designada em sua pesquisa. E durante a pesquisa foi possível com a colaboração das



organizações de pescadores entender o funcionamento e acesso dos pescadores a direitos sociais como auxílio-doença, aposentadoria, salário maternidade e outros.

Uma pesquisa mais atualizada com relação aos pescadores e seu modo de vida, parte de Oliveira (2021), com a dissertação *As águas e a vida no imaginário dos pescadores*, onde ele se provoca a investigar como os pescadores da comunidade do Maranhão no município de Parintins-AM, expressão as suas visões de mundo em um ambiente das águas. Aproximando-se da proposta de criação do calendário ecológico aqui realizado, onde-se tem a relação do homem com a natureza e a visão que apresenta do meio ambiente em que vivencia sua atividade.

Com relação a pesquisas e trabalhos clássicos a respeito dos pescadores tem-se a tese do antropólogo George de Cerqueira Leite Zarur de 1974, transcrita no livro *Os Pescadores do Golfo*, publicado em (1984). Que tem servido de material de consulta para vários pesquisadores e trabalhos como é o caso deste. O livro tem como ponto a Antropologia econômica que contribui de forma significativa para se pensar a economia e socioeconomia da pesca.

Outro antropólogo que trata um tema próximo a questão da pesca e dos pescadores, que são afetados pelo garimpo assim como os rios, é Mauro Leonel (1998), em *A morte social dos rios*. Procura fazer a análise e tenta compreender a degradação ambiental como um processo social que leva a tal situação assim como cruzamentos e relações. Segundo ele o centro de enfoque de seu estudo seria a concorrência pelo uso de recursos naturais, divididos em rentáveis e não renováveis, como exemplo o ouro, e os recursos vitais e renováveis, como exemplo a água e o peixe. “O ponto de partida é constituído por esses dois eixos centrais – o uso social da água e do peixe e o uso dos recursos minerais e energéticos”.

Dou aqui também um breve espaço ao escritor Mario Ypiranga Monteiro, que contribui com a obra póstuma publicada pela editora EDUA em 2010, intitulada *O Pescador*, onde se colocam as memórias do homem amazônico e seu comportamento rural, destacando o pescador com suas histórias, seus instrumentos, suas técnicas e folclore criado em função de sua representação.

Apresentados textos, pesquisas e estudos que traduzem a representação do pescador e da pesca como elementos importantes no contexto social e político, passo a uma análise teórico antropológica da pesquisa a qual originou este trabalho.

Inicialmente seguindo a formação acadêmica que obtive, as técnicas e as teorias as quais foram de grande valia, seguindo ofício do antropólogo e baseando-me no olhar, ouvir e escrever, onde Cardoso de Oliveira (2000), procura indicar que o pesquisador e etnógrafo tendo seu olhar e ouvir disciplinados, tem-se uma percepção, na qual explicitada a partir do escrever, com base no pensamento, cria-se um discurso científico, aplicado à construção de uma teoria social.

Cardoso de Oliveira propõe que “Imaginemos um antropólogo no início de uma pesquisa junto a um determinado grupo indígena e entrando em uma maloca, uma moradia de uma ou mais dezenas de indivíduos, sem ainda conhecer uma palavra do idioma nativo” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000, p. 19). Da mesma forma faço uma pequena comparação da minha entrada no mundo dos pescadores, onde tive que me valer dos breves entendimentos que tinha quanto a vida dos pescadores, minha inserção foi pelo contato parcial buscando conhecer esses pescadores e suas vivências, suas formas de se organizar e a sua própria realidade.

Depois que tal inserção veio a ocorrer como “O modo predominante e moderno de autoridade no trabalho de campo é assim expresso “você está lá... porque eu estava lá.” (CLIFFORD, 2002, p. 18), veio a observação participante no fazer etnografia, que ainda segundo o autor,

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, as vicissitudes da tradução. Ela requer um árduo aprendizado lingüístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e freqüentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais. (CLIFFORD, 2002, p. 20)

E alcançado o grau de envolvimento e conversação, foi possível desenvolver a pesquisa e conversar de forma clara com os interlocutores e as organizações de pescadores do município. “A observação participante consistiu em algumas ações, como pegar o caniço e ‘lapear’ juntamente com o interlocutor para físgar os peixes que boiavam no rio”.

Quanto ao recorte proposto de investigação, como afirma Wolf (2003), existe a necessidade do inventar os novos modos de pensar sobre essa composição de diferentes partes e a natureza das transformações dos arranjos humanos. E o autor também menciona que a compreensão do fazer e conceber humano sempre foram marca registrada da antropologia. Juntando a proposta de Wolf temos a de Souza Santos (1988), que propõe que precisamos fazer perguntas simples e nos voltarmos as coisas simples. E voltar o olhar para os pescadores

pode parecer um ar de percepção a algo que não era visibilizado, mas que também não estava oculto, algo simples que podemos pesquisar e analisar.

O fazer antropologia requer como descreve Magnani (2002, 2009), o olhar de perto e de dentro, segundo o autor a respeito dos artigos, *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana* e *Etnografia como prática e experiência*. Que pode também ser aplicado para além do urbano, e principalmente para a inserção nos grupos, mas esse perto e dentro é mais do que estar no mesmo ambiente, seria a inserção dentro desse mundo que vai além do material envolvendo as relações entre os pescadores e suas vivências.

E o envolvimento é inevitável, a final como diria Eduardo Viveiros de Castro (2002, p. 114), “O antropólogo e o nativo são entidades de mesma espécie e condição: são ambos humanos, e estão ambos instalados em suas culturas respectivas, que podem, eventualmente, ser a mesma”. Logo pode haver ou não uma relação de confronto inicial entre os dois, com duas formas distintas de pensar e modos de vida, o pesquisador pode ele mesmo assim como sua cultura ser o objeto da própria pesquisa, o confronto inicial pode ocorrer mais logo depois é superado pela confiança, aceitação e colaboração nas trocas de informação.

Estudar e pesquisar sobre a pesca e os pescadores é um modo de buscar entender as relações sociais desse grupo e demonstrar que eles fazem parte da sociedade e contribuem para a alimentação da população e economia, são mesmo que não tendo o devido reconhecimento uma das representações simbólicas do município. O modo de se organizar e realizar a pesca, suas vivências e estratégias, são questões que precisam ser analisadas para um entendimento desse grupo. Assim, como Diegues (2004) e Furtado (1993) e os pesquisadores do início desta análise, buscou-se apresentar com embasamento teórico as estratégias e vivências adotadas pelos pescadores durante o período do defeso, contribuindo com uma pesquisa antropológica sobre o tema.

#### **4.1 CRÔNICA DA VIDA DE UM PESCADOR**

Era um final de tarde seu João um pescador de quarenta anos de idade que exercia a pesca desde os doze. Pai de 4 filhos e responsável pela alimentação e renda de sua família. Pescador que possuía grande experiência e preparo em sua atividade, anos de conhecimento acumulados na profissão. Preparava-se para sair no dia seguinte, organizava e conferia seus

materiais, verificando minuciosamente os desgastes e danos em suas malhadeiras da pesca realizada anteriormente.

Como precaução avaliava o funcionamento de seu motor rabeta para que não falhasse em sua viagem e nem o deixa-se na mão. Comprava e arrumava seus suprimentos, alimentos e mateiras que lhe serviriam durante sua estadia no local de pesca. Toda a preparação era feita com antecedência para que pudesse sair ao amanhecer e chegar a tempo de se organizar em seu destino dando início a pescaria. Sua caixa de isopor já deixava posicionada na canoa com gelo britado dentro, que tinha como finalidade a conservação de sua produção pesqueira.

No dia seguinte acorda as 4 horas da manhã juntamente com sua esposa, que levanta e vai para a cozinha preparar o peixe frito, alimento para o almoço daquele dia, pois, o pescador não teria tempo de fazê-lo. Ela prepara também o café para que ele tome em viagem. O pescador coloca o restante de seus materiais em sua canoa e prepara-se para sair entre a escuridão da madrugada e o nascer de um novo dia. Ele vai em busca de alimento e sua fonte de renda.

Com o nascer do dia, inicia-se a pescaria, chegando ao seu destino depois de 4 horas conduzido sua canoa com o motor rabeta, que se mostra uma atividade cansativa por não se ter muita movimentação dos membros inferiores. O pescador amarra sua canoa e prepara sua embarcação menor, que facilita sua entrada nos igapós e matas alagas da várzea, para se chegar ao paranã de um lago conhecido como Turimã. Ele verifica os caminhos e espaços por onde irá posicionar suas malhadeiras e começa a limpar, retirando galhos do caminho que possam lhe atrapalhar, cortando ramos para evitar que sua malhadeira fique mal posicionada e encolhida.

Feitos os caminhos, as malhadeiras ele começa a soltar por entre as árvores que devido a alagação estão com suas raízes e parte do caule submersas. Por volta do meio-dia ele para sua atividade e consome a refeição preparada anteriormente por sua esposa. Depois continua a posicionar suas malhadeiras de forma estratégica. Seu conhecimento sobre as matas alagadas, lhe permite saber para onde os peixes irão se movimentar do lago em direção ao paranã e depois para o rio. Depois de colocadas 5 malhadeiras com o total de 40 a 50 braças de comprimento. Ele retorna a sua embarcação e prepara uma refeição ao fim da tarde que será o jantar daquele dia. Utilizando um fogão de álcool, ele prepara um café e toma com

bolacha, pois ainda não havia pegado nenhum peixe para o preparo de uma refeição considerável.

Antes que realize sua refeição o pescador toma um banho dentro de sua própria canoa com uma cuia e após retirar a água de dentro dela ele se veste e se alimenta. Descansa por alguns minutos e se prepara para sair e ver se já capturou algum peixe em suas malhadeiras. Com a lanterna acesa ele observa a grande quantidade de jacarés que dominam a área e apresentam um risco para o pescador e para sua pescaria. Quando capturado um peixe na malhadeira ele fica se debatendo e chama a atenção do jacaré que tenta retirá-lo da malhadeira fazendo um estrago no material de pesca. Devido a isso o pescador precisa cuidar a malhadeira, ouvindo e verificando algumas vezes a noite. Os peixes capturados no início da noite não aguentam até o dia amanhecer, por isso, são retirados e colocados no gelo para conservação.

Chegando na primeira malhadeira o pescador começa a suspender para ver se já capturou algum peixe, logo de primeira ele encontra um tambaqui, ali começa a progredir a pescaria e apresentar resultados o esforço que ele conferiu ao preparo do local. Em seguida retira uma pirapitinga, mas a frente um caparari e por fim outro tambaqui. Quatro peixes em uma malhadeira na primeira olhada da noite fazem com que o pescador fique animado, chegando a imaginar que ali será um bom lugar de pesca e que poderá em poucos dias retornar para casa com uma boa produção.

Mas nada garante a ele que a próxima malhadeira irá lhe render a mesma quantidade ou uma quantidade inferior de peixes. Quando ele chega em sua segunda malhadeira posicionada e observa que parte dela está no fundo e sem boias, já imagina que algum jacaré ou está em cima da malhadeira ou já retirou algum peixe e seu esforço há danificou. Começa a suspendê-la e encontra um tambaqui, quando chega ao meio da malhadeira que estava no fundo percebe que algumas malhas foram arrancadas, dali um jacaré havia retirado um peixe. Colocando novamente uma boia no lugar da que foi arrancada ou que se soltou, ele continua a suspender e dela ainda retira mais dois peixes um caparari e outro tambaqui. De sua segunda malhadeira havia retirado mais três peixes, sua embarcação agora com sete peixes o deixava contente.

Em seguida continuou para as outras três malhadeiras que havia colocado. Delas retirou ainda mais oito peixes, duas pirapitingas, quatro tambaquis e dois capararis. Felizmente os jacarés não haviam retirado nenhum peixe. Logo ele retorna com os peixes em

sua embarcação. Chegando de volta em sua canoa maior de imediato ele lava os peixes e os coloca no gelo para que fiquem conservados. Ele descansa para sair novamente dali a algumas horas. Sua saída foi no início da madrugada podendo retirar ainda mais 4 peixes, sendo um caparari e três tambaquis. Depois de duas olhadas o pescador dorme e só vai ver suas malhadeiras novamente pela manhã.

No dia seguinte após retirar mais seis peixes de suas malhadeiras ele observa dentro de sua caixa de isopor para ver a quantidade de gelo que ainda possuía, percebendo que o gelo aguentava mais uma noite ele prepara sua caixa de espinhel e sua malhadeira de pegar as iscas, geralmente uma malha para peixes menores. Estica próximo ao espinhel seu rapixé, um tipo de viveiro temporário antes de colocar as iscas no anzol. Ele posiciona seu espinhel na parte mais rasa com uma braça de fundura. E passa o dia capturando peixes menores em sua malhadeira para iscar em seu espinhel ao anoitecer.

Seu João prepara o café, consome a primeira refeição do dia, com a intenção de pescar de espinhel a noite. Como já capturou alguns peixes, escolhe e retira o menor, prepara para si uma refeição em seu fogão de álcool. Ele cozinha o peixe por ser mais fácil e rápido o preparo. Essa será sua primeira refeição mais substancial durante a pescaria, o peixe cozido é consumido com farinha e não possui muito tempero como o preparado em sua casa, caldo branco com um cheiro e sabor de pescaria. Ele prepara o suficiente para o almoço e para a janta, sendo necessário apenas aquecer novamente.

Ao fim da tarde ele já possui a quantidade de peixes necessários para ser utilizada como isca, o dobro da quantidade de anzóis em seu espinhel, para que ele consiga iscar mais de uma vez durante a noite. Quando o começa a ficar escuro ele sai iscando seus anzóis, isso porque se ele coloca as iscas muito cedo peixes como as piranhas, bocão azul, barba chato e piracatinga, conhecidos como “papa-iscas” comem as iscas e os peixes maiores não são capturados.

Depois que ele isca seus anzóis vai olhar suas malhadeiras e retira mais três peixes logo percebe que terá que retornar para sua casa ao amanhecer, pois, a caixa estava ficando sem espaço e poderiam seus peixes estragarem pela falta de gelo. Descansa até a meia noite e sai para ver seu espinhel, retira 8 peixes lisos, isca novamente todo o espinhel e vai em direção a sua malhadeira, de onde retira mais sete peixes, quando chega ao final da última malhadeira já vem a recolhendo e assim retira todas da água para que retorne ao nascer do dia

para sua casa. Vendo que os peixes não caberiam na caixa ele separa os que estavam mais vivos e deixa fora sabendo que eles aguentariam até chegar em sua casa.

Ao chegar em sua canoa ele dorme até as 5 horas da manhã quando se levanta e vai retirar os peixes que ainda capturou no espinhel, mais 9 peixes ele retirou. Recolhe seu espinhel e arruma seus peixes na canoa e coloca a embarcação menor em cima da maior. Inicia a viagem de volta para sua casa com a caixa cheia de peixes e alguns no porão. Chegando na cidade ele encosta sua canoa no porto e começa a vender os peixes, vende os peixes lisos para atravessadores que compraram por quilo.

Os peixes de escama são vendidos também por quilo, cansado o pescador vai a feira e expõe seus peixes para a venda, quando lhe restam apenas dois peixes ele os recolhe e leva para casa, que servirá de alimento para sua família até a próxima pescaria. Chega em casa por volta do meio-dia, almoça e descansa. Quando acorda vai cuidar dos afazeres diários de sua casa, deixado passar dois dias o pescador inicia novamente o mesmo ritual de preparação para sair em uma pescaria. Da pesca ele retira o sustento de sua família, paga as contas e compra no comercio os alimentos consumidos em sua casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou as estratégias e as vivências dos pescadores do município de Benjamin Constant durante os meses correspondentes ao período do defeso no Amazonas, o estudo realizado foi proposto na região que compreende ao Alto Solimões, visando que existem poucos trabalhos de cunho antropológico e etnográfico realizados a respeito dos pescadores na região em comparação a outras. Trazendo assim um tema que tem muito a ser explorado pelos pesquisadores e que abre outros caminhos de pesquisa.

A relevância de se abordar este tema encontrasse em demonstrar como os pescadores vivenciam o período de restrição a pesca, quais as estratégias que utilizam para manter a renda, visando também a sua relação com o meio ambiente, buscando apresentar as relações ecológicas entre homem e natureza, onde pode-se contar com a criação de um calendário ecológico, a partir do ponto de vista desses pescadores.

Esse trabalho se trata de representar os trabalhadores da pesca, como contribuintes da sociedade na economia, alimentação e representação simbólica. Esperando dar visibilidade a esse grupo que tem muito a contribuir com o conhecimento científico e a nos ensinar sobre a pluriatividade.

Esse trabalho tinha como objetivo realizar uma análise das estratégias e vivências adotadas por pescadores diante do período do defeso no município de Benjamin Constant-AM. Sob intenção de demonstrar que a população pescadora do município, utiliza de estratégias e vivências durante o período do defeso que diferem de suas atividades principais. Para a manutenção da renda familiar e alimentação, tornando o pescador um realizador de várias atividades.

E podemos dizer que o trabalho trouxe respostas para além de seus objetivos, onde se identificou as atividades as quais os pescadores recorrem durante o defeso e fora dele. A agricultura, o extrativismo, a criação de animais e os trabalhos urbanos, são atividades que o pescador vivencia e transforma em estratégia para manter sua renda com a suspensão da atividade na pesca.

A importância do trabalho tanto para mim quanto para os pescadores, é que as pessoas conheçam as vivências desse grupo e que reconheçam a importância no meio social, não somente se interessar pelo peixe comercializado, mas também pela pessoa que capturou.



Este trabalho apresentasse como um estudo antropológico sobre etnociência das relações homem/natureza, faz um diálogo com a relação econômica, os hábitos, a cultura ribeirinha e o conhecimento dos pescadores que vai além de saber pescar. Comprova a dificuldade do PSDPA. Demonstra a invisibilidade dos Pescadores nas demandas públicas.

Espera-se que em caso de uma continuidade de pesquisa sobre este tema possamos encontrar nas instituições e secretarias públicas um maior número de dados referentes aos pescadores e pescadores que precisam desse reconhecimento principalmente na luta por direitos para suas organizações e até reivindicações sociais.

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, Edna F. **Por que um movimento de mulheres pescadoras? Notas sobre processos de organização das trabalhadoras da pesca.** In: MAGALHÃES, Sônia B.; SILVEIRA, Isolda M. da; SANTOS, Antônio Maria de. (Orgs.) Encontro de Antropologia homenagem a Eduardo Galvão. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Museu Emílio Goeldi, 2011. (P. 447-468)

AMAZONAS. Conselho Estadual de Meio Ambiente. **Resolução nº 18, de 16 de setembro de 2014.** Estabelece o período de defeso reprodutivo das espécies de peixes *Semaprochilus spp.*(jaraquis), *Pseudoplatystoma tigrinum* (caparari) e *Pseudoplatystoma fasciatum* (surubim). Manaus, AM, Diário Oficial do Estado do Amazonas, 18 set. 2014. Disponível em: <https://meioambiente.am.gov.br/resolucoes-cemaam/>. Acessado em: 25 de abril de 2023.

AMAZONAS. Conselho Estadual de Meio Ambiente. **Resolução nº 21, de 27 de outubro de 2015.** Altera a Resolução/CEMAAM nº18, de 16 de setembro de 2014 e REVOGA a Resolução/CEMAAM nº19, de 06 de novembro de 2014, que estabelece período de defeso reprodutivo das espécies de peixes *Semaprochilus spp.*(jaraquis), *Pseudoplatystoma tigrinum* (caparari) e *Pseudoplatystoma fasciatum* (surubim). Manaus, AM, Diário Oficial do Estado do Amazonas, 10 nov. 2015. Disponível em: <https://meioambiente.am.gov.br/resolucoes-cemaam/>. Acessado em: 25 de abril de 2023.

BARBOSA, Rairon R. **Comercialização do pescado no mercado de Benjamin Constant, AM: diversidade e preferências.** Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia-Ciências Agrárias e do Ambiente) – Instituto de Natureza e Cultura, Benjamin Constant, 2014.

BARBOSA, Rairon R. et al. **Pesca, ambiente e apetrechos no município de Benjamin Constant – AM.** In: I CONGRESSO DO INSTITUTO DE NATUREZA E CULTURA-CINC, nº 02, Benjamin Constant, Anuário do Instituto de Natureza e Cultura-ANINC, 2020. (P. 123-125)

BITENCURT, Claudemir D. **Entrevista gravada nº 6.** [abril. 2023]. Entrevistador: Andresson Luan Franco Simão. Benjamin Constant, 2023. 1 arquivo.mp3 (19 min).

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 23.672, de 17 de janeiro de 1934.** Aprova o código de Caça e Pesca que com este baixa. Brasília, DF, Diário Oficial da União – Seção 1 de 15 jan. 1934, página 866 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> . Acessado em: 27 de abril de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 447, de 19 de maio de 1846.** Manda pôr em execução o Regulamento para as Capitânicas dos Portos. Brasília, DF, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1846, Página 5 Vol. 1 pt. II (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> . Acessado em: 27 de abril de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 50.872, de 28 de junho de 1961.** Cria o Conselho de Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Brasília, DF, Coleção de Leis do Brasil - 1961, Página 533 Vol. 4 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> . Acessado em: 27 de abril de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 8.338, de 17 de dezembro de 1881**. Manda observar o Regulamento para execução da Lei nº 876, de 10 de dezembro de 1856. Brasília, DF, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1881, Página 1239 Vol. 2 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> . Acessado em: 27 de abril de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 876, de 10 de dezembro de 1856**. Autorisa o Governo a promover a incorporação de Companhias para pesca, salga e seca de peixe no litoral e rios do Império. Brasília, DF, Coleção de Leis do Império do Brasil - 1856, Página 39 Vol. 1 pt. I (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> . Acessado em: 27 de abril de 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 9.672, de 17 de julho de 1912**. Cria a Inspeção de Pesca e aprova o respectivo regulamento. Brasília, DF, Diário Oficial da União – Seção 1 de 23 set. 1912, página 9701 (Publicação Original). Disponível em: <http://www2.camara.leg.br> . Acessado em: 27 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 5.197, de 03 de janeiro de 1967**. Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências. Brasília, DF, 05 jan. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L5197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5197.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 6.001, de 19 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Brasília, DF, 21 dez. 1973. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6001.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 6.938, de 31 de agosto de 1981**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação, e dá outras providências. Brasília, DF, 02 nov. 1981. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 8.287, de 20 de dezembro de 1991**. Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego a pescadores artesanais, durante os períodos de defeso. Brasília, DF, 23 dez. 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8287.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8287.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998**. Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao ambiente, e dá outras providências. Brasília, DF, 13 fev. 1998. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9605.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9605.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, §1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 19 jul. 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2000/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2000/L9985.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 10.779, de 25 de novembro de 2003.** Dispõe sobre a concessão do benefício de seguro desemprego ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília, DF, 26 nov. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.779.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.779.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003.** Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências. Brasília, DF, 23 dez. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/2003/L10.826.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.826.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 11.959, de 29 de junho de 2009.** Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei nº 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Brasília, DF, 30 jun. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11959.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 13.134, de 16 de junho de 2015.** Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre planos de Benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências. Brasília, DF, 17 jun. 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13134.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962.** Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Brasília, DF, 12 out. 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/Ldl/Ldl10.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Ldl/Ldl10.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei delegada nº 10, de 11 de outubro de 1962.** Cria a Superintendência do Desenvolvimento da Pesca e dá outras providências. Brasília, DF, 12 out. 1962. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/Ldl/Ldl10.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Ldl/Ldl10.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 794, de 19 de outubro de 1938.** Aprova e baixa o Código de Pesca. Brasília, DF, CLBR de 1938. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0794.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del0794.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 221, de 28 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a proteção e estímulos à pesca e dá

outras providências. Brasília, DF, 28 fev. 1967. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/Decreto-Lei/Del0221.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/Decreto-Lei/Del0221.htm). Acessado em: 20 de abril de 2023.

CABALZAR, Aloisio (org.). **Peixe e Gente no Alto Rio Tiquié: conhecimentos tukano e tuyuka, ictiologia, etnologia**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2005.

CÂMARA, Evandro P. L.; MCGRATH, David G. **A reserva de lago como unidade de manejo da várzea amazônica**. In: MAGALHÃES, Sônia B.; SILVEIRA, Isolda M. da; SANTOS; Antônio Maria de. (Orgs.) Encontro de Antropologia homenagem a Eduardo Galvão. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Museu Emílio Goeldi, 2011. (P. 342-373)

CAMARGO, Angélica R. **Inspetoria de Pesca**. 2021. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionário-primeira-republica/947-inspetoria-de-pesca>>. Acessado dia 20 de abril de 2023.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever**. In: \_\_\_\_\_. O trabalho do antropólogo. 2ª ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora UNESP, 2000. (P. 17-35)

CARDOSO, Maria Sandrelle G. **Do caniço ao rapixé: os Pescadores Artesanais e a Política de Seguro Desemprego do Pescador Artesanal- PSDPA na comunidade Divino Espírito Santo em Parintins-AM**. Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2014.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **O nativo relativo**. Revista Mana, v. 08, nº 1, 2002. (P. 113-148)

CELLARD, A. **A análise documental**. IN: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre et al. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. Tradução Ana Cristina. Rio de Janeiro, Petrópolis: Vozes, 2014.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em ciências humanas e sociais**. 6 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CLIFFORD, James. **A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX**. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002

COSTA, Lindomar F. da. **Compreendendo o sistema socioeconômico dos pescadores artesanais do município de Benjamin Constant**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia-Bacharelado em Antropologia) – Instituto de Natureza e Cultura, Benjamin Constant, 2011.

CRUZ, Tharcísio S. **Trabalho precário e trabalhadores brasileiros e peruanos na fronteira Brasil/Peru**. In: RODRIGUES, G. E.; JUSTAMAND, Michel; CRUZ, Tharcísio S. Fazendo Antropologia no Alto Solimões: diálogos interdisciplinares. São Paulo: Alexa Cultural, 2016. (P. 147-159)

DIAS, Dalila C. **Entrevista gravada nº 5**. [abril. 2023]. Entrevistador: Andresson Luan Franco Simão. Benjamin Constant, 2023. 1 arquivo.mp3 (19 min).

DIEGUES, Antônio C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983. (Ensaio; 94)

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras/USP, 2004.

FERREIRA, Maria S. F. D. **Vida de pescador pantaneiro**. In: MAGALHÃES, Sônia B.; SILVEIRA, Isolda M. da; SANTOS, Antônio Maria de. (Orgs.) Encontro de Antropologia homenagem a Eduardo Galvão. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Museu Emílio Goeldi, 2011. (P. 284-295)

FRAXE, Terezinha de J. P. **Homens anfíbios: etnografia de um campesinato das águas**. 2ª ed. São Paulo: Annablume; Brasília: CNPQ, 2011.

FURTADO, Lurdes G. **Pescadores do rio Amazonas: um estudo antropológico da pesca ribeirinha numa área amazônica**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

G1- **Período do defeso começa nesta terça (15) com proibição de pesca para oito espécies no AM**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/google/amp/am/amazonas/noticia/2022/11/15/periodo-de-defeso-comeca-nesta-terca-15-com-proibicao-de-pesca-para-oito-especies-no-am.ghtml> . Acessado em: 19 de fevereiro de 2023.

GASPAR, Amanda N. **A “Pesca artesanal” enquanto uma categoria de análise antropológica**. In: 32ª REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, nº 02, Rio de Janeiro, Trabalho apresentado, 2020. (23 p.)

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOULARTI FILHO, Alcides. **Regulação e institucionalização das atividades pesqueiras no Brasil**. Estudios Históricos, año VIII, nº. 16, Uruguay, julio, 2016. (23 p.)

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2005). **Instrução Normativa nº 01, de 01 de junho de 2005**. Proibir anualmente a pesca, o transporte, a comercialização do pirarucu (*Arapaima gigas*) no estado do Amazonas, durante o período de 1º de junho a 30 de novembro. Manaus, AM. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao=111877#:~:text=Proibir%20anualmente%20a%20pesca%2C%20de%20a%2030%20de%20novembro>. Acessado em: 27 de abril de 2023.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2004). **Instrução Normativa nº 34, de 18 de junho de 2004**. Estabelece normas gerais para o exercício da pesca do pirarucu (*Arapaima gigas*) na Bacia Hidrográfica do Rio Amazonas. Manaus, AM. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/component/legislacao/?view=legislacao&legislacao=111150>>. Acessado em: 27 de abril de 2023.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2004). **Instrução Normativa nº 35, de 29 de setembro de 2005**. Fica proibido, anualmente no período de 1 de outubro a 31 de março, a pesca, o transporte, a armazenagem, o beneficiamento e a comercialização do tambaqui (*Colossoma macrapomum*). Manaus, AM. Disponível em: <<https://ww.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/MMA/IN0035-290905>>. Acessado em: 27 de abril de 2023.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (2004). **Portaria nº 48, de 05 de novembro de 2007**. Estabelecer normas de pesca para o período de proteção à reprodução natural dos peixes, na bacia hidrográfica do rio Amazonas, nos rios da Ilha do Marajó, e na bacia hidrográfica dos rios Araguari, Flexal, Cassiporé, Calçoene, Cunani e Uaçá no estado do Amapá. Manaus, AM. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/legislacao/IBAMA/PT0048-051107.PDF>>. Acessado em: 27 de abril de 2023.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2021. **Cidades e Estados: Benjamin Constant**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/benjamin-constant.html>. Acessado em: 19 de fevereiro de 2023.

LEITÃO, Wilma M. **Ser pescador; tornar-se pescador: a identidade do trabalhador da pesca no estuário do Rio Amazonas**. In: MAGALHÃES, Sônia B.; SILVEIRA, Isolda M. da; SANTOS, Antônio Maria de. (Orgs.) Encontro de Antropologia homenagem a Eduardo Galvão. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas/ Museu Emílio Goeldi, 2011. (P. 266-283)

LEONEL, Mauro. **A morte social dos rios**. São Paulo: FAPESP, 1998.

MAGNANI, J. G. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 17, n. 49, São Paulo, junho, 2002. (P. 11-29)

MAGNANI, J. G. **Etnografia como prática e experiência**. Horizontes Antropológicos, ano 15, n. 32, São Paulo, jul./dez. 2009. (P. 129-156)

MARTINS, C. F.; NASCIMENTO, R. T. do; OLIVEIRA, M. E. S. de. **A imigração peruana para o Alto Solimões: relatos etnográficos da mobilidade humana numa região de fronteira**. In: SILVA, A.; E.; JUSTAMAND, Michel. Fazendo Antropologia no Alto Solimões 2. São Paulo: Alexa Cultural, 2015. (P. 11-26)

MÉRONA, Bernard de. **Ecologia da pesca e manejo pesqueiro na região amazônica**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Série Antropologia, v. 11, nº. 2, 1995. (P. 167-183)

MINAYO, Cecília. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

MONTEIRO, Mário Ypiranga. **O pescador: histórias instrumentos técnicas e folclore**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, EDUA, 2010.

MOREIRA, Helane Cristina Lima, **O seguro defeso e os pescadores artesanais no Amazonas**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2011.

MORENO FILHO, Jaison R. P. **Entrevista gravada nº 3**. [abril. 2023]. Entrevistador: Andresson Luan Franco Simão. Benjamin Constant, 2023. 1 arquivo.mp3 (11 min).

OLIVEIRA FILHA, Maria Ferreira de. **Pescadores artesanais de Novo Airão: dos conflitos socioambientais aos direitos da seguridade social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

OLIVEIRA, Maria Francenilda G. de. **A Organização Política dos Pescadores em uma Comunidade Ribeirinha no Município de Tabatinga/Am**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

OLIVEIRA, Odin Barbosa de. **As águas e a vida no imaginário dos pescadores**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

PEREIRA, Samantha A. **Conhecimento ecológico local, tomada de decisão e dinâmica espacial da frota pesqueira artesanal da Amazônia Central**. Tese (Doutorado em Ciência Animal e Recursos Pesqueiros) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2020.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. **Territórios sociais da pesca no Rio Solimões: usos e formas de apropriação comum dos recursos pesqueiros em áreas de livre acesso**. Manaus: EDUA, 2015.

REIS, Joelmir S. dos. **Entrevista gravada nº 4**. [abril. 2023]. Entrevistador: Andresson Luan Franco Simão. Benjamin Constant, 2023. 1 arquivo.mp3 (16 min).

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Estudos Avançados, v. 2, nº 2, 1988. (P. 46-71) Disponível em: <https://www.revista.usp.br/eav/article/view/8489>. Acessado dia 16 de maio de 2023.

SANTOS, Geraldo M. dos.; FERREIRA, Efrem J. G.; ZUANON, Jasen A. S. **Peixes comerciais de Manaus**. 2ª ed. Manaus: INPA, 2009.

SANTOS, Geraldo M. dos.; SANTOS, Ana Carolina M. dos. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia**. Revista de Estudos Avançados. v. 19, n. 54, 2005. (P. 165-182)

SANTOS, Raimundo F. dos. **Entrevista gravada nº 1**. [fevereiro. 2023]. Entrevistador: Andresson Luan Franco Simão. Benjamin Constant, 2023. 1 arquivo.mp3 (24 min).

SILVA, Andréa Leme da. **Entre tradições e modernidade: conhecimento ecológico local, conflitos de pesca e manejo pesqueiro no rio Negro, Brasil**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, jan.-abr. 2011. (P. 141-163)

SILVA, Manoel C. **Entrevista gravada nº 2**. [fevereiro. 2023]. Entrevistador: Andresson Luan Franco Simão. Benjamin Constant, 2023. 1 arquivo.mp3 (13 min).



SOARES, Sara Moreira. de. **Descaindo a rede do reconhecimento: as pescadoras e o seguro-defeso na comunidade cristo rei no careiro da várzea**. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) -Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2012.

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. (1980). **Portaria nº 24, de 24 de outubro de 1980**. Interdita a pesca nas bacias hidrográficas, entre 01º de novembro e 31 de janeiro de 1981. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/legislacao/portaria/252-1980.html>>. Acessado em: 27 de abril de 2023.

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. (1980). **Portaria nº 66, de 24 de outubro de 1980**. Estabelece período de defeso do bagre, no estado do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/legislacao/portaria/240-1968.html>>. Acessado em: 27 de abril de 2023.

SUDEPE – Superintendência do Desenvolvimento da Pesca. (1997). **Portaria nº 21, de 05 de novembro de 1997**. Determina que as paradas de pesca durante os períodos de piracema serão editados pelos coordenadores regionais da SUDEPE, para atender a Portaria SUDEPE nº 466/1972. Rio de Janeiro, RJ. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/cepsul/legislacao/portaria/249-1977.html>>. Acessado em: 27 de abril de 2023.

WOLF, Eric. **Inventando a sociedade**. In: \_\_\_\_\_. Antropologia e poder. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Editora Unicamp, 2003.

ZARUR, George de C. **Os pescadores do Golfo, Antropologia Econômica de uma comunidade Norte-Americana**. Rio de Janeiro: Achiame, 1984.